

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGeo**

Dissertação de Mestrado

**Desvendando o rio Pardo:
As marcas de uma paisagem ribeirinha.
Percepções e práticas da comunidade tradicional em Itambé no Sudoeste da Bahia.**

Nádia Cristina Moraes Sampaio Gobira

**São Cristóvão – SE
2009.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGeo**

Dissertação de Mestrado

**Desvendando o rio Pardo:
As marcas de uma paisagem ribeirinha.
Percepções e práticas da comunidade tradicional em Itambé no Sudoeste da
Bahia.**

Nádia Cristina Moraes Sampaio Gobira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Augusta Mundim Vargas

São Cristóvão- Sergipe
2009

NÁDIA CRISTINA MORAES SAMPAIO GOBIRA

**Desvendando o rio Pardo:
As marcas de uma paisagem ribeirinha.
Percepções e práticas da comunidade tradicional em Itambé no Sudoeste da Bahia.**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Augusta Mundim Vargas (UFS)
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Maria Geralda de Almeida (UFG/UFS)
Examinadora

Prof^a. Dr^a. Geisa Flores Mendes (UESB)
Examinadora

São Cristóvão- Sergipe
2009

Dedico esta pesquisa a Mainha Rosa que sempre me disse que as conquistas necessárias nesta vida seriam precedidas das dificuldades, mas ainda assim não temos justificativas para desistir. E ao amor da minha vida Gobs que segurou firmemente as cordas para que pudesse me sustentar e continuar. O amor diário recebido alimentou as minhas esperanças nessa vitória.

AGRADECIMENTOS

Sou imensamente agradecida a Deus pelas possibilidades, pelos horizontes que eu pude contemplar, e ainda por permitir no meu caminho pessoas que se tornaram marcos nesta jornada, tais como:

Guta, minha flor e minha orientadora que durante todo o tempo me segurou as mãos, que me ensinou a persistir e me conduziu quando as dúvidas teimam em surgir e obscurecer os pensamentos. Acalmou-me com seus e-mails elucidativos e palavras encorajadoras.

Minha família, minha mãe Rosa e meus irmãos Rose e Binho que me concederam apoio e descanso de um lar feliz e abençoado.

Meu maridão Gobs que insiste em acreditar que as possibilidades sempre se renovam.

Minha segunda família, Pr. Jessé e Dilma e seus filhos que apesar das distâncias andamos sempre juntos.

Aos colegas e amigos do mestrado que por meio de e-mails, recadinhos, informações, cópias de materiais tornavam meus problemas em soluções rapidamente.

À Professora Maria Geralda que colaborou para que as minhas dúvidas e incertezas fossem sanadas e outras construídas.

Ao Professor Eraldo da Silva Ramos Filho que com seu parecer na qualificação me conduziu a caminhos esclarecedores.

À Geísa que em alguns instantes de boa conversa me apoiou e me encheu de entusiasmo. Ainda bem que tenho uma vida inteira para conhecê-la mais.

Aos que me receberam nas suas casas e cediam seus corações como Vila, Déa, Lara, Davi e Gabi.

As minhas amigas Ana Emília Ferraz, Adriana David e Verônica Ferraz que dividiram suas alegrias e tristezas nesta andança e ganhamos forças.

Agradeço a minha mãe sergipana Dona Helena que estava sempre a minha espera.

Aos meus colegas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB que ouviam com paciência minhas lucubrações geográficas.

À Everton e aos Professores do NPGeo pela atenção e cuidado.

Aos irmãos da Igreja Batista Boa Vista que velaram por mim.

E aos ribeirinhos que ao abrir as portas das suas casas e ao conversar comigo, ainda que abatidos, confeccionaram juntamente esta dissertação

*Se não sabe, escute agora,
Que eu von contá minha historia,
Tenha a bondade de uví:
Eu sou de crasse matuta,
Da crasse que não desfruta
Das riquezas do Brasí.*

(Patativa do Assaré, 2003, p. 112)

RESUMO

A comunidade ribeirinha na região Sudoeste do Estado da Bahia tem passado por transformações no seu modo de vida, especialmente no município de Itambé. Essas modificações na reorganização do espaço ribeirinho promovem o desmanche de suas práticas culturais, dos conhecimentos tradicionais, dos valores coletivos e cotidianamente construídos, interferindo avassaladoramente na preservação da identidade e territorialidade ribeirinha, culminado em processo acentuado de desterritorialização. A percepção desse contexto foi norteadora por uma pesquisa qualitativa, fundada na abordagem humanística cultural – a Fenomenologia, tendo como categoria norteadora a paisagem. Utilizaram-se como instrumentos de investigação: a revisão bibliográfica; a pesquisa de campo por meio da observação direta, levantamentos de dados relacionados aos aspectos históricos do município de Itambé no Sudoeste baiano; bem como registro fotográfico. Aliado a esses, entrevistas semi-estruturadas e coleta de depoimentos que muito contribuíram para a reflexão e compreensão da realidade ribeirinha estudada. Ao ouvir os ribeirinhos, observou-se estarem presentes as características que os identificam como tais e ainda mantém viva na memória a história que os construíram como ribeirinhos. O rio Pardo é o elemento de maior simbologia na paisagem e a percepção dos mesmos é respaldada pela visão de mundo permeada por suas águas. No entanto, a realidade experimentada atualmente difere do passado, induz a negação da continuidade desse modo peculiar de viver e conduz à invisibilidade dos sujeitos e da comunidade. Conclui-se que o grupo social em questão está em processo de descontinuidade do seu espaço de vivência primordialmente pelo padrão hegemônico de desenvolvimento voltado para a reprodução do capital e que desvirtua a percepção dos ribeirinhos quanto ao Rio Pardo, considerado como símbolo existencial dos mesmos e as percepções do novo modo de vida a que são subjugados. Destarte, acredita-se que medidas emergenciais devam ser tomadas a fim de evitar a invisibilidade ribeirinha no Sudoeste baiano. Nesse contexto urge uma ação mais efetiva do poder público voltada para alternativas de preservação da memória social bem como para a recuperação do ambiente ribeirinho, sejam suas águas e margem, sejam as condições de habitação dos atuais habitantes.

Palavras- chave: Paisagem; território/desterritorialização; percepção.

ABSTRACT

The riverine community in the southwestern state of Bahia has undergone changes in their way of life, especially in the city of Itambé. These changes in the reorganization of the coastal promote the dismantling of their cultural practices, traditional knowledge, values and daily collective built interfering overwhelmingly preservation of the territorial and river, culminating in dramatic process of dispossession. The perception of this context was guided by a qualitative, humanistic approach based on cultural - Phenomenology, and as a category guiding the landscape. Were used as research tools: a literature review, field research through direct observation, surveys of data related to the historical aspects of the city of Itambé in southwestern Bahia, and photographic record. Besides these, semi-structured interviews and collection of testimonies, which contributed to the debate and understanding of reality riverside studied. To listen to the riverside, it was observed to be present the characteristics that identify them as such and still keeps alive the memory of the history that built them as riparian. The Pardo River is the largest element of symbolism in the landscape and the perception of them is supported by the world view permeated by its waters. However, the reality experienced today differs from the past, leads to denial of the continuity of this peculiar mode of life and leads to the invisibility of the individuals and the community. We conclude that the social group in question is in the process of discontinuing their living space, primarily by the hegemonic pattern of development focused on the reproduction of capital and distorts the perception of and bordering the Rio Pardo, regarded as a symbol of the same existential and perceptions of the new way of life they are subjugated. Thus, it is believed that emergency measures should be taken to avoid the invisibility river in south of Bahia. In this context urges a more effective action by the public toward alternative preservation of social memory and the recovery of the riverine environment, whether its water and shore, are the living conditions of the present inhabitants.

Keywords: Landscape; territory / deterritorialization, perception.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras	Página
FIGURA 1: Mapa da Bacia do rio Pardo.....	30
FIGURA 2: Trechos do rio Pardo em torno do município de Itambé no Sudoeste da Bahia.....	84
FIGURA 3: Trechos do rio Pardo em torno do município de Itambé no Sudoeste da Bahia.....	84
FIGURA 4: Casas construídas, menos de 10 anos, próximo do rio Pardo.....	86
FIGURA 5: Casa de ribeirão construída “há muitos anos” nas margens do rio.....	87
FIGURA 6: Caminhos criados na beira do rio para favorecer a passagem de pessoas e veículos. Anteriormente eram áreas cobertas pelas águas do rio..	93
FIGURA 7: Caminhos criados na beira do rio para favorecer a passagem de pessoas e veículos. Anteriormente eram áreas cobertas pelas águas do rio..	93
FIGURA 8: Esgotos domésticos lançados no rio Pardo.....	95
FIGURA 9: Esgotos domésticos lançados no rio Pardo.....	95
FIGURA 10: Trechos mais preservados do rio Pardo. Áreas pertencentes aos fazendeiros que proíbem o uso das águas.	97
FIGURA 11: Trechos mais preservados do rio Pardo. Áreas pertencentes aos fazendeiros que proíbem o uso das águas.	97
FIGURA 12 – Casas de moradores do bairro Felipe Achy próximo às margens do rio Pardo.....	99
FIGURA 13- Descarte do lixo à beira do rio realizada por moradores.....	100
FIGURA 14: Canoa sem utilização às margens do rio.....	102
FIGURA 15: Barraco que servem de abrigo para famílias de ribeirinhos..	102
FIGURA 16: Carroça que é utilizada para transportes de materiais de construção e etc.....	104
FIGURA 17: Gaiola que é utilizada para captura de passarinhos para venda em feiras.....	104
FIGURA 18: Lavadeiras na prática de sua atividade no dia de domingo.....	108
FIGURA 19: Lavadeiras na prática de sua atividade no dia de domingo.....	108
FIGURA 20: Roupas colocadas nas cercas para secar.....	108

Lista de Quadros

1.0 Percepção dos entrevistados com relação ao rio Pardo	101
1.1 Percepção dos entrevistados acerca da vida urbana	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Siglas

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CRA- Centro de Recursos Ambientais da Bahia

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

NPGeo- Programa de Pós-Graduação em Geografia

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

UESB- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	iv
AGRADECIMENTOS.....	v
EPIÍGRAFE.....	vii
RESUMO.....	viii
ABSTRACT.....	ix
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	x
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xii
INTRODUÇÃO.....	15
Capítulo I - Conversações entre método, metodologia e apreensão do lugar: o rio Pardo.....	18
1.1 Método e metodologia para a pesquisa de campo	19
1.2 Estratégias metodológicas para a pesquisa.....	24
1.3 Em busca da apreensão do lugar: o rio Pardo.....	28
1.4Populações Tradicionais: breves considerações.....	34
Capítulo II - Geografia e Paisagem.....	42
2.1 Abordagem: teórico – metodológica.....	43
2.2 Geografia Humanista.....	47
2.3 A produção da paisagem ao longo do tempo.....	51
2.4 Conceitos de Paisagem.....	53
2.5 Dimensão cultural da paisagem.....	57
2.6 Representação e Território.....	63
Capítulo III - A percepção dos ribeirinhos (e o rio Pardo).....	82
3.1 As marcas da paisagem ribeirinha.....	83
3.2 Os significados e as condutas para com o rio: leituras do passado e do presente.....	90

3.3 Novas práticas e novas marcas na paisagem.....	95
3.4 A paisagem e os conflitos sociais.....	103
3.5 As lavadeiras de roupa e o rio Pardo.....	107
3.6 A descontinuidade do espaço ribeirinho.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	118
APÊNDICE.....	126
ANEXOS.....	128

INTRODUÇÃO

Ao lançar um olhar sobre a constituição de um determinado grupo social e as características que o mesmo imprime no espaço em que habita, observa-se que são nas relações triviais do cotidiano nas quais são construídos os laços afetivos, os símbolos, os códigos de conduta, as práticas culturais estabelecendo dessa forma os vínculos de pertencimento e determinando uma dinâmica que promove identidade e territorialidade.

Dentro desse contexto, nos municípios de Cândido Sales, Itapetinga e Itambé pertencentes ao Sudoeste baiano que foram visitados, expõem-se de maneira generalizada os problemas sociais, a degradação ambiental, os processos de desterritorialização severamente aprofundados para com as comunidades ribeirinhas que são escassas. Não é percebida a ligação intrínseca com a paisagem do rio Pardo. As práticas culturais inexistem, bem como a não identificação como ribeirinho.

Ainda, nota-se que não há um estabelecimento de comunidade ribeirinhas nos municípios de Cândido Sales e Itapetinga, pois as mesmas foram desfeitas e estão excluídas das cidades e da vida urbana. Assim, justifica-se na presente dissertação a apresentação da comunidade ribeirinha que está às margens do rio Pardo, no município de Itambé, uma vez que é mais antiga e representativa, sofre um afastamento do rio ainda que experimentando os problemas acima elencados. Destaca-se a leitura do espaço geográfico em que o homem é inserido como um elemento em constante interação com o espaço vivido. Assim, entende-se que determinado grupo social busca sempre manter incólume seu tradicional e cotidiano modo de vida e se torna interessante e imprescindível examinar como esses, no decorrer da história, vão vivenciando processos de desterritorialização e como passam a perceber os novos espaços de vivência.

A Geografia oferece subsídios necessários para um entendimento da dinâmica espacial dos elementos materiais e imateriais na paisagem como categoria privilegiada neste estudo, por meio da vertente humanista e fenomenológica ao abarcar considerações que sugere uma aplicação prática nas relações construídas entre os moradores e a paisagem que para Santos (2007a, p.54):

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade.

Destarte, a percepção dos ribeirinhos com relação à paisagem do rio Pardo provocou a busca do aprofundamento de conhecimentos relacionados à interação entre sujeito e objeto que nela são inseparáveis bem como a compreensão de que a mesma não deve ser examinada apenas de onde se observa, mas apreendida; visualizada como um conjunto, uma verificação mais pausada, detalhada e continuamente na perspectiva de discuti-la como portadora de simbolismos, significações e marcas que convidam a lançar um olhar curioso para a averiguação do espaço como acumulação e transformação dos tempos justapostos. Para esse entendimento complexo e desafiador Bertrand (2007, p.266) afirma:

No coração da paisagem, há a sua polissemia. Esta é a sua especificidade e sua riqueza. [...] A paisagem deve ser recolocada no coração da sociedade onde a cultura e a sensibilidade vem interferir com as questões socioeconômicas e ecológicas, muito especialmente aquelas que revelam da gestão do meio ambiente e da transformação dos territórios.

Nessa compreensão, admite-se que na comunidade ribeirinha pesquisada, a paisagem na qual compõe o rio é representada como território que os pertencem na esfera do vivido, que permite a construção histórica posto que eles possuem uma cosmovisão marcada pela presença das águas do rio Pardo. No entanto, é essencial destacar que as mudanças históricas – temporais conflitam com o espaço ribeirinho em questão. Em tempos de uma racionalidade voltada para a reprodução do capital e a imposição da lógica instrumental à lógica cultural, verifica-se como padrão hegemônico de desenvolvimento os processos de desterritorialização e descontinuidade, tal qual o acirramento da crise de valores e da relação humanidade – natureza que afeta diretamente os ribeirinhos.

Dessas constatações, cabem aqui alguns questionamentos e reflexões que impulsionaram este estudo: Como o ribeirinho é identificado atualmente? Quais as percepções e práticas estabelecidas? Como sobrevive essa comunidade? E dessas indagações, os objetivos definidores dos limites de nossa análise foram traçados:

- Levantar os aspectos marcantes da paisagem para os ribeirinhos.

- Identificar a percepção, os significados e as condutas para com o rio.
- Analisar as práticas consensuais e/ou conflitantes para com a paisagem.

Portanto, no desenvolvimento da pesquisa, estruturou-se esta dissertação em três capítulos:

O Capítulo I: traz uma contextualização histórica dentro da abordagem teórico-metodológica da Ciência Geográfica com as contribuições da Fenomenologia para o trabalho de compreensão e construção da categoria Paisagem. Em tempo, tratou-se de levantar reflexões sobre o estudo das representações, território e a desterritorialização.

O capítulo II: apresenta uma busca de apreensão do lugar estudado, o rio Pardo. Promove-se neste texto a reflexão do método e da metodologia proposta para a pesquisa de campo, esta constituída de uma abordagem fenomenológica que considera o estudo da percepção como ferramenta indispensável para abarcar de maneira ampla as inter-relações da sociedade com o meio ambiente. Inserido neste capítulo, expõe-se o município de Itambé no Sudoeste da Bahia recorte feito do rio Pardo. Finalizando, desenvolvem-se breves referências a respeito do conceito de populações tradicionais sob a construção de diversos autores.

O capítulo III: faz-se a análise da percepção da comunidade ribeirinha, suas condutas para com o rio, avaliam-se os aspectos que estão marcantes na paisagem; os significados do rio e os conflitos presentes na reorganização do espaço ribeirinho.

E, finalmente, nas considerações finais, busca-se resgatar as características relevantes deste trabalho, no sentido de reafirmá-los, relacioná-los entre si, ou de provocar algumas reflexões que põe em pauta a comunidade ribeirinha do Sudoeste baiano.

Capítulo I – Conversações entre método, metodologia e apreensão do lugar: o rio Pardo

Marco Polo descreve ponte, pedra por pedra.

- Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta Kublai Khan.

- A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco -,
mas pela curva do arco que estas formam.

Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:

- Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.

Polo responde:

- Sem pedras o arco não existe.

(CALVINO, 1990, p. 79)

1 Conversações entre método, metodologia e apreensão do lugar: o rio Pardo

1.1 Método e metodologia para a pesquisa de campo

O detalhamento do método, dos instrumentos de coleta e análise dos dados que subsidiaram essa investigação precede algumas considerações julgadas como necessárias ao entendimento da prática da investigação. A primeira é a de que nenhuma pesquisa é neutra seja ela qualitativa ou quantitativa. Como afirma Minayo (2000, p.37) “pelo contrário, qualquer estudo da realidade, por mais objetivo que possa parecer, por mais “ingênuo” ou “simples” nas pretensões, tem a norteá-la um arcabouço teórico que informa a escolha do objeto, todos os passos e resultados teóricos e práticos”. Em segundo, acrescenta a autora que nenhuma das linhas de pensamento sobre o mundo social e natural tem o monopólio de compreensão total e completa sobre a realidade. A ela nos ascende por sempre por aproximação (MINAYO, 2000). Sendo assim, nenhuma pesquisa é neutra e implica na adoção de um pensamento teórico que orienta todo o processo de investigação. Para tanto, nesta pesquisa fez-se uso do arcabouço Fenomenológico.

Os objetos estudados pela ciência sociais, ou seja, as pessoas e suas atividades, não apenas são agentes interpretativos de seus mundos, mas também compartilham suas interpretações à medida que interagem com outros e refletem sobre suas experiências no curso de suas atividades cotidianas. (MOREIRA, 2004, p.51)

A abordagem fenomenológica permite focar o homem como sujeito, dotado de razão e, sobretudo, de sentimentos, valores e crenças. Abre um leque que dispõe de uma visão ampla que incita a investigar como as pessoas percebem e constroem o seu mundo vivido diante de um contexto específico.

Esta proposta filosófica não é muito usual na Geografia, e quem mais a tem discutido são os geógrafos humanistas. Eles procuram uma concepção de mundo que seja diversa da cartesiana e positivista que tem dominado a ciência nos últimos séculos. Sua pretensão é de relacionar de uma maneira holística o homem e o seu ambiente ou, mais genericamente, o sujeito e o objeto, fazendo uma ciência fenomenológica que extraia das essências a sua matéria-prima. (HOLZER, 1997, p.77)

A fenomenologia se relaciona com os princípios e as origens do significado e da experiência. Admite-se que as pessoas, as comunidades, os grupos sociais estão diretamente ligadas ao mundo, ao espaço geográfico, por meio de sua vivência e de seus sentidos, e proporciona uma percepção da realidade de formas diferenciadas uma das outras. E essa se compõe de experiências, aprendizados, sucessões de fatos que os fazem determinarem os vínculos, atribuírem significados, símbolos que nortearam condutas e comportamentos nos lugares em que suas vidas foram fixadas.

Mundo, para o fenomenologista, é o contexto dentro do qual a consciência é revelada. Não é um mero mundo de fatos e negócios... Mas um mundo de valores, bens, um mundo prático. Está ancorado num passado e direcionado para um futuro; é um horizonte compartilhado, embora cada indivíduo possa construí-lo de um modo singularmente pessoal. (BUTTNER, 1982, p.172)

Para Moreira (2004), o método de investigação crítico, rigoroso e sistemático da fenomenologia tem paulatinamente ganho reconhecimento como uma abordagem à pesquisa qualitativa. Dessa forma, destaca-se a importância do método em questão para a ciência humana e social, sempre procurando interpretar e analisar os fenômenos que são vivenciados, que se tornam experiências de vida na perspectiva do cotidiano, do espaço vivido. Para esta análise:

[...] a fenomenologia auxilia a obtenção de respostas no âmbito de fenômenos culturais, principalmente, quando elas transcorrem de mudanças culturais refletidas nas várias organizações do espaço. Nessa ciência é comum ver o espaço através das suas formas, funções, estruturas, processos, análises das relações de poder num território, ter afeição com um lugar. (BONJARDIM, 2009, p. 17)

Para analisar como os fenômenos e os objetos são percebidos, as considerações das imagens, dos consensos e/ou conflitos, as experiências passadas e atuais, o cotidiano revelador, os aspectos marcantes das paisagens e lugares e os significados; torna-se imprescindível privilegiar a percepção, nesta pesquisa, dos ribeirinhos. Para tanto é proposto um estudo conforme apresenta Emídio (2006, p.132):

Elementos inter-relacionados que podem ser reconhecidos e organizados numa composição coerente. São eles: Identidade: identificação do objeto, no sentido de individualidade ou particularidade, distinguindo-se de outras coisas. Estrutura: relação estrutural ou espacial do objeto com o observador

e com outros elementos. Significado: relação quer prática, quer emocional que o objeto tem para com o observador. (EMÍDIO, 2006, p.132)

Com isso, entende-se que o estudo dos processos relativos à percepção é essencial na tentativa de abarcar a inter-relação do ser humano com o ambiente de uma forma mais ampla, tanto no âmbito individual como comunitário, sem perder de vista suas expectativas, suas ações e suas considerações.

Então vejamos! O ambiente, ou “a complexidade ambiental”, encerra tanto um “objeto”, seja ele a natureza, os espaços naturais e os espaços construídos, mas, também e, sobretudo, as relações que se estabelecem no meio daquele “objeto”, isto é, a dinâmica e os processos de interdependência, sobredeterminação, exclusão, substituição, inclusão, eliminação que, em última instância, definem e delimitam seres e objetos, nesse ou naquele meio. (VARGAS, 2008, p.2)

Parte-se do pressuposto que cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente às ações sobre o meio, aceitam-se suas respostas e manifestações como resultados de sua visão de um ambiente pontual. Para Merleau-Ponty (1999, p. 85) “a percepção não é facultativa enquanto a vida está integrada à nossa existência concreta num determinado ambiente humano ou físico. Além das distâncias físicas que existem entre nós e todas as coisas, a distância vivida mede, a cada momento, a “amplidão” das nossas vidas”. Verifica-se que cada indivíduo tem sua interpretação de espaço, de acordo com a realidade em que vive. O espaço vivenciado é que será refletido nas percepções e esse parâmetro justifica a necessidade de compreender as ações de cada indivíduo, pois cada um tem uma visão diferente. No entanto, não existe percepção errada ou inadequada, existem sim, percepções diferenciadas, condizentes com o espaço da existência.

Para Ferrara (1993), a percepção ambiental é definida como a operação que expõe a lógica da linguagem que organiza os signos expressivos dos usos e hábitos de um lugar. É uma explicitação da imagem desse lugar, veiculada nos signos que uma comunidade constrói em torno de si. Nesta acepção, a percepção ambiental é revelada mediante uma leitura semiótica da produção discursiva, artística, arquitetônica etc. de uma comunidade.

A percepção é a experiência sensorial direta que em um dado instante se dá por meio de mecanismos perceptivos e principalmente cognitivos, e não um processo de recepção apenas informativa. Será então um recorte que se faz de um

fenômeno sobre um dado concreto. “A percepção não é uma ciência do mundo, não é nem mesmo um ato, uma tomada de posição deliberativa; ela é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles”. (MERLEAU-POUNTY, 1999, p.6).

Del Rio (1996) aponta que cada um de nós possui uma visão de mundo, que não pode ser nunca objetiva, mas é composta por conjunto de realidades subjetivas, significativas, sistemas de valores e interpretações que dependem de uma série de fatores, sejam sociais ou inerentes ao próprio indivíduo. Portanto, os usos e os hábitos constituem a manifestação palpável do lugar, na mesma dimensão em que o lugar é também a revelação concreta do espaço. E, estes, reunidos, produzem a imagem do lugar, revestidas da paisagem que pode ser lida e relida por meio do dia-a-dia. Considera-se então, a percepção ambiental quando essa se constitui em uma operação determinada do homem em suas relações com o ambiente.

É condição da percepção ambiental, ou seja, gerar conhecimento a partir da informação retida, codificada nos usos e nos costumes. Percepção é informação na mesma medida em que informação gera informação. Usos e costumes são signos do lugar informado que só se revela na medida em que é submetido a uma operação que expõe a lógica de sua linguagem. A essa operação dá-se o nome de percepção ambiental. (FERRARA, 1993, p. 153)

“A percepção exerce o papel de unir e construir o cotidiano de cada um e desenvolver a aptidão com o intuito de contextualizar os saberes, de modo a produzir um pensamento no sentido em que situa acontecimento, informação e conhecimento em relação de inseparabilidade com o seu ambiente” (MORIN, 2004, p. 76). A mesma é mediada pela experiência que constrói e produz possibilidades que configuram o próprio cotidiano, intermediado pelo desenvolvimento da percepção pessoal tanto quanto coletiva, bem como da união de sentimentos e pensamentos na amplidão da compreensão da realidade vivida que cada comunidade, cada indivíduo concebe.

Ao estudar o rio Pardo, no município de Itambé no Estado da Bahia, verifica-se que o ambiente em questão torna-se familiar devido a uma série de informações sobre experiências passadas e atuais que são armazenadas e trazidas à memória sempre que necessário. E ao ter o conhecimento sobre o rio, os moradores, os usuários e os ribeirinhos têm atitudes sobre ele incluindo suas preferências ou não

pelos lugares. Privilegia-se a percepção que os ribeirinhos desenvolveram do seu ambiente de vivência na dimensão cotidiana. Conforme Gil Filho e Gil:

O estudo do cotidiano compreende a análise do indivíduo de modo geral, envolvido em relações com os outros indivíduos. Sendo que o espaço é o meio que possibilita a conexão entre as coisas. Sua compreensão já está submetida à compreensão imediata do mundo vivido, que é a soma de todas as ações e intervenções junto ao meio onde o indivíduo vive, criando dessa forma uma experiência de vida, cada qual com a sua experiência. (2008, p.106)

No cotidiano são estabelecidas as relações que permitem a criação de laços sociais entre os indivíduos e sociedade que participam do mesmo lugar, da mesma realidade e reforçam os vínculos, as ligações interpessoais. Seria então um modo exclusivo de fazer, de representar, de perceber o “mundo” à sua volta. Isso não quer dizer que haja homogeneidade nos grupos que pertencem a aquele lugar e àquele cotidiano, pois em um mesmo espaço ocorrem relações diferenciadas entre as pessoas e entre o ambiente, assim como maneiras distintas de vivenciar o dia-a-dia. No entanto, pertencem à mesma realidade espacial e convivem entre si estipulando hábitos, usos, signos e significados, e o estudo desse cotidiano admite levar a conhecer a expressão de cada sociedade. “Nesse sentido, entende-se que o sentimento de pertencimento rompe com as barreiras do racionalismo do saber multifacetado e com as práticas conseqüentes que mantêm a natureza externalizada e os sentimentos de hostilidade, virtuosidade e mercadoria predominantes” (VARGAS, 2003, p. 06). Ainda nessa dimensão de análise Carlos afirma:

A dimensão espacial da realidade social nos coloca diante da articulação espaço-sociedade na medida em que a produção da vida, do cotidiano do indivíduo, não é só produção de bens para a satisfação de necessidades materiais é também a produção da humanidade do homem. (CARLOS, 2007, p.55)

Para tanto, a análise das relações sociais se torna imprescindível:

Assim, as relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os modos do uso, nas condições mais banais e acidentais, na vida cotidiana. Revela-se como espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido pelo indivíduo por meio do corpo, pois é com todos os sentidos que o habitante usa o espaço, cria/percebe os referenciais, sente os odores dos lugares, dando-lhes sentido. Isso significa que o uso do espaço envolve o indivíduo e seus sentidos, seu corpo; é por ele que marca sua presença, é por ele que constrói e se apropria do espaço e do mundo do plano no lugar, no modo como usa o espaço e emprega o tempo na vida cotidiana. (CARLOS, 2001, p.35)

Com base nesse enfoque é que se procedeu a leitura do rio Pardo por meio do olhar do ribeirinho. Suas histórias de vida, suas permanências, sua produção espacial, os conflitos, enfim suas práticas no e para com o rio.

Todavia a análise do cotidiano nos aponta para o fato de que o social não é redutível ao econômico (caracterizado por relações de produção e de propriedade), mas refere-se às relações entre os indivíduos e o grupo e deste com a sociedade, manifestando-se como o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional, entre o efêmero e o que persiste, o lugar onde, para Lefebvre, se formulam os problemas de reprodução ao sentido amplo, isto é, a forma como é produzida a existência social dos seres humanos. (CARLOS, 2007, p.53-54)

Revelar os recônditos do cotidiano, o que dá sentido ou os significados atribuídos pelos grupos humanos ao lugar em que estão fixados e as ações refletidas nas suas paisagens advindas dessas orientações, foi uma tarefa minuciosa, pois buscou-se analisar o próprio homem e suas ligações e manifestações que o enraíza e desenvolve um forte sentimento de pertencimento.

1.2 Estratégias metodológicas para a pesquisa

O caminho metodológico percorrido para a elaboração desta dissertação de mestrado a inseriu no campo da pesquisa qualitativa. Reconhece-se que a forma de abordagem na análise de um fenômeno específico não é determinada isoladamente, “mas é a natureza do problema ou o seu nível de aprofundamento que, de fato, determina a escolha do método (RICHARDSON, 1999, p.70) ainda considerando que o resultado da pesquisa se constitui em um “imbricamento entre a habilidade do produtor, sua experiência e seu rigor científico”. (MINAYO, 2000, p.23).

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significações e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZOTTI, 1998, p.79)

Para cumprir os objetivos propostos, sendo o geral: Avaliar a paisagem do rio Pardo no Sudoeste da Bahia a começar pela percepção dos ribeirinhos e, os objetivos específicos, quais sejam: Levantar os aspectos marcantes da paisagem para os ribeirinhos; identificar a percepção, os significados e as condutas para com o rio; analisar as práticas consensuais e/ou conflitantes para com a paisagem; foram considerados os seguintes instrumentos para coleta de dados: revisão bibliográfica e pesquisa de campo a fim de possibilitar a investigação da percepção dos ribeirinhos em torno do rio Pardo, no município de Itambé no Sudoeste de Bahia.

Revisão bibliográfica: Esta etapa foi primordial e obrigatória. A revisão de literatura contemplando a categoria de estudos, bem como os conceitos explorados na dissertação e que possibilitaram uma abordagem teórica e metodológica para o desenvolvimento desta pesquisa. Sendo realizada por meios dos acervos existentes na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Biblioteca setorial do Núcleo de Pesquisa em Geografia – NPGeo e também em sites científicos: SCIELO, IBGE, SEI, IPEA e as revistas eletrônicas preferencialmente de Geografia, incluindo as indicações de obras literárias efetuadas por profissionais que trabalham com as questões geográficas; dissertações e teses. Para Serpa:

Ressaltar a importância do trabalho de campo na Geografia não significa pregar a volta ao empirismo descolado da perspectiva de teorização, ao contrário, conceitos, teorias e procedimentos metodológicos devem constituir uma unidade orgânica e coerente no desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa dos geógrafos. (2006, p.21)

Pesquisa de campo: nesta etapa o trabalho de campo foi dividido em duas fases. Primeiramente, partiu-se da observação da comunidade no seu dia-a-dia, seu vai e vem, suas linguagens, quando elaborou-se um diário que retratava a paisagem do rio Pardo, seus símbolos que caracterizam aquele ambiente e a comunidade ribeirinha.

Um ponto importante da pesquisa, talvez o mais importante, se refere à “chegada” à área de estudo. A forma como nos apresentamos e nos (com)portamos reflete muito do que somos e pode servir a nos abrir as portas, ou a fechá-las definitivamente. A distância, enorme ao início, entre o pesquisador e aqueles que irá pesquisar, existe de fato e não pode ser ignorada. É necessário buscar diminuí-la sempre, para que a pesquisa de tipo qualitativo – principalmente aquela de tipo participante – possa ser realizada com sucesso. É preciso que o pesquisador seja aceito pela comunidade, mas é preciso, sobretudo que ele seja aceito como ele é: alguém de fora, diferente, que se dispõe a estar com o grupo e a realizar com eles – e não sobre eles – um estudo e que, depois, irá embora. (MARCOS, 2006, p.111-112)

Nesse momento, foram obtidas informações do lugar, quais os moradores mais antigos, a freqüência ao rio, as atividades ali realizadas. Sempre com as conversas informais e bate-papos. A observação visual foi privilegiada, tanto quanto o contato com as pessoas que moram e já moraram ali e os freqüentadores do rio. “A observação participante pode ser conceituada como uma estratégia de campo que combina ao mesmo tempo a participação ativa com os sujeitos, a observação intensiva e, ambientes naturais, entrevistas abertas informais e análise documental”. (MOREIRA, 2004, p.52)

A segunda fase foi pautada na aplicação de entrevistas semi-estruturadas.

O entrevistador pergunta algumas questões em uma ordem pré-determinada, mas dentro de cada questão é relativamente grande a liberdade do entrevistado. Além disso, outras questões podem ser levantadas, dependendo das respostas dos entrevistados, ou seja, podem existir questões suplementares sempre que algo de interessante e não previsto na lista original de questões aparecer. (MOREIRA, 2004, p.55)

Vinte e nove pessoas participaram da mesma. A escolha dos entrevistados foi por meio do critério do mais antigo morador ao de menor tempo de residência próximo ao rio Pardo. As entrevistas aconteceram às margens do rio no município de Itambé. Na sua maioria estavam todos exercendo suas atividades rotineiras, ainda assim todos foram solícitos. As entrevistas visaram uma caracterização dos entrevistados e que identificassem sua percepção frente ao rio e os principais problemas enfrentados cotidianamente, suas possíveis origens, efeitos e soluções. Privilegiou-se a análise dos significados, dos elementos representativos, das responsabilidades, dos interesses, das possibilidades de uso, as expectativas, e as práticas exercidas por eles no e para com o rio, e ainda os aspectos marcantes da paisagem.

“Sob o familiar, descubra o insólito, sob o cotidiano, descubra o inexplicável”, escreveu Bertolt Brecht em 1930, em um belo texto de sua peça “A exceção e a regra”², com objetivo expressamente didático. É uma observação que pode ser transposta para quem realiza pesquisa de campo. Para este, o familiar, o cotidiano, é o importante, o significativo. E a análise social deve ser feita a partir do que está no cerne da vida das pessoas, do que condiciona sua existência atual e seu futuro, do que o passado fez deles. Daí a importância dos níveis cultural e político. O pesquisador deve estar prevenido para não se deixar distrair pelo anedótico, pelo estranho, pelo singular. Uma coisa é observar para tentar compreender, registrar os fenômenos para os interpretar com o apoio da explicação geral; um a outra é ir “à pesquisa” como quem vai ao zoológico ou ao safári! (KAISER, 2006, p. 99-100)

As entrevistas semi-estruturadas buscaram relatar especialmente os sentimentos e as sensações dos ribeirinhos. Todos os entrevistados autorizaram o uso de suas falas e as iniciais dos nomes, no entanto, se negaram a assinar o Termo de livre concessão de informações (para fins científicos), alegando alguns que não sabiam ler nem escrever e outros por estarem “próximo das eleições e não quererem se comprometer”, mesmo sendo informados por diversas vezes que a pesquisa não tinha comprometimento com as eleições.

Caracterização dos entrevistados: Do total de participantes constavam moradores, ex-residentes (atualmente freqüentadores do rio) e as mulheres lavadeiras de roupa que exercem tal atividade no rio Pardo. Todos esses moram no município de Itambé. Desses, a maioria pertence ao sexo feminino e estavam às margens do rio no momento das entrevistas. O universo masculino constitui-se de entrevistados que foram abordados em suas residências e os que estavam visitando o rio. A idade dos entrevistados variou entre 32 (trinta e dois anos) a 84 (oitenta e quatro anos), sendo que a maioria se concentra na faixa dos 40 a 70 anos.

Com relação ao nível de escolaridade, 5 (cinco) pessoas declararam sem escolaridade, 15 (quinze) com primário incompleto, 4 (quatro) concluíram o ensino fundamental e 5 (cinco) informaram que não concluíram o nível médio.

Quando questionados quanto à profissão e/ou ocupação dos mesmos obteve-se variadas respostas que curiosamente alguns afirmaram: “Ribeirinho por amor, mas hoje sou catador de latinhas”. Outros vendedores de picolé. Alguns são aposentados e se mantêm com as respectivas pensões. Carregador de materiais diversos (madeiras, material de construção, entulhos etc.) com uso de carroças e cavalos. A maior parte das mulheres se caracterizaram como donas-de-casa e lavadeiras de roupa.

No que concerne ao grau de relação atual com o rio entre as 18(dezoito) mulheres: 66% (sessenta e seis por cento) se consideram muito ligadas ao rio por variados motivos: trabalho como lavadeiras de roupas, outras porque tiveram a infância desenvolvida as margens do Pardo (expressão utilizada por quase todos os que compuseram esta pesquisa). Ainda concluem: “A gente tem um grande sentimento de gratidão por ele (o rio)”. Mas, 34% (trinta e quatro por cento) vão ao rio esporadicamente em função do lazer ou para lavar a roupa da casa (serviço sem remuneração).

Entre o universo masculino foram 11(onze) entrevistados, dos quais 63% (sessenta e três por cento) se consideram “guardiões do rio e dos costumes”, porém nas falas eles destacam que “no dia-a-dia recorrem às atividades principalmente de carroceiros e vendedores de picolé no centro da cidade de Itambé a fim de garantir a sobrevivência da família”. Apenas 20% (vinte por cento) dizem ter um pequeno grau de envolvimento com o rio e práticas culturais que estão relacionadas com a comunidade ribeirinha, enquanto que 17% (dezessete por cento) afirmam que não pertencem à realidade ribeirinha. Desse modo, declaram-se pertencer ao espaço urbano, pois não há mais espaço para a experimentação de um cotidiano voltado para o rio ainda considerando que o rio Pardo é o maior símbolo da vida ribeirinha.

Análise e avaliação dos dados obtidos: na terceira e última etapa realizou-se a análise e avaliação das entrevistas com destaque para a apreensão da paisagem, das representações, a percepção como meio para o entendimento do cotidiano, a fusão entre os componentes naturais e os construídos na experiência diária; enfim identificação e os significados da paisagem analisada pela percepção dos ribeirinhos. As falas foram transcritas e usadas como citação, algumas delas não serão identificadas, pois não se obteve autorização para divulgação dos autores.

Durante o período das entrevistas foi feito registro fotográfico, especialmente do rio Pardo e das condições de moradia, de trabalho, dos problemas relacionados ao esgoto a céu aberto e do lixo lançado às margens do rio. Quase todos os ribeirinhos não quiseram ser fotografados, uns por “não estarem arrumados”, outros “por não querer saber de fotos às vésperas da eleição”. Diante do exposto, a pesquisa foi organizada na tentativa de compreender como os ribeirinhos, cotidianamente, constroem o mundo vivido dentro de um contexto específico, ou seja, às margens do rio Pardo.

1.3 Em busca da apreensão do lugar: o rio Pardo

Os problemas ambientais têm feito a Geografia Física ganhar mais unicidade na medida em que tais problemas, muitas vezes, só podem ser estudados sob uma abordagem mais holística. Esses mesmos problemas chegam à discussão dentro da Geografia Humana, porque os fatores econômicos e os ideários de desenvolvimento, tão importantes para o estudo da organização do espaço, são suas principais causas.

Aparentemente, um entrelaçamento maior entre as abordagens das ciências naturais e sociais emerge da problemática ambiental, que exige uma nova racionalidade no diálogo dos saberes, conforme aponta Leff (2004, cap. 12) ao falar das ciências de um modo geral. Essa preocupação comum pode fazer a bacia hidrográfica ser um recorte possível para estudos que lançam sobre o espaço geográfico um olhar mais próximo da Geografia Humana. (LIMA, 2005, p. 179)

A Bacia hidrográfica do rio Pardo corta os estados de Minas Gerais e Bahia, limitando-se ao norte com a Bacia do rio de Contas, ao sul com a do rio Jequitinhonha. O rio Pardo nasce no município de Rio Pardo de Minas no Estado de Minas Gerais e conclui seu curso no município de Canavieiras no Estado da Bahia desaguando no Oceano Atlântico. Os municípios baianos que compõem a Bacia do rio Pardo são os seguintes: Cândido Sales, Belo Campo, Planalto, Vitória da Conquista, Itambé, Itapetinga, Barra do Choça, Caatiba, Encruzilhada, Ribeirão do Lago, Macarani, Maiquinique, Itarantim, Potiguará, Pau-Brasil, Camacã, Mascote e Canavieiras. Seus principais afluentes na margem direita - Rios Pardinho, Mosquito, Preto e Itaperaba e na margem esquerda- rio São João do Paraíso. Para uma visualização da Bacia apresenta-se a figura 1 que corresponde ao mapa da mesma na página 30.

Na extensão da Bacia hidrográfica do rio Pardo o clima é bastante variado. A parte mais ocidental sofre influência do regime continental tropical, apresentando índice pluviométrico da ordem de 1.060 mm. O clima é quente e úmido, com chuvas fortemente concentradas nos meses de novembro a janeiro (verão) e totais mensais de precipitação freqüentemente nulos no período de estiagem (junho a agosto). A parte mais oriental sofre influência do regime marítimo tropical, apresentando índices pluviométricos anuais variando de 1.000 a 1.600 mm do interior para o litoral, com valores médios de 1.335 mm no baixo Pardo. Nessa porção não há meses sem chuva e o déficit hídrico anual varia de 0 a 200 mm, segundo o Centro de Recursos Ambientais da Bahia – CRA, 2008.

Conforme o CRA, em função de não existir estudos de enquadramento para esta Bacia, foi utilizado o critério estabelecido no Artigo 20 da Resolução CONAMA 20/86, o qual institui que enquanto não forem realizados enquadramentos, as águas doces serão consideradas Classe 2. Esta Classe contempla os seguintes usos: abastecimento doméstico, após tratamento convencional; proteção das comunidades aquáticas; recreação de contato primário; irrigação de hortaliças e

plantas frutíferas; criação natural e ou intensiva (aquicultura) de espécies destinadas à alimentação humana.

BACIA DO RIO PARDO

MONITORAMENTO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS
ESTADO DA BAHIA

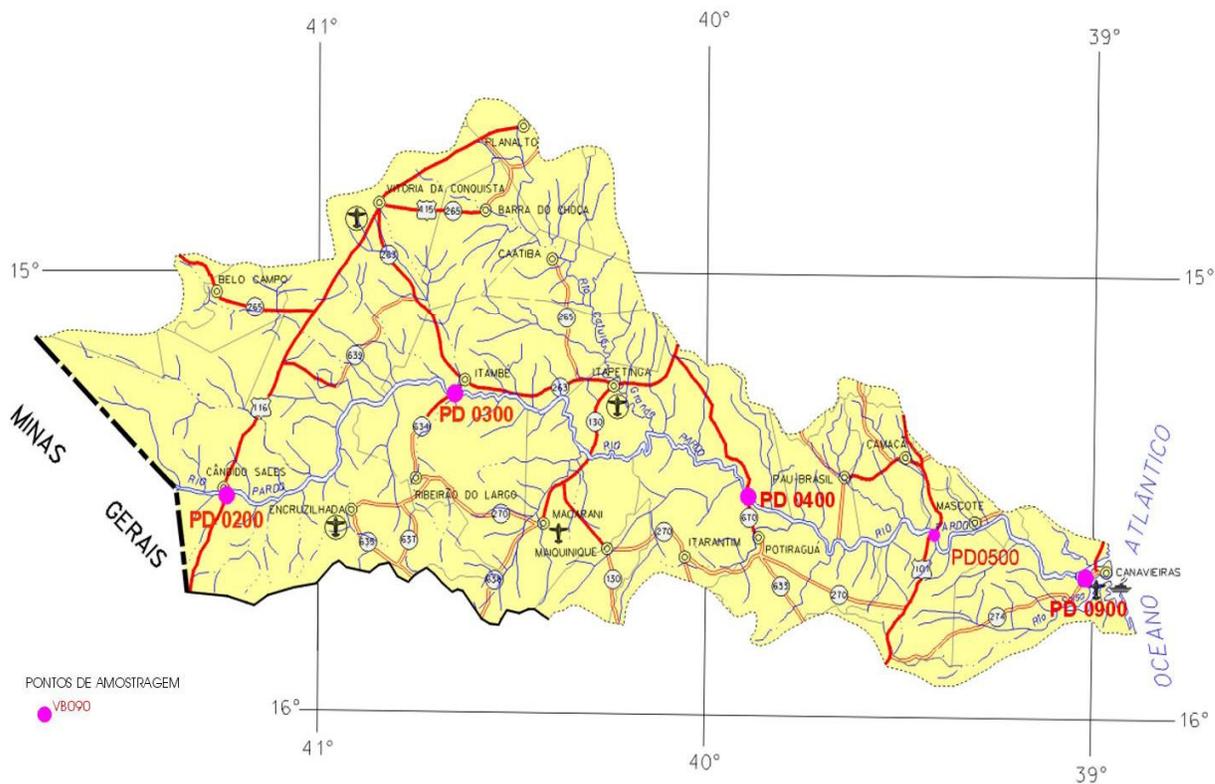


FIGURA1: Mapa da Bacia do rio Pardo



CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

RODOVIAS	
Prefixo Federal	⊠
Prefixo Estadual	○
Pavimentada	—
Implantada	—
AERÓDROMOS	
Pavimentado	⊕
Não Pavimentado	⊕
LIMITES	
Interestadual	—
Intermunicipal	—
Intermunicipal Suj. a Alteração	—
Bacia	⋯
PORTO	
Atracadauro	⤴
LOCALIDADE	
Cidade	⊙
HIDROGRAFIA	
Curso d'Água Permanente	—
Curso d'Água Intermitente	—
Lago, Lagoa, Permanente	—

FONTE CARTOGRÁFICA: Mapa do Sistema de Transportes do Estado da Bahia, Escala 1:2.000.000, DERBA, 1984.

Quanto ao uso e ocupação da Bacia hidrográfica se dá principalmente pela urbanização, pecuária, agricultura, atividades industriais, mineração. A maior parte da área ocupada encontra-se utilizada pelas atividades de pecuária, agricultura, extrativismo vegetal e mineração. Também se observa um crescimento nas áreas ocupadas por processos de urbanização e pequenas atividades industriais. Em relação ao uso da água do rio Pardo atividades verificadas na Bacia são: irrigação, abastecimento público para usos urbano e rural; pesca artesanal, piscicultura, dessedentação de animais, corpo receptor de efluentes industriais e domésticos, recreação e navegação na foz do rio, lazer e turismo na faixa litorânea. Todas essas informações foram obtidas junto ao CRA, 2001.

As principais fontes de poluição dos recursos hídricos na Bacia do rio Pardo referem-se às atividades de agricultura e pastagem que geram processos erosivos com conseqüente assoreamento dos rios e alteração da qualidade das águas. Por outro lado, as atividades urbanas e industriais lançam nos corpos d'água substâncias que podem alterar a sua qualidade por meio da introdução de elementos nocivos ao meio.

Ainda atentando todos os municípios que são banhados pelo rio Pardo desde o Estado de Minas Gerais até o Estado da Bahia, pautou-se esta pesquisa no município de Itambé por considerar que a comunidade tradicional encontrada difere das demais visitadas nas cidades baianas de Itapetinga e Cândido Sales. A mesma é antiga e representativa, sofreu um afastamento do rio e vive um processo intenso de desterritorialização; posto que os problemas sociais, econômicos e políticos enfrentados estão generalizados nos municípios visitados; e mesmo assim a comunidade em Itambé insiste em destacar que a paisagem do rio Pardo é marcante e delimitadora da percepção ribeirinha, e que "se sentem um eterno ribeirinho".

O nome Itambé, que no idioma tupi significa "pedra afiada", somente foi concedido ao Município quando de sua elevação a essa categoria. Anteriormente sua denominação era Verruga - por ser também banhado pelo rio de mesmo nome, o qual é afluente do rio Pardo. Sobre os primitivos habitantes da região pouco se conhece. É tradição corrente, porém, que no lugar conhecido por Catulé Grande, 60 quilômetros a oeste da sede municipal, teriam existido um agrupamento de índios denominados Mongoiós, cujos componentes resistiram aguerridamente ao intento dos colonizadores, de se instalarem na região. As primeiras penetrações no território teriam sido conseqüência do desejo da Coroa Portuguesa, que, com o intuito de

livrar o interior do isolamento em que se encontrava, projetou a construção de estradas que permitissem acesso ao litoral baiano.

Assim, a história da formação desse município está envolto de batalhas desenvolvidas para a apropriação de terras que mais tarde fariam parte de todo o território de Itambé. Para tanto, foi incumbido da execução desse plano João Gonçalves da Costa, na segunda metade do século XVIII, presumivelmente em 1752. Ao cabo de alguns anos de esforços conseguiu aquele sertanista rasgar, por meio da mata, estradas que ligaram os sertões de Conquista a zona litorânea, recebendo da administração colonial doação de larga área. Por volta de 1890, uma seca de grandes proporções compeliu certo número de famílias radicadas no alto sertão da Bahia a procurar outros sítios onde pudessem estar a salvo do flagelo. Tomaram o rumo da costa e, ao depararem com condições favoráveis, em meio do caminho, ali se fixaram. Esses retirantes instalaram-se no território, constando ter sido Manoel Balbino da Paixão quem primeiro se estabeleceu às margens do rio Verruga, no exato encontro das águas do Verruga com o Pardo. Cerca de um quilômetro acima, no lugar em que o riacho Santa Maria lança suas águas no rio Verruga, localizou-se Manoel Raimundo da Fonseca. À margem esquerda do Pardo, construiu o tenente Maximino Martinho de Oliveira uma propriedade que recebeu o nome de Barra do Choça.

Outro pioneiro a instalar-se em uma pequena faixa de terra que hoje compõe Itambé foi Estevam Gonçalves de Oliveira. Não faltou a presença de religiosos nos primórdios do Município: Frei Luís construiu uma pequena capela, estabelecendo-se na Fazenda Santa Maria e muito concorreu para a catequese dos silvícolas. Isso demonstra a importância das conquistas territoriais e que por vezes delimitadas pelas águas dos rios Verruga e Pardo na construção histórica do município, indicando que os habitantes do lugar se fixavam às margens dos rios e no decorrer do tempo construíam um modo de vida peculiar das comunidades ribeirinhas.

De acordo com o IBGE - 2007, a Lei estadual n.º 2.042, de 12 de agosto de 1927, criou o Município de Itambé com território desmembrado de Vitória da Conquista e sede no antigo povoado de Verruga. Instalado a 1.º de janeiro de 1928, ficou constituído de um único distrito, até que, por força do Decreto estadual n.º 11.089, de 30 de novembro de 1938, adquiriu do Município de Vitória da Conquista o distrito de Itatinga, que teve a denominação alterada para Itapetinga (Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943). Nova alteração se verificou em sua

formação administrativa com a perda de Itapetinga, elevado a Município em virtude da Lei n.º 508, de 12 de dezembro de 1952. A Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, deu a Itambé uma nova constituição atual, pela qual o município se compõe de 2 distritos: o da sede, de mesmo nome, e Catolézinho.

Atualmente conta com uma população de 33.687 habitantes com incidência de pobreza de 60,4% segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – 2007. O índice de desenvolvimento econômico é de 4.971,51 e corresponde a 315º posição no ranking estadual, conforme a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI no ano de 2006. O produto Interno Bruto é de 88,61 e sua posição é de 118º no Estado.

O estudo que determina o índice de desenvolvimento econômico sintetiza indicadores municipais referentes à infra-estrutura econômica, qualificação da mão-de-obra formal, PIB per capita, educação, saúde, oferta de serviços básicos à população e rendimento por faixa salarial da mão-de-obra formal para a sua elaboração.

A metodologia de cálculo dos índices utiliza o método de escores padronizados para fazer a comparação do índice de cada município com o índice médio dos municípios do estado, demonstrando a dispersão entre os municípios e regiões em termos de desenvolvimento econômico e social. Adverte-se que, a finalidade fundamental do estudo é assinalar disparidades de desenvolvimento e acompanhar a sua tendência por meio de uma série estatística, não cabendo interpretação dos resultados como um mero ranking de desenvolvimento. Assim sendo, os índices se prestam para subsidiar a elaboração de políticas de combate às desigualdades regionais como também para estabelecer critérios para a racionalização na alocação dos recursos públicos em prol do conjunto da população.

É nessa população que está inserida a comunidade ribeirinha que vive nas proximidades do rio Pardo. Durante décadas a mesma se manteve da pesca e da agricultura, desfrutando os benefícios de estarem muito próximo as águas do rio Pardo que possui o rio Verruga com seu afluente e que também banha a cidade de Itambé. As práticas culturais exercidas colaboraram diretamente na manutenção da comunidade ribeirinha e permitiu que os conhecimentos tradicionais fossem conhecidos por todas as gerações de ribeirinhos. As tradições, a religiosidade, o

manejo com a terra e os conhecimentos tradicionais sempre foram transmitidos entre eles.

O desenvolvimento da cidade de Itambé e o aprofundamento das práticas capitalistas culminaram com a apropriação dos espaços que foram sendo (re) definidos por grupos sociais com interesses distintos e atingem implacavelmente as comunidades tradicionais proporcionando o encurtamento do espaço ribeirinho. “As formas geográficas se alteram ou mudam de valor; e o espaço se modifica para atender as transformações da sociedade” (SANTOS, 2007, p.55). As mudanças da paisagem acentuaram-se com a aceleração do crescimento do município de Itambé e os problemas ambientais alteraram a qualidade das águas do rio Pardo promovendo uma transformação no modo de vida da comunidade tradicional que se estabeleceu nas proximidades desse manancial. Para Leonel (1998, p. 27):

É próprio das Ciências Sociais compreender e explicar os processos geradores de configurações particulares em determinado espaço social, assim como as relações sociais tecidas em torno a usos diferenciados dos recursos naturais, inclusive os que provocam rupturas entre o homem, as sociedades e a sua natureza.

Nesse contexto, insere-se a análise dessa comunidade tradicional que por intermédio da percepção torna mais evidente a vivência atual e permite a leitura da paisagem como uma interpretação social da natureza quando não uma explicação natural do próprio “ser” ribeirinho.

1.4 Populações Tradicionais: breves considerações.

Na realidade acima exposta se encontra o ribeirinho que vive às margens do rio Pardo. Assim, uma questão deve ser levantada nesta discussão: Quais as características de um ribeirinho? Existe um debate fervoroso quanto à significação dos termos “populações”, “indígenas” e “tradicionais”. Esses se aplicam ou determinam àqueles povos que vivem e/ou habitam áreas geográficas específicas e que tem características comuns. Diegues (2004, p.81) assim determina:

- A) Ligação intensa com os territórios ancestrais;
- B) Auto-identificação e identificação pelos outros como grupos culturais distintos;

- C) Linguagem própria, muitas vezes não a nacional;
- D) Presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais;
- E) Sistemas de produção principalmente voltados para a subsistência.

Não há como englobar “populações tradicionais” em um conceito, pois as mesmas existem em função de algumas características comuns e são tidas como “tradicionais”, destacando que não são idênticas qualitativamente ou quantitativamente em todas as suas particularidades. Destaca-se que as diferenças são palpáveis e se justificam, uma vez que vivem em áreas diversas e primordialmente pelo modo de produção e o modo de vida que experienciam. “As sociedades tradicionais acompanham os padrões oferecidos pela natureza e vão respondendo progressivamente aos obstáculos enfrentados”. (LEONEL, 1998, p.217)

As populações alijadas dos núcleos dinâmicos da economia nacional, ao longo da história do Brasil, adotaram o modelo da *cultura rústica*, refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes, possibilitando sua sobrevivência e a reprodução desse modelo sociocultural de ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais, com inúmeros variantes locais determinados pela especificidade ambiental e histórica das comunidades que neles persistem. (ARRUDA, 1999, p.82)

Considera-se que o modo de vida das populações tradicionais possui influência indígena que se manifesta nas formas de organização e de sociabilidade. Nesses grupos a ajuda mútua fortalece as relações interpessoais, o que tende a reforçar os laços entre si e na manifestação da cultura por meio das festas religiosas e manutenção das tradições, por exemplo. No entanto, diferencia-se a cultura que tradicionalmente é repassada entre gerações entre os camponeses, os ribeirinhos e das tribos indígenas. Para Diegues (2004) é um aspecto da dimensão da civilização da qual faz parte. Para se manter como tal, a cultura camponesa requer contínua comunicação com outra cultura (a nacional, a urbano-industrial). Nesse sentido, a cultura camponesa tradicional é uma expressão local de civilização mais ampla.

Darcy Ribeiro (1995) classifica as variantes desse modelo de povoamento rural de: **cultura crioula** - desenvolvida na faixa de massapé do Nordeste, sob a égide do engenho açucareiro; **cultura caipira** - constituída pelo cruzamento do português com o indígena e que produziu o mameluco paulista, caçador de índios e depois ‘sitiantes tradicionais’ das áreas de mineração e de expansão do café, que se

apresenta no litoral sob o nome de **cultura caiçara**; **cultura sertaneja** - difundida pelo sertão nordestino até o cerrado do Brasil central pela criação de gado; **cultura cabocla** - das populações amazônicas, afetas à indústria extrativa; e **cultura gaúcha** - de pastoreio nas campinas do Sul.

Diegues (2000) Informa que a colonização do Brasil empreendida pelos portugueses a partir do século XVI plasmou entre a população rural um modelo sociocultural de adaptação ao meio que, malgrado suas diferenças regionais e as que se podem detectar ao longo do tempo, apresentam características comuns que marcam ainda hoje as comunidades humanas em regiões isoladas no Brasil. Esse modelo sociocultural de ocupação do espaço e utilização dos recursos naturais deve a maior parte de suas características às influências das populações indígenas e ao caráter cíclico e irregular do avanço da sociedade nacional sobre o interior do país.

Neste estudo foram abordadas as populações tradicionais não-indígenas como aquelas que vivem às margens dos rios brasileiros, denominadas de ribeirinho e os aspectos que evidenciam os retrocessos e a invisibilidade das comunidades ribeirinhas, pois na atualidade se transpôs o ribeirinho às margens de um desenvolvimento socialmente justo e democrático. Conforme o IBAMA (2009):

No nosso entender, a idéia de Populações Tradicionais está essencialmente ligada à preservação de valores, de tradições, de culturas. Ao longo da sua história, o homem através de múltiplas experiências e situações vivenciadas, tem alcançado importantes conquistas que o fazem avançar, que elevam sua dignidade de espécie humana. Acontece que o ritmo das mudanças, a velocidade das descobertas tem crescido em ritmo geométrico, nos últimos 50 anos, tornando obrigatória a consolidação de certos valores, ou então o resgate de valores que apenas são conservados por populações tradicionais; caso contrário, podem ser jogadas ao esquecimento conquistas seculares da humanidade.

De acordo com o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, no artigo 3º compreende-se por povos e comunidades tradicionais:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possui formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição.

O termo ribeirinho, hoje usado amplamente pela mídia local para falar das populações amazônicas, não aparece na literatura antropológica antes dos anos de 1970, quando Miller (1977) refere-se às “comunidades ribeirinhas tradicionais”, como

pequenas cidades localizadas ao longo do rio Amazonas, não muito próximas aos centros mais desenvolvidos, não alcançados pela malha rodoviária, e ignoradas pelos projetos desenvolvimentistas aplicados à região.

Os ribeirinhos em sua maioria vivem à beira dos rios e tradicionalmente o modo de vida está condicionado aos ciclos da natureza que regula o cotidiano dos mesmos. Tem uma forte ligação com o território que habitam e este determina sua forma de viver.

Um elemento importante na ligação entre essas populações e a natureza é sua relação com o território, que pode ser definido como uma porção da natureza e do espaço sobre o qual determinada sociedade reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros direitos estáveis de acesso, controle ou uso na totalidade ou parte dos recursos naturais existentes. (DIEGUES, 2001, p. 69-70)

A forma de trabalho comumente encontrada baseia-se na reprodução de alimentos para sua própria sobrevivência, e também relacionada à pesca, essencialmente extrativista e agrícola centrada na produção familiar. “A economia ribeirinha é voltada para a produção dos alimentos necessários à manutenção de espécie, não há uma preocupação efetiva com a produção do excedente”. (SCHERER, 2004, p.2-3). A pesca se tornou essencial para essas populações, o que implica na boa qualidade da água do rio. “A atividade da pesca é fundamental para o ribeirinho, que muitas vezes, deixa qualquer outra para ir à busca do pescado”. (SILVA, 2000, p.98).

Culturalmente são fruto do contato entre as culturas indígenas, européias (sobretudo a portuguesa) e posteriormente, as africanas que influenciaram a língua, as técnicas, a religião, a música, festas e danças. Para muitas delas a influência indígena foi crucial, mesmo na região sul-sudeste onde o tupi-guarani foi a língua geral de comunicação até final do século XVIII. Uma grande parte das práticas tradicionais de manejo e de conhecimento acumulado sobre a mata, os rios, lagos e o mar tem influência direta dos saberes e práticas dos povos indígenas que foram transmitidos através de gerações de forma oral. (DIEGUES, 2007, p.2)

Torna-se fundamental perceber que essas populações sentem-se pertencentes aos grupos sociais específicos. Não são apenas pessoas que vivem de modo diferente dos habitantes do espaço urbano, mas pertencem aos espaços em que seu modo de vida é exercido. Identificam-se com o ambiente e se tornam constituintes do mesmo. E devido a seu modo de vida, sua relação com os recursos naturais se territorializam. Para eles, o território não está circunscrito pelas

fronteiras, pelas cercas ou extensão territorial, mas carregado de simbolismo em que está registrado todo o histórico dos seus antepassados ao momento atual da sua história.

A noção de território é uma das mais importantes características que marcam esses grupos tradicionais. O território, ocupado durante gerações não é definido somente pela extensão territorial e os recursos nele existentes, mas também pelos símbolos que representam a ocupação de longa data, como os cemitérios, as roças antigas, os caminhos e também os mitos e lendas. Em algumas dessas comunidades existem formas de uso comum do território como aquelas existentes entre os faxinais do Paraná, caícaras e pescadores artesanais. (DIEGUES, 2005, p.1)

O rio é um elemento imprescindível na leitura dos espaços em que os ribeirinhos constroem sua existência. Sua relação com as águas é envolta de significação, mistérios e extrema utilidade. As suas águas exercem um simbolismo enorme para o entendimento dessa população, pois as águas dos rios, mares, lagos permitem a produção e reprodução de sua vivência. Os rituais religiosos, os afazeres domésticos, a pesca, as plantações são servidos desse elemento natural para sua manutenção diária, servem para o transporte, para o lazer, para a navegação e demais utilidades. “Nas sociedades tradicionais, a água (rios, cachoeiras etc.) é um bem da natureza, muitas vezes dádiva da divindade, responsável pela sua abundância ou pela sua escassez. Proveniente da natureza, a água é um bem de uso, em geral coletivo”. (DIEGUES, 2005, p.2).

As águas tornam-se um elemento impregnado de simbologia e que assegura a certeza de que as atividades que os afirmam como ribeirinho depende exclusivamente da presença dessas. “As significações simbólicas da água estão presentes em todas as culturas desde as mais antigas tradições permeadas de conteúdos mágicos. Através dos mitos e religiões, estas alegorias sobre a água eram relacionadas com símbolo e a origem de vida, meio de purificação e cerne de regenerescência” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1988, 101).

Para Diegues (2007) os rios, riachos, lagos, córregos, poços (e para as populações litorâneas, a praia e o mar) desempenham um papel fundamental para a produção e reprodução social e simbólica do modo de vida. Eles garantem a água para saciar a sede dos homens e animais, no uso doméstico, para as hortas e pomares, para transporte e navegação e para algumas dessas populações são também fonte de energia.

O rio faz parte do cotidiano do ribeirinho. As suas águas refletem “os limites”, ou seja, o desejo de não transpor suas vidas além daquele lugar, territorializado pelos mesmos. Ali é o lugar da sua história, do passado ao futuro reproduzido nas futuras gerações. O cotidiano do ribeirinho está repleto de conflitos essencialmente envolvidos pelo uso das águas.

A vida cotidiana é o lugar onde se dá e se pode ler o conflito, a imposição da necessidade e sua superação, o que explica a luta dos habitantes dos bairros atingidos pela manutenção do que denominam “qualidade de vida”- onde a vida ainda não se banalizou, onde a permanência mantém a identidade. Lugar de reconhecimento. Território demarcado, específico, particular. Expressão de uma realidade específica. (CARLOS, 2001, p.279)

Observam-se os conflitos no dia-a-dia das comunidades ribeirinhas pela importância vital das águas dos rios para o desenvolvimento da existência dessas. Tanto em relação à quantidade como a qualidade das águas existe uma interferência nas atividades desenvolvidas por eles. Há uma dependência legítima em relação aos rios, pois todo o modo de vida dessas populações, as tradições, preservação da sua cultura e sua história estão estreitamente ligada ao benefício proporcionado pela abundância de água.

Dada a importância vital que têm as águas dos rios para as populações tradicionais qualquer alteração de sua qualidade e quantidade resultante de impactos de atividades de grande escala, coloca em risco o modo de vida e a própria sobrevivência desses grupos humanos, causando sua marginalização, abandono forçado de seu território e sua transformação em populações marginais. (DIEGUES, 2005, p.11)

O uso da água apresenta várias situações de conflito entre as sociedades consideradas de urbano-industriais e as *tradicionais*. Nota-se que muitas vezes as modificações realizadas no espaço urbano afeta diretamente os ribeirinhos que se fixam ao redor dos rios nas cidades e que os prejudicam de modo certo. Ficam sujeitos principalmente a poluição dos rios e suas atividades se tornam cada vez mais insalubres. O ribeirinho se apresenta como um personagem invisível e incompatível com a vida praticada no espaço urbano. E os conflitos existentes são de difícil solução, posto que a origem e a maneira de solucionar cada problema e a visão das águas diferenciam entre essas sociedades.

Nas sociedades urbanas e modernas, a água doce é um bem, em grande parte, domesticado, controlado pela tecnologia (represas, estações de tratamento), um bem público cuja distribuição, em alguns países, pode ser

apropriada de forma privada ou corporativista, tornando-se um bem de troca ou uma mercadoria. (DIEGUES, 2005, p. 2)

Há de se considerar que o ribeirinho que está às margens dos rios nas áreas urbanas tem sido descaracterizado de suas funções de outrora para se tornar um morador da cidade sem ter suas raízes vinculadas às mesmas. Todo conhecimento adquirido nas práticas e manejo com a natureza tem se apresentado como insustentáveis diante da realidade urbana. O diálogo não é possível com o mundo “moderno” e a cultura, as tradições ribeirinhas não encontram assento na cidade. “O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura, mudando o homem”. (SANTOS, 2007b, p. 83)

Cabe ao ribeirinho reinventar, reagrupar e reorganizar-se, adaptando-se aos atuais padrões da produção capitalista. Para eles, urge a necessidade de encontrar um novo caminho, outro modo de vida que os configure como sobreviventes neste desconhecido mundo. Deve aqui pensar em desterritorialização como processo a ser observado no cotidiano dos ribeirinhos. No dia-a-dia, a dinâmica mais comum é passarmos de um território para outro. Provoca-se o abandono do território, mas não há a sua destruição. No entanto, pode-se lembrar que para muitos há a resistência quanto a não destruição do seu lugar, seu mundo, e nesse ínterim algumas comunidades estão sobrevivendo material e imaterialmente. Para Haesbaert a desterritorialização é entendida como um processo:

O que muitos denominam desterritorialização é, em realidade, uma nova forma de territorialização, a multiterritorialidade; ou seja, um processo concomitante de destruição e construção de territórios mesclando diferentes modalidades territoriais (como os ‘territórios-zona’ e os ‘territórios-rede’), em múltiplas escalas e novas formas de articulação territorial. (HAESBAERT, 2004, p.32)

[...] Para uns, por exemplo, desterritorialização está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais – o território, aí, é, sobretudo um território político. Para outros, desterritorialização está ligada à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas – o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades [...](HAESBAERT, 2004, p. 35).

Nesse contexto, Haesbaert (2004) aborda que ao mesmo tempo em que ocorrem processos de desterritorialização, ocorreriam, também, territorializações e

reterritorializações; identificando assim a luta pela identidade ainda que esvanecida. O processo de desterritorialização afeta de maneira decisiva a unidade da comunidade, que aos poucos tende a reconfigurar a sua identidade e apenas recorrem à lembrança, a memória para referir às suas raízes e ligações com o rio, pois esse era suficiente para ordenar suas vidas.

Então, o território é uma reordenação do espaço, ocorrendo os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização das sociedades. O processo de desterritorialização ocorre conjuntamente com a reterritorialização, no qual esses dois procedimentos são partes dos processos sucessivos de territorialização. (ALVES; SILVEIRA; FERREIRA, 2007, p.93-94)

De acordo com essa perspectiva, compara-se na atualidade, e de modo específico, a comunidade “tradicional” com os ribeirinhos indígenas da região Amazônica e aplica-se o entendimento de desterritorialização lida também como exclusão sócio-espacial proposto a seguir por Haesbaert (2002, p. 36):

Já no exemplo do movimento indígena pela delimitação e controle de suas reservas, a desterritorialização não se fundamenta tanto na exclusão do acesso a terra enquanto meio de produção (solo férteis, florestas ricas em produtos extrativos), mas, primeiro, num nível simbólico-cultural. Mesmo exercendo o domínio sobre um determinado espaço, podem faltar ao grupo indígena às referências territoriais de sua cultura, o próprio “imaginário geográfico” condensado simbolicamente em determinadas parcelas do espaço (um rio, uma cachoeira, um trecho de floresta- espaços de deuses ou dos espíritos de seus ancestrais). (HAESBAERT, 2002, p.36)

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firma ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, com toda a sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de exclusão promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização. (HAESBAERT, 2002, p.36)

Portanto, o rio Pardo está inserido na história cotidiana dos ribeirinhos no Sudoeste da Bahia. Sempre na busca de compreender como os mesmos lutam pela memória que os identificam como ribeirinhos, e ao mesmo tempo sua existência tem sido profundamente mudada pela lógica capitalista que insiste em remodelar, requalificar e até mesmo negando a existência dessa comunidade tradicional indicando sua invisibilidade. Cabe destacar quais as resistências, as modificações e as reconfigurações requalificam a comunidade existente.

Capítulo II - Geografia e Paisagem

Certo dia, uma folha de papel que estava em cima de uma mesa, junto com outras folhas exatamente iguais a ela, molhada de tinta preta, havia escrito uma porção de palavras em toda a folha.

- Será que você não podia ter me poupado esta humilhação? Disse, furiosa, a folha de papel para a tinta.

- Espere! Respondeu a tinta. – Eu não estraguei você. Eu cobri você de palavras. Agora você não é mais apenas uma folha de papel, mas sim uma mensagem. Você é a guardiã do pensamento humano. Você se transformou num documento precioso.

E, realmente, pouco depois, alguém foi arrumar a mesa e apanhou as folhas de papel para jogá-las na lareira. Mas subitamente reparou na folha escrita com tinta, e então jogou fora todas as outras, guardando apenas a que continha uma mensagem escrita.

(Leonardo da Vinci)

2 Geografia e Paisagem

2.1 Abordagem: teórica – metodológica

A Ciência Geográfica vem se mostrando como um campo do conhecimento que busca compreender o mundo e suas contradições veiculadas com as relações sócio-espaciais, apropriação e uso do meio ambiente. No decorrer do tempo, a Geografia passou por inúmeras e grandes transformações, uma vez que acompanhou as mudanças que estavam sendo realizadas na sociedade. Incessantemente insistindo no desafio da compreensão do espaço ao estabelecer explicações e respostas, e na construção de novos parâmetros que permeiam a interface entre sociedade e suas relações que por ora também são mutáveis.

A busca de respostas aos problemas da atualidade é premente e necessária. A ciência nos acenou, durante décadas, a possibilidade de resolução dos nossos problemas. Foram propostas novas teorias e outras técnicas de pesquisa, mediante a descrição e a explicação, procurando a compreensão do mundo, da vida, e desenvolvendo modelos de simulação e modelagem. (OLIVEIRA, 2008, p.02)

A Geografia, como as diversas ciências ao longo do processo de construção e desenvolvimento, evidenciou-se por diferentes formas de perceber, pensar e refletir os fenômenos sócio-espaciais durante a produção do pensamento geográfico, incluindo os procedimentos metodológicos que são essenciais nessa continuidade. São variadas as linhas de pensamento que norteiam o estudo geográfico e são as bases do desenrolar da mesma. Leia-se que após os diversos trabalhos elaborados ao longo do tempo, é somente a partir do século XIX que essa disciplina alcança reconhecimento sendo considerada como ciência que deva ser estudada em Universidades. Portanto, várias correntes do pensamento Geográfico vão sendo delineadas

A Geografia Tradicional que repercutiu durante o período industrial e na estruturação do capitalismo encontrava-se no auge na Europa e se dedicou a estudar o avanço das explorações, produção, e em princípio deu ênfase na descrição e caracterização da paisagem.

Os Geógrafos franceses tratavam a Geografia da paisagem considerada como ciência de síntese. Davam grande importância à visualização da

mesma, tanto em seus aspectos físicos como nas marcas nelas deixada pela ação do homem [...] O estudo das regiões levou o Geógrafo a preocupar-se com uma visão totalizante da mesma e a procurar compreender e explicar a realidade como um todo com a máxima fidelidade (ANDRADE, 1987, p. 64-68).

Dessa maneira, a Geografia Regional se propôs a estudar as unidades areais dentro da superfície terrestre. O estudo das regiões possibilitou o crescimento da perspectiva regional e ainda que, destacando os aspectos naturais e sociais, privilegiou a análise natural do espaço acreditando que a região fosse considerada o meio para a vivência humana, retirando os recursos para a produção, havendo então a necessidade de descrever todo o espaço e focalizando as formas de utilização da mesma, o que resultou na noção de gênero de vida proposto pelo Geógrafo francês Paul Vidal de La Blache. A influência de La Blache foi bem marcante, pois os seus seguidores limitaram pequenas áreas de trabalho - regiões - focando na descrição dos aspectos físicos e os econômicos o que fortaleceu o regionalismo na Geografia conciliando o físico e o humano.

A Geografia geral analisava cada categoria de fenômenos de maneira autônoma [...] A Geografia Regional procurava as unidades componentes da diversidade areal da superfície terrestre [...] O estudo das regiões e das áreas favoreceu a expansão da perspectiva regional ou corológica, que teve como êmbolo o padrão das monografias da escola francesa. (CRISTOFOLETTI, 1982, p.13-14)

Pode-se dizer que a Geografia concebida por Vidal de La Blache coloca o homem apenas como sendo um elemento a mais num contingente numérico presente em uma determinada parte da superfície da Terra, pois a Geografia seria acima de tudo, estudo da paisagem. Para Moraes (1980, p.11), “A Geografia Vidalina, fala de estabelecimentos humanos, não de relações sociais; fala das técnicas e dos instrumentos de trabalho, porém não de processo de produção”. Enfim, discute a relação homem-natureza, não abordando as relações entre os homens.

Do mesmo modo, a Geografia Tradicional se manifestava em relação à descrição, enumeração e classificação como formas científicas contendo valor absoluto. No entanto, a partir da década de 1950 começa a divulgação do movimento de renovação associado com a crise da Geografia Tradicional, pois considera-se que essa furtou-se do debate filosófico, que é de fundamental

importância na leitura do mundo e que abrange as relações sócio-espaciais na construção do espaço geográfico.

A fase posterior a Segunda Guerra Mundial trouxe complexas e profundas transformações políticas, sócio-econômicas e culturais para o mundo. Esse momento foi essencial para a Ciência Geográfica. Havia sido colocado um desafio para a Geografia Tradicional que era guiada por orientações utilitaristas voltadas para a consecução de objetivos práticos e precisava, urgentemente, de um instrumental teórico-metodológico que fosse capaz de investigar em sua essência, as contradições e os fenômenos postos por esse novo contexto histórico – social.

O exercício dos Geógrafos estava voltado para o levantamento das atividades econômicas e populacional por vários países e com isso surge a possibilidade de planejar uma melhor estratégia de distribuição e localização das indústrias, da agricultura e da comunicação. A quantidade surgiu da necessidade de maior eficiência na coleta de dados, pesquisa de campo e outros trabalhos exigidos pela Geografia Quantitativa.

A nova teoria substitui a antiga, reformulando a ordenação e a explicação dos fatos, assim como a escala de valor. Considerando que de modo consciente ou inconsciente cada teoria sofre as influências das correntes filosóficas de sua época, pois contribui para fornecer uma explicação ordenada do mundo. (CRISTOFOLETTI, 1982, p. 71)

O momento histórico estava cada vez mais propício às novas mudanças na disciplina e com isso descobriu-se então a importância da quantificação e teorização. A quantificação foi a característica que primeiro se destacou na Geografia Quantitativa ou Nova Geografia. Na tentativa de superar as dicotomias e os procedimentos metodológicos da Geografia Regional, a Nova Geografia desenvolveu-se incentivando e buscando um enquadramento maior da disciplina no contexto científico global. Algumas metas foram definidas: Um rigor maior na aplicação da metodologia científica baseada na filosofia do positivismo lógico; e essa representando um conjunto dos procedimentos aplicáveis à execução das pesquisas e salientando a necessidade de uma excelente precisão no enunciado e verificação das hipóteses, bem como na formulação das explicações para os fenômenos geográficos.

A Nova Geografia estimulou o desenvolvimento das teorias relacionadas com as características da distribuição e arranjo espaciais dos fenômenos. Portanto, ficou

mais próxima das teorias disponíveis em outras ciências tais como: as teorias de Christaller, Von Thünen entre outras. Valorizou-se cada vez mais o uso de técnicas estatísticas e matemáticas para analisar os dados coletados. Paulatinamente, concluiu-se que a quantificação trazia uma série de problemas, apenas sendo um meio e não um fim em si mesmo. Por intermédio da perspectiva teórica foi percebido que o mais importante era a noção e o conceito que se possuía dos fenômenos. Com a alteração nos aspectos conceituais e metodológicos modificou-se a importância dos instrumentos de análise. A Nova Geografia durou aproximadamente doze anos, até que os Geógrafos americanos se tornaram incrédulos aos seus paradigmas, o que aconteceu no início dos anos setenta, no bojo da derrota dos americanos na Guerra do Vietnã.

A partir da década de 60, os Geógrafos começaram a refletir a respeito da questão social, promovendo diversas críticas ao modo de produção capitalista, resultando na Geografia Crítica ou Radical. Dessa maneira, procurou-se desmitificar o caráter aparentemente neutro e dissimulador da Geografia Tradicional, sua adesão aos interesses dominantes e a conseqüente perpetuação das injustiças sociais, ou seja, sem “esconder-se sob falsas neutralidades” (ANDRADE, 1987, p.22).

A Geografia Crítica foi profundamente enraizada na ala mais progressista da Geografia Regional francesa na qual sobressai a figura de Jean Dresch, nas décadas de 1930 e 1940, do século XX, criando condições para uma discussão mais política dentro da análise geográfica. A proposta, contudo, no livro *Geografia Ativa*, com contribuições de Yves Lacoste, demonstrava ser indispensável a prática de uma análise que desnudasse os pontos contraditórios do modo de produção vigente, com o intuito de denunciar realidades espaciais marcadas pelas injustiças e contradições sociais.

Milton Santos (1996) em seu livro *Por uma Geografia Nova* argumenta como necessário discutir o espaço social e enxergar a produção do espaço como objeto, como produto histórico, obra do trabalho, morada do homem. Para esse autor, toda a atividade de produção do homem implica numa ação sobre a superfície terrestre, a tal ponto que o mesmo afirma: “produzir é produzir espaço”. “O espaço social é muito mais que o conjunto dos habitats, graças ao novo tipo de relação cujo âmbito ultrapasse o das comunidades isoladas, e mesmo dos países, para tornar-se mundial” (SANTOS et al, 1996, p. 169).

A unidade da Geografia Crítica se manifesta na oposição a uma realidade social e espacialmente injusta e contraditória. Nesse contexto, o discurso geográfico se transforma em um instrumento de combate a situação estabelecida. No âmbito da nova corrente existe um mosaico de fundamentos metodológicos: estruturalistas, existencialistas, analíticos, marxistas, dentre tantos. A Geografia Crítica assume a condição de ser um desafio, uma promessa na qual se produza um espaço mais justo e equitativo, organizado segundo os verdadeiros e reais interesses do homem, pois não é somente o modo de produção e os aspectos políticos que se tornam agentes dominantes na alteração do espaço. No Brasil, a Geografia Crítica chega no fim na década de 70, no momento em que o regime militar estava se enfraquecendo e é nesse ápice que a mesma rompe as barreiras para a sua expressão e difusão de idéias. O professor Milton Santos foi um fervoroso precursor dessa nova corrente tanto no Brasil quanto no mundo, sempre construindo críticas ao modelo capitalista de produção.

2.2 Geografia Humanista

A Geografia Humanista surge simultaneamente com a Geografia Crítica e se torna uma importante escola da Ciência Geográfica. Aparece na década de 70, e seu principal enfoque está no fato de o homem ser contemplado mediante sua percepção de mundo. O pensamento humanista se expressa na valorização do espaço vivido, visto como lugar significativo e valorizado. Os Geógrafos humanistas buscaram analisar a relação homem - natureza por intermédio da valorização do lugar como o conceito-chave. Nessa perspectiva, o homem não apenas vê, mas atribui valor as coisas que o cercam, e no bojo dessa relação é que está a sua apreensão do espaço.

A Geografia Humanística reflete sobre os fenômenos geográficos com o propósito de alcançar melhor entendimento do homem e de sua condição. A Geografia Humanística não é desse modo, uma ciência da terra em seu objetivo final. Ela se entrosa com as Humanidades e Ciências Sociais no sentido de que todos compartilham a esperança de prover uma visão precisa do mundo humano (TUAN, 1980, p.143)

A abordagem Humanista na Geografia apoiou-se nos trabalhos realizados por Yi-Fu Tuan, Anne Buttimer, Edward Relph, Mercer e Powel, e possui a fenomenologia existencial como filosofia subjacente. Esse horizonte humanista, considerado como um movimento integrado e coerente, busca estabelecer um vínculo entre o passado clássico e as novas tendências, e encontrou na Geografia um alicerce.

As bases da Geografia Humanista – ou Humanística, como a chama Tuan (1982) – foram lançadas nos Estados Unidos por um grupo de geógrafos que se mostravam descontentes com o princípio lógico e do optimum econômico na condução das ações humanas e de sua relação espacial. Estes geógrafos começaram a utilizar-se de diversas fontes para enriquecer a perspectiva geográfica e para ampliar o entendimento da condição humana sob a Terra. Entre as influências estão a Psicologia, a Antropologia, a História e a própria Filosofia. (MARANDOLA JR; GRATÃO, 2003, p. 05)

Os estudos abordam, sobretudo, a percepção que as pessoas e os grupos sociais têm do lugar, observando que existe diferença de percepção entre os indivíduos. Com isso cada sujeito tende a agir de maneira diferenciada nos lugares, de acordo com os valores sobre o mesmo, e ações que refletem no espaço social. A denominação Geografia Humanista justificava-se pelo fato de estudar os sentimentos, valores, significados e propósitos do homem no espaço em que vive. O lugar é caracterizado como aquele em que o sujeito se familiariza e integra, ele faz parte de seu mundo e relaciona-se com as afinidades afetivas que as pessoas desenvolvem com ele.

A Geografia Humanística procura valorizar a experiência do indivíduo ou do grupo, visando compreender o comportamento ou as maneiras de sentir das pessoas em relação aos seus lugares. Para cada indivíduo, para cada grupo humano, existe uma visão de mundo, que expressa através de suas atividades e valores para com o quadro ambiente. É o contexto pelo qual a pessoa valoriza e organiza o seu espaço e o seu mundo, e nele se relaciona [...] o lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquela que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas. (CRISTOFOLETTI, 1982, p. 22)

Uma das idéias base da Geografia, ressaltada, sobretudo, pela Geografia Humanista, é o fato de que a superfície terrestre é constituída por um todo no qual se têm situações variadas, apresentadas tanto nas paisagens naturais e artificializadas como nas comunidades que as compõem. Assim, uma das premissas que rege e que constituem a base da discussão humanista na Geografia refere-se ao princípio das idiosincrasias a respeito dos territórios, paisagens e lugares. Rocha (2007, p. 22)

A Geografia Humanista percebe o homem como um elemento em constante comunhão com o ambiente e modificando tanto a si próprio como o seu meio. Abarca a interação segundo a percepção do indivíduo e ao transmitir tal compreensão, preocupa-se em permitir ao homem se revelar. Apoiada na fenomenologia a Geografia Humanista, se pautou em verificar a apreensão das essências, pela percepção e intuição das pessoas e utiliza como ferramenta fundamental a experiência vivida e adquirida pelo indivíduo.

A fenomenologia nasce no início do século XX com a obra *Investigação Lógicas*, de Edmund Husserl (1858-1932). [...] Para Husserl, a Fenomenologia era uma forma totalmente nova de fazer filosofia, deixando de lado especulações metafísicas abstratas e entrando em contato com as “próprias coisas”, dando destaque à experiência vivida. (MOREIRA, 2006, p. 62)

A fenomenologia busca ampliar inexoravelmente a compreensão da realidade, sempre tentando apreendê-la na sua totalidade e então promove destaque para a percepção dos fatos sócio-ambientais e a intersubjetividade do pensamento humano que abarca o mundo vivido. O estudo fenomenológico centrado na percepção desse mundo e, no caso da geografia, em seu seguimento cultural por meio da experiência humana individual, dá sentido ao espaço percebido e de vivência e as suas perspectivas topológicas como abordagens na estruturação de uma geografia fenomenológica. Abordagem que privilegia padrão seqüencial que se inicia pela sensação, percepção, estética do lugar, e na seqüência uma decodificação, descrição e comunicação no espaço local.

No início do século XX com Edmund Husserl desenvolve-se a fenomenologia moderna que se consolida como uma linha de pensamento. Com ele, a expressão fenomenologia passou a ter um significado totalmente novo e segundo Dartigues (1992) Husserl define a fenomenologia como sendo a *ciência dos fenômenos*, sendo o fenômeno compreendido como aquilo que é imediatamente dado em si mesmo à consciência do homem. Moreira (2006, p. 41) considera que “a fenomenologia é definida como a filosofia das essências”. A fenomenologia husserliana chega à geografia também nos anos 1970, porém, não como uma fenomenologia das essências, mas como uma fenomenologia existencial (Buttimer, 1985; Holzer, 1996; Nogueira, 2004), uma visão de fenomenologia mais afeiçãoada à filosofia de Maurice Merleau-Ponty (1908-1982).

Perfila o seu terreno a Geografia da Percepção (Corrêa, 2001), a Geografia Humanista (Mello 1990; Holzer, 1993) e a Geografia Cultural (Corrêa, 1999), além da Geografia histórica (Mcdowell, 1995), quatro versões derivadas das matrizes norte-americanas criadas por Sauer, aprofundadas por Yi-Fu Tuan nos anos 1970, com estes últimos chegando a matriz fenomenológica.

O termo fenomenologia deriva de duas palavras de raízes grega: *phainomenon* (aquilo que se mostra a partir de si mesmo) e *logos* (ciência ou estudo). Portanto, etimologicamente, Fenomenologia é o estudo ou a ciência do fenômeno, em seu sentido mais genérico, entende-se tudo o que aparece que se manifesta ou se revela por si mesmo. (MOREIRA, 2006, p. 63)

Ao considerar que o fenômeno é o objeto da investigação fenomenológica a premissa básica passa a ser a elucidação do seu significado, uma vez que a Terra é constituída por uma totalidade e o ser humano experiencia diversas situações que se apresentam nas paisagens, tanto naturais e artificializadas, produzidas pela sociedade que as compõem. A fenomenologia se propõe a estudar as experiências concretas do homem e encontrar nessas uma orientação que supere a simples sucessão de fatos.

A fenomenologia tem a ver com os princípios e as origens do significado e da experiência. É concernente a fenômenos tais como ansiedade, comportamento, conduta, religião, lugar e topofilia, que não podem ser compreendidos somente através da observação e medição, mas que devem primeiramente ser vividos para serem compreendidos como eles realmente são, como ressalta Tuan (1980). (ROCHA, 2007, p. 23)

Para tanto, o estudo fenomenológico é centrado no ser humano, mais detidamente na análise do significado e relevância da experiência humana. Desejam desvendar os signos, os significados do mundo vivido que estão impregnados nas paisagens que são compostas pelo homem, pelos grupos humanos e que torna possível interrogar e interpretar o mundo que o circunda. A trajetória desse estudo tem a finalidade de estabelecer um contato direto com o fenômeno vivido pelo sujeito pesquisado, então é fundamental entender o discurso, fixar a descrição do sujeito a fim de aproximar-se cada vez mais das subjetividades, dos significados nas práticas ali exercidas para o entendimento do mundo experimentado.

2.3 A produção da paisagem ao longo do tempo

A paisagem vem antes do ser humano, e, contudo se torna produto da ação do homem. Por muito tempo foi considerada como apenas um manifesto da natureza e recentemente com uma abordagem mais ampla que permite a leitura de símbolos, de significados, pressões e marcas que podem ser percebidas ou ocultas. Saramago (1999, p. 129) declara com firmeza em seu livro *Levantado do chão*: [...] “o que há mais na terra, é paisagem. Por muito do resto lhe falte, a paisagem sempre sobrou, abundância que só por milagre infatigável se explica, porquanto a paisagem é sem dúvida anterior ao homem, e apesar disso, de tanto existir, não se acabou ainda”. A noção preenche o imaginário na memória humana sem mesmo existir um conceito elaborado. Quando da observação do meio ambiente, podia-se falar da própria paisagem especialmente ao descrever o entorno de ambientes vividos e / ou visitados. A identificação de uma determinada paisagem estava associada à fisionomia de uma dada área, a sua expressão visível, sempre baseada na descrição dos elementos naturais e humanos e como a mesma poderia ser aproveitada como recurso.

A fruição da natureza como espetáculo estético, implica à invenção da paisagem, implica o afastamento entre sujeito e o objeto de contemplação (a natureza), a mobilização dos sentidos e a aprendizagem de códigos de seleção, apropriação e valorização, os quais fazem parte de um modelo cultural, pois a paisagem é uma maneira de ver o mundo. (SALGUEIRO, 2001, p.38)

Tanto as expressões quanto as observações de cada paisagem descrita, analisada e estudada podem ser encontradas nas mais variadas formas de demonstração. Encontram-se nas artes, nas ciências das diversas culturas, que retratavam inicialmente elementos particularizados como animais selvagens, um encadeamento de montanhas ou um rio. As pinturas rupestres traziam referências da apreensão do homem para com a paisagem ao compor tais imagens.

Os dados revelados pela história, pela arquitetura e pelos meios imagéticos nos revelam que, em muitos casos, as virtudes do sítio geográfico – do campo ou da cidade – nem sempre foram produtos de uma paisagem, como hoje se entende. Paisagem significava mais um modo de ver do que de agir. (YÁZIGI, 2002, p.13)

Nesse contexto, avalia-se que a paisagem na sua materialidade surge juntamente com a formação do planeta Terra e seu estudo é permitido desde a pré-história, portanto, a paisagem percebida como construção e representação já estava presente na cultura ocidental desde a Antigüidade. Na Grécia Antiga os templos eram erguidos em função da paisagem local, conferindo um caráter divino ao solo em função, por exemplo, de uma colina que marcava um eixo visual. Na cidade de Pompéia encontravam-se pinturas paisagísticas nas paredes das residências e quando ficavam abertas para uma ala interna, eram utilizadas como um recurso a fim de levar o espaço ao infinito, por meio de janelas com vistas para o campo.

Na Mesopotâmia havia uma estreita relação dos povos com a paisagem que era evidenciada por meio de construção de jardins, conhecimento agrícola, engenharia e arte, desenvolvidas de acordo com a relação existente entre o homem e a natureza. Esta, por sua vez, ao ser [...] “contemplada, possibilitava o distanciamento da monotonia imposta pela existência de uma paisagem fragmentada”. (EMÍDIO, 2006, p. 88).

Há de se falar a respeito dos emblemas na concepção da paisagem, exemplificado na construção de parques, de caça dos assírios, os jardins anexos aos palácios na antiga Pérsia e ainda os parques de leitura e reuniões, os jardins de refúgio espiritual de Roma, tais quais os ornamentos suntuosos distribuídos na paisagem como exemplo de arquitetura arrojada considerada como [...] “característica que marcou os jardins ocidentais até a Idade Média”. (MAXIMIANO, 2004, p. 84)

Aponta-se que em quase todas as civilizações, o conceito mais elaborado de paisagem, especialmente nas artes, era discutido apenas nas camadas mais elitizadas até quase o século XX. No Ocidente, o termo usado para nomear paisagem alemã era *landschaft* que designava uma região cujas dimensões são consideradas de tamanho médio constituídas de poucas unidades de ocupação dos homens. Com início no período denominado “Século das Luzes”, o termo assimilou também um sentido semântico mediante a noção de quadro, arte e/ou natureza.

Com o aparecimento e o desenvolvimento da pintura de paisagem, através das iluminuras dos livros, dos afrescos nas paredes dos edifícios e dos painéis ou tapeçarias, o homem começou a alimentar-se espiritualmente da beleza do ambiente. A paisagem, nesse período, ao ser constituída, originava-se de um desenho cuja criação brotava a partir mais da intuição que da consciência. (EMÍDIO, 2006, p. 89-90)

Durante o período do Renascimento na França, falou-se de *paysage* com um sentido próximo do original *landschaft*. A concepção ocidental de paisagem foi formulada na Europa com diversas influências dos povos do Mediterrâneo e Extremo Oriente. Dois fatos foram marcantes para o estabelecimento da observação e representação da paisagem no mundo Ocidental: os escritos de Montaigne relatando sua viagem à Itália no século XVII, e aquarelas do holandês Albrecht Dürer de 1495 a 1505. O registro da paisagem ocorreu primeiro nas pinturas, sob o olhar mais atento e minucioso, de pintores tanto ocidentais como orientais.

No século XV, em pinturas de Fra Angelico, de Toscan, Jérôme Bosch, da Holanda, e, ainda antes, nas aquarelas de Dürer, depois nos esboços de Da Vinci, a paisagem daria lugar às figuras simbólicas, alegóricas, ou às paisagens decorativas, apenas servindo de pano de fundo ao tema cultural antropomórfico. (MAXIMIANO, 2004, p. 85)

Todavia, a paisagem contém o cenário considerado natural, mas obviamente está carregado dos elementos humanos para a sua construção. E ao enxergar uma paisagem, apreende-se uma determinada realidade que está envolta de vários significados, e não há como ignorá-la, é na verdade, preciso interpretar seu conteúdo. Segundo Bertrand (2007, p. 224): “a mais simples e a mais banal das paisagens é ao mesmo tempo social e natural, subjetiva e objetiva, espacial e temporal, produção material e cultural, real e simbólica”. Para tanto, o seu significado pode ir além dos elementos visíveis e representar muito mais do que o arranjo visual e funcional dos fenômenos a serem identificados, classificados, mapeados e / ou analisados.

2.4 Conceitos de Paisagem

Seguindo os passos de Humbolt (século XVIII) quando fez referências à paisagem e demonstrou grande interesse pela fisionomia e aspecto da vegetação, pelo clima e sua influência, permitiu que os Geógrafos pudessem criar uma reflexão conceitual própria. Prioritariamente, o conceito de paisagem está ligado ao positivismo, de uma forma mais estática, na escola alemã, e de forma mais dinâmica, na escola francesa. Ambas estudaram a paisagem como um receptáculo

no qual se imprimiam as atividades humanas. Para tanto, Salgueiro (2001, p. 40) aponta que “na herança da estética romântica naturalista, bem evidenciada por Humbolt, a paisagem ocupa lugar proeminente na Geografia quando esta se constitui como disciplina científica na Alemanha, no século XIX, embora o conceito não tenha sido preciso”.

De forma geral, identificam-se duas maneiras distintas de estudo das paisagens. Primeiramente, a paisagem apreendida como uma fisionomia caracterizada por suas formas, o que pertence ao estudo morfológico da mesma. Uma segunda linha de estudo, atenta para as características e atributos físico-naturais e humanos, concomitantemente a leitura da interface entre os fenômenos. Inicialmente os estudos relacionados com a paisagem na Geografia foram focalizados na descrição das formas físicas da superfície terrestre e somente com o passar dos anos é que foram incorporadas as observações que abarcam as transformações humanas no ambiente.

A importância da paisagem na história do pensamento geográfico tem variado. Este conceito foi mesmo relegado a uma posição secundária, suplantada pela ênfase nos conceitos de região, espaço, território e lugar. [...] A retomada do conceito de paisagem, que se verificou após 1970, trouxe novas acepções fundadas em outras matrizes epistemológicas. Na realidade, a paisagem geográfica apresenta simultaneamente várias dimensões que cada matriz epistemológica privilegia. Ela tem uma dimensão morfológica, ou seja, é um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana, e uma dimensão funcional, isto é, apresenta relações entre as diversas partes. Produto da ação humana ao longo do tempo, a paisagem apresenta uma dimensão histórica. Na medida em que uma mesma paisagem ocorre em certa área da superfície terrestre, apresenta uma dimensão espacial. Mas a paisagem é portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias: tem assim uma dimensão simbólica. (CORRÊA; ROSENDAHL 2004, p. 7-8)

De maneira tradicional, os Geógrafos diferenciam a paisagem natural e a paisagem cultural. A primeira refere-se à vegetação, clima, solo, lagos e rios, enquanto que na paisagem cultural relacionam-se às transformações, modificações realizadas pelo homem, tanto em espaços urbanos quanto rurais. Nessa perspectiva, é consenso que a paisagem resulte da relação dinâmica dos elementos físicos, biológicos e antrópicos. Não é considerada apenas como fato natural, mas inclui essencialmente a existência humana. “Essa separação entre paisagem natural e paisagem cultural explicita que o homem ao atuar como sujeito da ação sobre a natureza, tem capacidade de transformar e, portanto, de projetar uma outra forma

possível de ambiente que se estabelece depois da apropriação humana” (EMÍDIO, 2006, p. 66).

Para Cavalcanti (1996), a paisagem foi muito evidenciada na Geografia Tradicional, chegando a ser considerada por alguns estudiosos o próprio objeto de análise da Geografia. Ao estudar a paisagem havia a possibilidade da visualização dos fatos, dos fenômenos e dos acontecimentos geográficos, sendo atribuído o título de melhor expressão da relação homem – meio, evidenciando as diferenças entre as áreas.

Podemos identificar nos estudos de Geografia quatro grandes tradições ou correntes de principais, a da 'Diferenciação Espacial ou *Areal Studies* para qual a região é um conceito chave, a dos 'Estudos de Paisagem' iniciada na Alemanha e continuada na Califórnia pela escola culturalista de Berkeley com C. Sauer, a da 'Distribuição Espacial' preocupada em explicar a localização dos fenômenos à superfície terrestre, e a das 'Relações Homem-Ambiente'. Esta última, inicialmente marcada pelo determinismo naturalista, evoluiu depois para posições antropocêntricas mais ou menos fortes estudando o ajustamento dos grupos humanos ao meio, e adotando abordagens de tipo possibilista. (SALGUEIRO, 2001, p. 42)

Destarte, estudar a paisagem requer uma avaliação mais ampla, mais aprofundada dos elementos que a compõe, como por exemplo, a escala a ser considerada, a temporalidade na paisagem, bem como é extremamente necessário levar em conta o contexto histórico-geográfico e os processos naturais e humanos que a envolve. “Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas”. (SANTOS, 1997a, p.22)

Diante da construção do conceito, a paisagem foi um dos primeiros temas desenvolvidos pelos Geógrafos alemães utilizando a dimensão cultural incorporada na década de 1920, do século XX, pela então intitulada Geografia Cultural, por meio do Geógrafo americano Carl Sauer, membro da Escola de Berkeley que destaca a abordagem morfológica da paisagem. Quanto ao método morfológico Sauer (2004, p.32) explana: “É um sistema puramente evidencial, sem qualquer idéia preconcebida no que diz respeito ao significado da sua evidência, pressupondo o mínimo de suposição, ou seja, somente a realidade da organização estrutural”.

Nessa análise, a cultura é apreendida por meio das técnicas, dos utensílios e das transformações das paisagens, ou seja, dos aspectos naturais. Mas, para Paul Claval é relevante atentar para os dinamismos culturais, pois eles explicam a nova atenção dedicada à preservação das lembranças e a conservação da paisagem, [...]

“as paisagens da cidade, do campo e de áreas de homens podem ser objeto de análise em busca de seu significado, ultrapassando a tradição dos estudos morfológicos”. (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003, p.13)

Para Corrêa (1997, p.20) “Carl Sauer desistiu do determinismo ambiental e, adotou o determinismo cultural, também uma versão do darwinismo cultural presente naquela concepção antropológica adotada pela Geografia Cultural”. Assim, a interação entre Geografia Física e Humana se torna um elemento essencial nos estudo de população e suas práticas culturais.

Toda Geografia é, com propriedade e segundo este ponto de vista, geografia física, não porque o trabalho humano esteja condicionado ao meio, mas porque o homem, por si mesmo, é objeto indireto da investigação geográfica, confere expressão física à área com suas moradias, seu lugar de trabalho, mercados, campos e vias de comunicação. [...] A área cultural do geógrafo consiste unicamente nas expressões do aproveitamento humano da superfície ou, seguindo Schliüter, as marcas visíveis, realmente extensivas e expressivas da ação do homem. O geógrafo mapeia a distribuição destas marcas, agrupa-as em associação e genéticas, descreve-as desde a sua origem e sintetiza-as em sistemas comparativos de áreas culturais. (SAUER, 2003, p.23)

Nesse ínterim, avalia-se que a leitura da paisagem deve abarcar a responsabilidade do ser humano em transformá-la ao criar laços mais arraigados com os sistemas culturais do que com os próprios elementos físicos da mesma. A análise de Sauer privilegiou um plano sistemático de amplitude mais geral, e que enfatizava as estruturas funcionais, claramente delineadas pelas bases do pensamento positivista na tentativa de definir o conceito de paisagem, o que sugere uma separação de paisagem natural e cultural ao identificar o homem como agente transformador da natureza, vislumbrando na sua ação suas naturezas: uma anterior e uma posterior a ação humana. Essa foi a grande contribuição de Sauer para o estudo da paisagem que se tornou um conceito-chave para a Geografia e redirecionou a maneira antropogênica demonstrando que ela é o distanciamento do espírito humano do seu meio natural, descrevendo uma dialética entre os elementos fixos da paisagem natural como solo, os rios, os elementos móveis, em geral os homens

2.5 Dimensão cultural da paisagem

Nos séculos XIX e XX as paisagens em quase todas as abordagens são consideradas entidades espaciais que dependem da história econômica, cultural e ideológica da cada grupo regional e de cada sociedade e, se compreendidas como portadoras de funções sociais, não são produtos, mas processos ao conferir ao espaço significados ideológicos ou finalidades sociais com base nos padrões econômicos, políticos e culturais vigentes e vivenciados.

Para os Geógrafos do princípio do século XX, preocupados já com a afirmação científica da disciplina e com os perigos de ruptura entre geografia física e geografia humana, a paisagem aparecia como um conceito integrador, pois traduzia as interações entre os elementos do mundo físico e entre estes e os grupos humanos numa dada área. Diferentes combinações de fenômenos da superfície terrestre traduzir-se-iam em diferentes morfologias do território e, portanto, em diferentes paisagens, e cada região era caracterizada por uma paisagem própria. (SALGUEIRO, 2001, p. 41).

Na década de 1970, do século XX, tem-se novas abordagens justamente com os novos estudos na perspectiva da Geografia Humanista em que a paisagem é analisada, levando em consideração a sua totalidade, de forma holística. Nesse sentido, todo o ambiente que envolve o homem, seja físico, social ou imaginário influencia a sua conduta. A realidade passa a ser interpretada e os fenômenos são observados como parte de um fenômeno maior, integral, sendo a paisagem percebida pelo indivíduo não como uma soma de objetos próximos uns dos outros, mas simultaneamente, posto que não mais significa uma referência espacial de observação e contemplação.

Não há paisagem sem geografia. Não há tampouco geografia sem paisagem. A análise paisagística pode apenas modificar o comportamento metodológico dos geógrafos, transformando em profundidade sua representação de mundo. Desde o início, a consideração da paisagem permite superar a separação entre geografia naturalista e geografia social. Ela reconcilia o material e o ideal, o quantitativo e o qualitativo, ela ultrapassa o rompimento entre natureza e a monografia e o sistema. Não é uma revolução, mas é um passo adiante. Ao compor uma paisagem, recompomos uma geografia. (BERTRAND, 2007, p. 270).

Outro destaque a ser observado está na concepção antropocêntrica. O homem torna-se a medida de todas as coisas, sendo que todas as explicações deveriam estar centradas nos valores e explicações humanas. De acordo com Melo

A cultura passou a ser concebida além dos aspectos naturais, baseadas na percepção ou na subjetividade, significando um avanço, pois a partir daí, a cultura passou a ter um caráter individual, sendo todos os indivíduos portadores de cultura. Dentro desse contexto, tanto os indivíduos como os grupos internalizam a cultura de forma diferenciada. (MELO, 1978, p. 49)

Para Corrêa e Rosendahl (2003, p.13) “A cultura, por outro lado, se considerada como sendo o conjunto de saberes e técnicas, estes, entretanto, é entendido como sendo parte do cotidiano e cunhado no seio das relações sociais de uma sociedade de classes”. A paisagem cultural pode ser uma realidade tangível e visível que permite tanto repensar, refletir como constituir uma sociedade, uma cultura e uma identidade e a mesma pode ser produto das experiências dos homens e que expressa uma ordem social coletiva dentro de um contexto geográfico específico. “Criadora de identidade, ela participa do patrimônio dos indivíduos e das sociedades. Ela tornou-se uma das facetas culturais do meio ambiente. Para muitos pesquisadores, geógrafos aí compreendidos, é uma revolução cultural e científica”. (BERTRAND, 2007, p. 211).

A paisagem também pode ser lida como tema central da sociedade. Assim, é possível compreender a convergência entre sujeito e objeto que nela são inseparáveis, promovendo o entendimento de que a paisagem não deve ser verificada apenas em função de onde se observa, mas apreendida, visualizada como um conjunto, um exame mais pausado e aprofundado por meio da percepção e que ultrapasse o simples dado conceitual.

O estudo da paisagem cultural serve, simultaneamente e inseparavelmente, a diversos fins. Independente da sua função de descrição sistemática proporciona uma base para a classificação regional, possibilita um *insight* sobre o papel do homem nas transformações geográficas e esclarece certos aspectos da cultura e de comunidades culturais em si mesmas. Busca diferenças na paisagem que possam ser atribuídas a diferenças de conduta humana sob diferentes culturas e procura desvios de condutas “naturais” esperadas, causadas pelo homem. (WAGNER; MIKSELL, 2003, p. 36)

A paisagem se impôs à pesquisa mais que a pesquisa se impôs a paisagem. Em menos de duas décadas, ela tornou-se tema central da sociedade. Ela acompanha o triunfo da imagem e da sensibilidade, do formal e das aparências, do efeito-decoração e do efeito-imagem. É preciso se liberar do domínio científico e objetivista, das finalidades materialistas (nem sempre admitidas), para ascender ao mundo das representações e do

vivido. Antes de ser um problema da “natureza”, a paisagem, e através do seu meio ambiente, torna-se uma questão de cultura..., mas não somente. No fundo da paisagem resta sempre alguma coisa de natural. (Bertrand 2007, p.211)

Na Geografia Humanista foi apresentada uma nova conotação da produção e da reprodução da cultura. Os temas passaram a abordar questões de percepção ambiental, avaliando o significado do comportamento humano na relação com o meio ambiente permeado pelas crenças, valores, sentimentos e simbologia. No âmbito da Geografia Física, a visão de paisagem se ampliou. Passa a ser analisada tanto como objeto de exploração por grupos econômicos, por exemplo, como objeto de interesse de proteção de uma coletividade com preocupações ambientais.

Dessa maneira, abre-se um leque de possibilidade de estudo do meio ambiente e da Geografia, alargando a visão cultural da Geografia Física incorporando a significativa presença do homem, uma vez que, o próprio pesquisador é um agente cultural. Cosgrove (2003, p.28) destaca: [...] “a paisagem como sendo intimamente ligada à idéia de cultura e à idéia de que as formas visíveis são representações de discursos e pensamentos”. Wagner e Miskell (2003, p.28) alertam para:

A noção de cultura considera não indivíduos isolados ou quaisquer características pessoais que possam possuir, mas comunidades de pessoas ocupando um determinado espaço, amplo e geralmente contínuo, além das numerosas características de crença e comportamento comuns aos membros de tais comunidades. Em outras palavras, o conceito de cultura oferece um meio para classificar os seres humanos em grupos bem definidos, de acordo com características comuns verificáveis, e também um meio para classificar áreas de acordo com as características dos grupos humanos que as ocupam. (WAGNER E MISKELL, 2003, p. 28)

A Geografia Cultural propõe uma leitura aprofundada, consistente e reveladora, pois não admite que a natureza e a cultura sejam consideradas realidades prontas e acabadas levando em conta a complexidade do mundo, sua interpretação, decodificação face aos homens que o habitam; “a tarefa da Geografia Cultural é aprender e compreender essa dimensão da interação humana com a natureza e seu papel na ordenação do espaço”. (COSGROVE, 2003, p.103)

Na década de 1970, alguns autores iniciam, dentro da expectativa da Geografia Humanista, novos estudos abordando o comportamento humano e consideram a individualidade e a subjetividade, e daí uma nova concepção de cultura que é retratada na leitura dos significados nas paisagens. Na década de

1980 a Geografia Cultural ressurgiu com bastante força e traz a tona pesquisas que abordam a questão da percepção ambiental.

A Geografia Humanista começa a receber críticas às suas formulações [...], no entanto os geógrafos humanistas também deram suas contribuições à criação da nova corrente de pensamento, uma vez que influenciariam um movimento de renovação dentro da Geografia Cultural, que acabou incorporando, como um dos focos de análise, a simbologia da paisagem. (MELO, 2005, p.9151)

Corrêa e Rosendahl (2008) abordam a diversidade da Geografia Cultural e inclui a abordagem na Geografia pelos geógrafos franceses liderados por Paul Claval. Incorpora a ela a tradição Vidalina e as reflexões dos Geógrafos franceses com experiência ultramarina e um esforço de aproximar colegas anglo-americanos. Dentro dessa perspectiva, as novas concepções da Geografia Cultural trataram de promover uma ruptura na descrição das paisagens para a análise acurada das mesmas. Encontra-se em um processo de novas constatações, orientações no sentido de ir além do que os olhares possam alcançar e na certeza de que a vida dos grupos sociais não deve ser avaliada em uma análise puramente material.

Apresentam-se inovadas dimensões de análise que ultrapassam a leitura da produção material e insere-se a avaliação das percepções, pois consideram-se as relações dos grupos, dos indivíduos com o meio ambiente a que pertencem nas suas mais diferentes aptidões e finalidades.

Adotando essa perspectiva, a geografia humana ganha em profundidade. Seu propósito não é mais a partir do espaço e da paisagem para estudar suas especificidades e a maneira pela qual são diferenciadas regionalmente. De agora em diante, trata-se de compreender como a vida dos indivíduos e dos grupos se organizam no espaço, nele se imprime e nele se reflete. Ao problema fundamental da Geografia de ontem: Por que os lugares diferem? Acrescentam-se outro: Por que os indivíduos e os grupos não vivem os lugares do mesmo modo, não os percebem da mesma maneira? (CLAVAL, 2001, p.40)

Claval (2001) considera que a Geografia Cultural promoveu um enriquecimento à visão geográfica ao passar da perspectiva material para trabalhar a dialética das relações sociais. Intensos debates surgiram em função de outras maneiras de abordar a paisagem, proposta pela chamada Nova Geografia Cultural e diversas questões foram colocadas em pauta relacionadas à aspectos metodológicos e empíricos. Com os debates houve também reafirmação das idéias e as crenças de que as contribuições serviriam para unificação e não divisão da

Geografia. Diante de todas as mudanças, a paisagem ao ser abordada, analisada na convergência com os elementos culturais, é resultante da forma como a sociedade, os grupos humanos se organizam dependendo do modo de produção e dota-a de significado. Essa nova interpretação modificaria as leituras do espaço geográfico, sobretudo, na Geografia Humana. Para essa compreensão Claval expõe:

[...] não tem por finalidade simplesmente descrever a diversidade da Terra, inventariar os tipos de paisagens que se encontram nela e explicar as formas de organização do espaço que nela se desenvolveram; trata-se de interrogar os homens sobre a experiência que têm daquilo que os envolve, sobre o sentido que dão à sua vida e sobre a maneira pela qual modelam os ambientes e desenham as paisagens para nelas afirmar sua personalidade, suas convicções e suas esperanças. (CLAVAL, 2001, p.42)

Para Berque (2004), o estudo da paisagem vai além de uma morfologia do ambiente ou de uma psicologia do olhar, mas na interação complexa desses dois termos. É na complexidade desse cruzamento que se vincula o estudo da paisagem.

Ao reconstruir os conceitos de paisagem e cultura como novas referências conceituais, os estudos recentes da Geografia Cultural enfatizam o caráter de construção cultural sofisticada do próprio conceito de paisagem. [...] Assim, as qualidades simbólicas da paisagem, que produzem e sustentam seu significado social, tornaram-se objeto de pesquisa, ampliando as fontes disponíveis para a Geografia Cultural. (COSGROVE; JACKSON, 2003, p.135)

Destarte, admite-se que a Geografia Cultural, como constructo sócio-cultural, possibilita uma retomada da dimensão social e cultural na Geografia procurando atender a uma mais elaborada compreensão das questões ambientais. A abordagem cultural apresentou como perspectiva de análise a experiência humana no meio ambiente, buscando abarcar o sentido, os significados que os mesmos atribuem ao espaço em que vivem.

A Geografia Cultural está associada à experiência que os homens têm da Terra, da natureza e do ambiente, estuda a maneira pela qual os modelam para responder às suas necessidades, seus gostos e suas aspirações e procura compreender a maneira como elas aprendem a se definir, a construir sua identidade e a se realizar. (CLAVAL, 1997, p. 89)

Diante dessa análise, conclui-se que o papel do Geógrafo não se restringe apenas a mera descrição dos fatores físicos das paisagens, mas torna-se fundamental a interpretação das paisagens humanas que estão repletas de signos, códigos e inúmeros significados. São paisagens que ao longo do tempo estão

continuamente em transformação e (re) significação, afinal, a paisagem cultural é resultado da ação em todo o tempo, sendo que esse deve ser levado em conta como um valioso elemento a ser considerado. Santos (1997b, p. 21) afirma: “a paisagem é um conjunto de formas, que num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”.

Para tanto, é imprescindível a compreensão dos fatores históricos, pois não existe espaço sem tempo, posto que nas paisagens estão contidas objetos passados e presentes, e estão indiscutivelmente ligados à memória e a identidade dos grupos humanos. Qualquer forma de modificação, seja destruição, alteração da configuração pode significar a morte e/ou o (re) surgimento de uma outra . Afinal, a paisagem não se traduz apenas, mas é, sobretudo, como criação humana da qual contém a marca de uma sociedade sobre um território. “A paisagem é, então, por essência, um ponto, ou mais exatamente, um processo de interface ao mesmo tempo sujeito e objeto, natural e cultural, individual e social”. (BERTRAND, 2007, p.270).

Santos (1996, p. 32) também aponta que “a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal; representando as sucessivas relações entre o meio natural e o ser humano de forma localizada, apontando para a importância do momento e da temporalidade”. Esse instante diz respeito à observação, ao contexto em que se olha e busca entendê-la, ressaltando a construção da paisagem em determinado instante. A temporalidade transversal permite compreender a história das relações espaciais.

Pondera-se que a paisagem é construída mediante as relações entre o ser humano e, sempre ao longo de tempo histórico, pois é embasada nos aspectos naturais que a cultura se desenvolve, e essa interface acontece por meio do processo de percepção resultando na atribuição dos valores e nas condutas perante o meio em que vive.

É preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado, ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc, e por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política. (BERQUE, 2004, p.86)

Sob essa dimensão, observa-se que a paisagem não é estática, é processo e como tal tende obedecer a uma dinâmica contínua e exprime um funcionamento que

a faz ser percebida tanto nos seus aspectos materiais quanto em suas múltiplas extensões sociais e culturais. Essa pertence à história da humanidade desde os seus primórdios até as sociedades atuais e as futuras. É uma referência cultural que eternamente está inscrita na memória daqueles que a habitam. A paisagem também é considerada uma produção interna, ou seja, é resultado da sociedade que a confere como existência social, e, portanto, como produto social historicizado que possibilita analisar o espaço geográfico nos limites de uma produção econômica e cultural. É referida como mediadora entre a sociedade e a natureza.

2.6 Representação e Território

De um modo mais amplo, a paisagem pode ser absorvida como um trabalho discursivo e de ordenamento da imagem do mundo tendo como ponto de partida o ambiente próximo, concreto, palpável e apreensível pelos sentidos humanos mediante a concepção de cada povo e em cada época.

A natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ao lugar ou das formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história fragmentária feita de resíduos e detritos, pela acumulação dos tempos, marcados, remarcados, nomeados, natureza transformada pela prática social, produto de uma capacidade criadora, acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo. (CARLOS, 1996, p. 30)

É a unicidade da existência humana no mundo físico que se transforma em manifestações simbólicas que não se reduzem umas às outras e que estão inscritas na paisagem. São, portanto diversas e diferenciadas a depender da cultura externalizada como expressão de sua existência. Para Berque:

A paisagem é uma *marca*, pois expressa uma *matriz* porque participa dos esquemas de percepção de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno. E assim, sucessivamente, por infinitos laços de co-determinação. (BERQUE, 2004, p. 84-85)

A paisagem cultural se realiza como um produto final da conexão das estruturas humanas, e nessa total compreensão, o auxílio da abordagem culturalista é essencial, pois “o ambiente que envolve o homem, seja físico, social ou imaginário

influencia sua conduta”. (MELO, 2001, p.33). E para essa leitura, faz-se necessário os estudos de percepção ambiental para a análise acurada dos valores, sentimentos em relação às paisagens. Com isso, a percepção dos grupos sociais ou a leitura subjetiva da mesma passa a ser levada em conta, visando à compreensão do significado que cada sociedade atribui ao espaço. Uma vez que a percepção do ambiente está imbuída de fortes e intensas raízes culturais. Nesse ínterim, Risso comenta que:

Na abordagem da Geografia Cultural, a partir da década de 1980, dentro de uma visão humanista, o olhar se volta para a paisagem simbólica, ou seja, nela estão presentes não somente a materialidade da cultura e da natureza, mas também os sentimentos, os valores, em relação às paisagens. Esta abordagem é importante principalmente porque considera que a depender da cultura as ações perante a paisagem serão diferenciadas. (RISSO, 2008, p.78)

O conceito de paisagem e seus significados, tanto objetivos como subjetivos, real e imaginário, lidos na linha do tempo e da cultura, na interpretação de símbolos nas relações de poder, é indispensável na conexão obrigatória da leitura geográfica entre pensamento e imaginário. Cosgrove (2004, p. 110) destaca que é preciso: “Descrever e entender as relações entre a vida humana coletiva e o mundo natural, as transformações feitas por nossa existência no mundo e na natureza, e acima de tudo, os significados que as culturas atribuem para a sua existência e para as suas relações com o mundo natural”. Na mesma compreensão Bertrand considera que:

A maioria dos geógrafos situa a paisagem na interface da natureza e da sociedade. De um lado, eles reconhecem sua materialidade, isto é, a existência de uma estrutura e de um funcionamento próprios aos corpos naturais que a constituem. De outro lado, eles afirmam que o status paisagístico destes corpos naturais é determinado pelo sistema de produção econômica e cultural cujos efeitos diferem segundo as “produções” e os grupos sociais. A dimensão social e histórica da paisagem é claramente afirmada e a percepção é englobada no conjunto do processo social.

(BERTRAND, 2007, p. 242)

Portanto, as transformações das paisagens de rios devem ser consideradas de forma que se torne possível verificar como se apresentam a relação cultural estabelecida entre os habitantes e esses elementos naturais, afinal paisagem é um símbolo que necessita de permanente atualização. Nessa expectativa surge uma nova forma de elaborar a paisagem, por meio de diferentes linguagens.

Desse modo, é que se avalia a percepção da população que vive próximo dos rios que sempre foram elementos naturais fundamentais desde o início na história das civilizações, sendo que a maioria das cidades se originou às suas margens. Com a subversão a ordem de sua submissão ao mundo natural, o homem assume uma postura de hegemonia na ordem da criação. Esse foi o momento que determinou outra forma de se relacionar com a natureza. Segundo Cosgrove (1998, p.98) “a paisagem é, mais que um objeto tangível, uma maneira de ver o mundo”. A paisagem é contemplada sob o olhar e admiração e ao mesmo tempo de subordinação, por intermédio dos seus recursos.

A paisagem, como espaço percebido, permeia e coloca em relação às esferas da sensação (uma vez que se constitui pela percepção visual), da experiência, que irá influenciar nas opções pelo que se enxergam quando se olha e vive um espaço, e a esfera afetiva, processando e decodificando psicologicamente as possibilidades de apreensão da sensação e da experiência. (COLLOT, 1990, p. 39)

O homem sempre observou rios, montanhas, florestas, matas, campos, etc. Porém, em um dado momento houve a consciência de que se viam tais elementos, ou seja, é exatamente nesse instante que o ser humano percebe sua capacidade de mudanças em suas relações com o meio natural, de transformação. Cada grupo humano tem uma maneira própria de representar, de interpretar e agir sobre o meio natural, afinal, a representação é a construção de uma visão de mundo.

Em suma, no coração das relações materiais do homem com a natureza aparece uma parte ideal, não material, onde se exercem e se entrelaçam três funções do conhecimento: *representar, organizar e legitimar* as relações dos homens entre si e deles com a natureza. Torna-se, assim, necessário analisar o sistema de representações que indivíduos e grupos fazem de seu ambiente, pois é com base nelas que eles agem sobre o meio ambiente. (DIEGUES, 2004, p.63)

Desse modo cada sociedade conceba suas representações, suas idéias, pois necessita de conhecimento a fim de orientar suas ações e atitudes no ambiente em que se fixam e em que vivem. “As representações sociais se apresentam como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos sociais para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem”. (SÊGA, 2000, p.128)

As representações em torno da natureza são diversificadas e serão expressas de várias maneiras conforme o grupo social que a habita, da relação que é desenvolvida nos lugares ocupados pela presença humana. Essas variam a depender dos tipos de organização que estabelecem, seja social ou econômica e, portanto determinará a conduta em torno do ambiente. Para essa análise Reigota aponta: “Assim, as representações sociais equivalem a um conjunto de princípios construídos interativamente e compartilhados por diferentes grupos que através delas compreendem e transformam sua realidade” (REIGOTA, 2001, p.70).

As representações sociais são elementos simbólicos que os homens, por meio das quais, explicitam o que pensam, como percebem os mais variados lugares e as práticas que serão efetivadas, pois são historicamente construídas e estão estreitamente vinculadas aos diferentes grupos sócio-econômico, cultural e étnico e se expressam por meio de mensagens que refletem nos mais diferentes atos e práticas sociais. Para Mendes (2009, p.55) “as práticas cotidianas de todas as sociedades são cheias de sutilezas e complexidades, mesmo porque estão estreitamente veiculadas aos processos de reprodução e de transformação das relações socioespaciais”.

As representações sociais nascem no curso das variadas transformações que geram novos conteúdos. Durante essas metamorfoses, as coisas não apenas se modificam, são também vistas de um ponto claro. As pessoas tornam-se receptivas a manifestações que anteriormente lhes haviam escapado. Todas as coisas que nos tocam no mundo à nossa volta são tanto o efeito de nossas representações como as causas dessas representações. (SÊGA, 2000, p.132)

As práticas de uma comunidade em torno de uma paisagem, de um rio, advêm do que ela é e de como a mesma percebe aquele lugar em especial, e se torna melhor compreensível a partir do conhecimento das representações, no intuito de apreender o lugar e entender como a comunidade apropriada, constrói e modela o ambiente que é o palco da sua realidade cotidiana na relação sociedade-natureza local. “É através de um conhecimento das representações das pessoas que é possível captar toda a riqueza de valores que dão sentido aos lugares de vida dos homens e mulheres; pelas representações também é possível entender a maneira pela qual as pessoas modelam as paisagens e nelas afirmam suas convicções e esperanças”. (ALMEIDA, 2003, p.71)

Com isso, examinam-se as alterações realizadas nas paisagens com a finalidade de perceber como agem os moradores das margens dos rios se comparados com as atitudes e experiências da comunidade advindas de uma herança coletiva dos antepassados, no processo de recriação da paisagem.

[...] o olhar, o ato de contemplar a natureza, não é uma atitude natural. Pelo contrário, ele é resultante de uma instituição da cultura que inventou essa contemplação e lhe deu uma significação e valor. Ora, partindo do pressuposto de que as culturas são diversas, no tempo e no espaço, a contemplação reveste-se, pois, dessa pluralidade do olhar. (ALMEIDA, 2003, p.71)

Conforme definição apresentada por Jodelet (2001, p. 15) “as representações são modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideológico em que vivemos”. Daí pode-se considerar que são formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos (imagens, conceitos, categorias, teorias), mas que não se reduzem apenas a esses. São socialmente elaborados e compartilhados e contribuem para a construção de uma realidade comum, possibilitando a comunicação entre os indivíduos. “Dessa maneira, as representações são fenômenos sociais que têm de ser entendido a partir do seu contexto de produção, isto é, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam” (ALEXANDRE, 2004, p.131).

É fundamental destacar que o estudo das representações traz à tona a importância da avaliação na formação de condutas, os comportamentos de uma dada comunidade relacionados à sua paisagem. Existem significados diferentes dos códigos, signos mesmo em comunidades que vivem em ambientes diferentes. Dessa maneira, nota-se o estabelecimento da ordem social que existe como resultado, exclusivamente, da atividade humana e tem um sentido coerente. A conduta dos ribeirinhos em torno dos rios promove uma estrutura social que pode ser observada na vida cotidiana, e a representação social gerada da realidade desse cotidiano reforçando-o

As representações sociais são, então, elaborações coletivas diversificadas no âmbito da modernidade. Moscovici remete às representações sociais as várias facetas das relações interpessoais do cotidiano. Ou seja, a teoria engloba a articulação de afirmações conceituais e explicações que têm origem no cotidiano. Muito mais, o ato de representar é a expressão de uma internalização da visão de mundo articulada que gera modelos para a organização da sociedade. (GIL FILHO, 2005, p.57)

A Nova Geografia Cultural aponta que a paisagem teria, ao mesmo tempo, um componente objetivo, pois é apropriada e transformada de diferentes maneiras pelos homens, e um componente subjetivo, que são os significados contidos na mesma com embasamento cultural. O estoque social de conhecimento representa o mundo vivido cotidianamente pelos grupos humanos, e este dia-a-dia integrado é um ingrediente básico da paisagem. A arte, a religião e o imaginário em geral são produtores deste campo de significação do mundo. É daqui que a compreensão geográfica deve insistir “sobre o sentido dos lugares, sobre a importância do vivido, sobre o peso das representações religiosas” tornando indispensável um estudo aprofundado das realidades culturais (CLAVAL, 1997, p.53).

A natureza e o espaço socialmente produzido, do qual o homem é parte integrante, constituem o ambiente geográfico. Este, contudo, não é vivenciado nem percebido do mesmo modo pelos diversos grupos sociais diferenciados entre si por um amplo leque de atributos que se combinam entre si de modo complexo: renda, sexo, idade, as práticas espaciais associadas ao trabalho, crenças, mitos, valores e utopias. A percepção do ambiente tem uma base eminentemente cultural. (CORRÊA, 1995, p. 7)

Para Santos (1997a, p. 22), “paisagem é um conjunto de formas que num, dado momento, exprimem as heranças que representam sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. Ou ainda, a paisagem se dá como conjunto, de objetos reais concretos”. Deriva-se que os territórios são construídos por meio da interação entre natureza e sociedade, mediado por relações de dominação e apropriação. No mundo contemporâneo vive-se de forma concomitante uma multiplicidade de escalas “[...] numa simultaneidade atroz de eventos” (HAESBAERT, 2002, p.121). Cada vez que a sociedade passa por mudanças, o espaço e a paisagem se transformam para adaptar às novas necessidades. Nessas sucessivas transformações, os objetos construídos, por serem até certo ponto fixos, constituem a representação e testemunho de uma época.

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. (HAESBAERT, 2005, p.01)

Em todo o tempo, tanto passado quanto presente, as paisagens vão sendo refeitas, reajustadas, por vezes requalificadas sempre pela atuação do grupo social que dela se apropria, a transforma e é por ela transformado. Para tanto, é inegável que ao apropriar, modificar, existe sempre uma relação de domínio, de poder, por ora até mesmo do poder simbólico sobre um território. Todo esse processo é resultante da visão do homem como agente modificador, firmando com a natureza uma vinculação dominante, buscando o uso do recurso, e promovendo o entendimento do território como posse simbólica que se pauta nas relações sociais e suas expressões. “O território [...] entendido com espaço apropriado simbolicamente, gera uma representação e, conseqüentemente, um território”. (BONJARDIM, 2009, p. 16)

Ao tratar do território que é delimitado por meio das representações sociais cabe lembrar que a discussão em torno desse surge essencialmente na Geografia Política e concede uma definição delimitando-o ao espaço de poder, apropriação, controle e dominação. No período de surgimento do conceito Frederich Ratzel apresenta formulações relacionadas a uma parcela da superfície terrestre apropriada por um grupo humano de acordo com os reclames coletivos de ter um território, com recursos naturais, para atender a sua população, sempre com destaque à figura do Estado.

Para Claude Raffestin (1993) quando se trata dessa categoria geográfica, é pertinente desvendar o caráter político do território, defendendo a ênfase elaborada na perspectiva político-administrativa, múltiplos poderes que serão manifestados tanto regionalmente quanto localmente. “Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder”. (RAFFESTIN, 1993, p.144). Desse modo, este autor também propõe a compreensão de território como manifestação espacial do poder fundamentada em relações sociais, determinada pela presença de energia que seriam as ações e as estruturas concretas, e as de informações que se tratam das ações e estruturas simbólicas.

Com o passar do tempo surgiram vários estudos em torno do território, pautados em um sentido mais amplo, mais vasto, a fim de abordar outras questões pertinentes ao conceito. No século XX, especialmente nos anos 1990, acontece uma valorização nos estudos desse tema e o conceito de território assume um papel

importante nas análises geográficas, sobretudo, das cidades. Nesse momento, vários autores trazem a tona variada expectativa para a discussão territorial.

Novos estudos exigiram a compreensão de que os fenômenos da organização sócio-espacial da política comum eram muito mais ricos do que a mera associação ao território nacional. As novas interpretações do território permitem uma visualização das cidades em disputa, dividida entre o poder público e dos grupos organizados, sendo a expressão mais concreta e dramática da metáfora da guerra. (VALVERDE, 2004, p.120)

Outra interpretação a respeito da apreensão do território é embasada em uma forte conotação cultural. Com isso, os sentimentos de pertencimento, identidade, espaços de representação, estabelecem formas muito intimistas de apropriação e de produção do espaço por meio de territorialidades. Sendo primordial a compreensão do território com amplitude, multidimensionalmente, afinal sua essência é social e suas dimensões se expressem em: política, economia, cultura e também natureza, ligados pela história e todos os conflitos inerentes a toda esfera da sociedade. Conforme afirma Saquet (2003, p. 24) “O território é um lugar de relações e este, um território, a partir da apropriação e produção do espaço”. Para Eduardo (2006, p.180), “Os territórios são construídos socialmente, pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social”.

O território significa natureza e sociedade; economia, política, dominação e controle; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra; formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. Isso significa a existência de interações *no e do* processo de territorialização, que envolvem e são envolvidos por processos sociais semelhantes e diferentes, nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de des-continuidades, de desigualdades, diferentes e traços comuns. Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona os fenômenos e os processos territoriais. (SAQUET, 2007, p. 24)

Para Bertrand (2007, p. 257): “A paisagem aparece então não apenas como uma ferramenta nova e preciosa para o diagnóstico do estado de um território, mas também como um dado essencial de um projeto de desenvolvimento para o qual ela constitui um potente fator *identitário*”. Mas, cada grupo social se inscreve na paisagem, por meio da cultura e ao apropriar-se dela, a utiliza no exercício de suas atividades cotidianas, nas expressões religiosas, artísticas, política, de preservação, de conservação, enfim estabelece uma posse simbólica quando delimita um território

de ação. Admite um território que pertence a uma dada comunidade e isso só é possível na esfera do vivido, do cotidiano e dessa maneira territorializa essa dimensão, mesmo que simbolicamente, pois ao definir uma identidade, individualiza e reconhece aquele grupo social.

Mas esse poder também é múltiplo e não se restringe às figuras centralizadoras do Estado e das classes dominantes. Numa interpretação de base foucaultiana, o poder se estende por todas as esferas / escalas da sociedade, permitindo também reações de toda ordem, desde os microterritórios de resistência do nosso cotidiano até as redes planetárias dos movimentos contraglobalizadores. Ainda que privilegie a dimensão política, o território carrega hoje toda a complexidade com que se constroem essas relações de poder, um poder que, mais que claramente centralizado e identificável, é também difuso, multifacetado e “rizomático” – para utilizar a expressão de Deleuze e Guatarri, estendendo-se do poder visível e “material” das instituições formalizadoras ao poder “invisível” e simbólico do imaginário e das representações dos diferentes grupos culturais. (HAESBAERT, 2007, p.37)

A abordagem do território na Geografia cultural perpassa pela perspectiva da apropriação simbólica. Considera um espaço delimitado e apropriado simbolicamente, por identificação. Todavia, o território é apreendido como espaço de articulação, de mediação, de conjugação, negociação, para onde serão convergidas as ações, as articulações abarcando tanto o aspecto objetivo como subjetivo, pois ali se encontram. A construção histórica da identidade de uma sociedade, um povo, um grupo social está ligado efetivamente ao seu território.

É fundamental ressaltar que o espaço constitui, metaforicamente, a “matéria-prima” para a produção do território, ou seja, o espaço é anterior ao território. Cristaliza-se através da apropriação do espaço (econômica, política e culturalmente) por atores que realizam determinadas atividades sociais: *os atores sintagmáticos*, cujas intencionalidades e comportamentos, nas diferentes maneiras, tempos, dimensões e intensidades de territorializarem-se e viverem o(s) produto(s) “processos” do(s) territórios, estão fortemente mescladas e intrinsecadas de poder. (EDUARDO, 2006, p. 178-179)

Haesbaert (2007) destaca a amplitude do conceito de território e como esse pode ser apreendido nas diversas áreas do conhecimento tanto da Geografia como da Ciência Política, e da Economia. Para tanto, tem-se as múltiplas dimensões de análise.

-Política (referida às relações de espaço e poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações de espaço=poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado

poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionadas ao poder político do Estado.

-Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação / valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

-Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recurso e / ou incorporado no embate entre as classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2007, p.40)

Para Haesbaert (2007) o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que o território inspira a identificação e a efetiva apropriação. Englobado na fundamentação da categoria território na construção do discurso identitário, o qual forja, utilizando aqui da conceituação elaborada por Haesbaert, uma “identidade sócio-territorial”.

Trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto. Assim, a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central para a construção desta identidade parte ou transpassa o território (HAESBAERT, 1999, p.178).

Dentro desse contexto, cabe a leitura das paisagens de rios como elementos naturais modificados e apropriados pela ação humana é importante para entender a inserção paisagística das águas nos espaços urbanos e rurais. Afinal, “a paisagem não é apenas a natureza. Ela é uma criação humana, a marca de uma sociedade sobre o território [...] antes de ser um objeto de cenário e de contemplação para as populações é historicamente uma ferramenta” (BERTRAND, 2007, p. 251). As cidades começaram a incorporar os elementos naturais, entre eles os rios, pois a presença dos mesmos pode propiciar uma situação privilegiada aos seus habitantes, tanto para usufruir os recursos hídricos como das suas margens.

Os rios são referências essenciais num território, numa paisagem. A sua importância pode ser encarada sob vários prismas. Na literatura e na poesia inspiraram inúmeros autores e são transportados no imaginário coletivo e individual. Mas a leitura de importância dos rios prende-se também com o seu peso do ponto de vista econômico, com as diferentes utilizações assumidas por grupo de interesses (por vezes contraditórios). A dimensão de patrimônio natural associada, cada vez

mais, às ameaças ambientais, e à tomada de medidas necessárias e urgentes, reveste também de uma forte centralidade.

Os rios são os que abrem caminhos, cortam encostas, descem serras e montanhas. Rios que transportam, produzem, regam, criam e recriam. Rios que transformam, fazem e refazem as paisagens do nosso país. Rios de grandes variações e contraste entre cheias e secas, entre vida e morte, entre força e desespero. Rios que tranquilizam e são fontes de energia. Pensar e refletir sobre os rios e seus efeitos numa dada comunidade ou região é claramente um tema que permite identificar algumas ameaças, fragilidades e potencialidades para o desenvolvimento do mundo. (SERAFIM, 2004, p.03)

A análise do território na perspectiva de fenômeno ambiental é fundamental, pois abre possibilidades de averiguação em diversas escalas. Na observação do território que abriga o espaço vivido, conseqüentemente os olhares se voltam para a paisagem, posto que aí eclode a tradução do processo de construção e reprodução, da percepção, da compreensão das complexidades focando as significações, (re) significações que são atribuídas ao território.

Todavia, a expressividade do território surge através de uma diferenciação teórica fundamental, da qual muitos geógrafos não se dão conta. A organização (ou produção) do território não depende apenas de redes de poder, mas também de máquinas-sistemas de produção e de significação. Os territórios se configuram em processos de territorialização que definem um terreno delimitado, mas precisam também de processos de espacialização, que na experiência vivida, ilimitada, configuram as características de formação do território, e não o próprio território. (SAHR, 2008, p.49)

Santos (2006) define:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele flui. (SANTOS, 2006, p.96)

O homem sempre se fixou no entorno dos rios a fim de desenvolver atividades diversas relacionadas com a luta pela sobrevivência e a procura de melhores condições de vida. Quanto ao apropriar-se possibilita uma posse simbólica e identitária, além de funcional, portanto uma apropriação que só pode ter tido início no “lugar” de cada indivíduo. Para Carlos (1996, p. 20) “há também a dimensão da história que entra e se realiza na prática cotidiana (estabelecendo um vínculo entre o

de fora e o de dentro), instala-se no plano do vivido e que produziria o conhecido-reconhecido, isto é, no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões”. No cotidiano se processa a esfera da proximidade, da vizinhança, do conhecimento e do reconhecimento, da horizontalidade das relações afetivas, e por meio, do vivido que os seres humanos interpretam a realidade.

A materialidade do dia-a-dia que torna possível a concreta apreensão do espaço pelas pessoas, por meio das ações e da possibilidade que os lugares se constroem, investidos de valor simbólico, relacionando materialidade e subjetividade. Refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas.

Há vários territórios recobrando a superfície da Terra. Cada um apresenta uma específica dimensão e conteúdo, sendo apropriado, vivenciado e percebido pelos diferentes agentes. Os vários territórios não formam um mosaico, regular ou irregular, mas assemelham-se às múltiplas possibilidades de arranjos existentes em um caleidoscópio. (CORREA, 1997, p.252)

Para tanto, ao falar da identidade, da valorização do espaço vivido, permite-se esclarecer os conceitos de território e territorialidade. Nota-se que o primeiro está relacionado à apropriação social, na medida em que a territorialidade se refere a qualidade subjetiva do grupo social, especialmente, baseadas nas imagens, nas representações ao se conscientizarem do seu espaço, do lugar onde a vida se realiza. É desse modo que se desenvolve a abordagem do sentido de pertencimento, de identidade, das ações e por fim da territorialidade.

O conceito de territorialidade refere-se, então, às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas - uma localidade, uma região ou um país - e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado geográfico. [...] Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade. (ALBAGLI, 2004, p.28)

Os laços culturais se formam no compartilhamento de experiências diversas, sendo constantemente redimensionados por todos os atores que participam efetivamente de sua validação em seu cotidiano, o vivido, num ‘campo de forças’ emaranhando-se por todo tipo de poder nos mais variados ritmos e intensidades; o que permite incorporar a capacidade que a vida cotidiana e a apropriação do espaço

possuem na construção de identidade das pessoas, do subjetivo ligado ao vivido, as experiências de uso, que vão da simples materialidade do espaço já que envolvem aspectos do imaginário e do simbólico, incluindo a potencialidade de mudança, transformação e de resistência.

No lugar- um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições-cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora da comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 1997a, p. 258)

Segundo Carlos (1996, p.20): “os lugares relacionam-se ao cotidiano das pessoas, são locais apropriados pelo uso, espaços do vivido, carregados de significados que criam identidades”. A paisagem encerra dessa forma, o espaço da vivência e da convivência, e possui como ponto de referência o cotidiano – imprescindível para a compreensão da sociedade, sendo traduzida como o reflexo e a marca registrada da sociedade, dos homens na natureza.

Nesse ínterim, é viável a leitura dos rios por meio da visão dos ribeirinhos, as denominadas comunidades tradicionais que possuem modo de vida peculiar que as distingue das demais populações do meio rural ou urbano, possuindo uma cosmovisão marcada pela presença da água. Para estes, os rios não são apenas elementos do cenário ou paisagem, mas algo constitutivo do modo de ser e de viver do homem. O ribeirinho vive o espaço de forma peculiar, levando em consideração a maneira pela qual se relaciona com o ambiente a sua volta. É uma relação de respeito pautado nas crenças, nos mitos como atenta Silva (1994, p.56): “A natureza passa a ser harmonizada, desmistificada, ou seja, desnuda de mistérios e incorporada de novos significados. Passa a ocorrer em alguns momentos, sacralização da paisagem, a mata e o rio passam a ter um significado especial para esse grupo”.

Esses abarcam a paisagem como construção cultural e ideológica, identificando significados da mesma iniciando pelas experiências, entendendo que a maneira de ver a paisagem não é homogênea, tendo significação distinta para os grupos sociais. O sentido histórico no contexto da territorialização – dimensão

espaço-temporalidade – se realiza na prática do dia-a-dia e estabelecem vínculos com os que se sentem pertencentes e os não-pertencentes ao rio. Esse processo os identifica com os elementos do espaço considerado como “seu” e que é produzido no decorrer do momento histórico.

O ser humano faz parte da natureza, assim como se distingue e separa-se contextualmente dela através do intelecto e da razão. Devido a esses aspectos da natureza humana, o homem intervém no mundo natural modificando-o, enquanto que nesse processo ele também se modifica. O mundo natural não existe por si mesmo, mas a partir da apreensão mediada pela consciência, fazendo dele um resultado da cultura, pois todos nós somos portadores da cultura. Essa cultura não-material é definida pelos valores compartilhados e pelas crenças, constituindo a imaginação coletiva. (COSGROVE, 2004, p. 387 e 388)

Os fazeres e olhares ribeirinhos, como forma de viver, experimentar e entender o mundo estão impregnados por tradições que ligam de maneira intrínseca e concreta à paisagem, carregados de simbologia, de representação criando um sentido referenciado no passado, que se tornam comuns aos moradores da beira do rio.

Nossa sabedoria é a dos rios
Não temos outra.
Persistir. Ir com os rios, ir com as ondas.
E nos moveremos, rio dentro do rio.
Corpo dentro do corpo,
Como antigos veleiros. (NEJAR, 1997, p.2)

Portanto, de um modo bem ampliado, a paisagem pode ser compreendida e apreendida como um trabalho discursivo de ordenamento da imagem do mundo com a leitura do ambiente próximo, concreto, apreensível pelos sentidos humanos, mediante estruturas mentais correntes no universo cultural de cada época e de cada povo. Na busca pelo estudo da percepção ambiental é primordial entender a linguagem que está proposta, a linguagem do ambiente estudado, as representações de valores, os usos, os hábitos, o cotidiano e as expectativas do labor diário sempre colocado por meio dos signos e sinais que recheiam o lugar de interpretação, de poesia.

As diferentes formas como os ribeirinhos compreendem e valorizam a natureza estão profundamente influenciadas por seus contextos e práticas culturais. As maneiras de abarcar a natureza e as relações estabelecidas com o mundo diferem amplamente entre culturas e períodos históricos, os indivíduos pertencentes

à mesma cultura podem interpretar o conceito de natureza de formas radicalmente divergentes, e o reconhecimento dessas diferenças pode auxiliar na elaboração de uma análise crítica sobre a maneira de compreender e lidar com o mundo natural.

A paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades. É marcada pelas técnicas materiais que a sociedade domina e moldada para responder às convicções religiosas, às paixões ideológicas ou aos gostos estéticos dos grupos. Constitui desta forma um documento-chave para compreender as culturas, o único que subsiste freqüentemente para as sociedades do passado. (CLAVAL, 1999, p. 14)

A compreensão da interação entre a cultura da comunidade ribeirinha e o processo de valoração do espaço vivido, partindo da percepção e da experiência, conduz a um entendimento da relação sociedade-natureza na beira do rio que leva em conta afetividade do indivíduo e sua história de vida.

Essa paisagem resulta da fusão entre componentes naturais e construídos com cenário do mundo-vivido. Algumas de suas particularidades são conhecidas apenas por seus moradores, não sendo percebidas pelo viajante que passa por ele. Só quem a experiência por meio de um contato direto e contínuo pode alcançar melhor compreensão dela. Pode-se considerar a percepção dos moradores como uma informação de grande importância no estudo da interação entre homem e paisagem, pois é inegável que há uma profunda diferença entre cenário descrito e estudado, e um cenário experienciado e vivido. É a familiaridade em relação a tudo o que existe na paisagem que lhe confere um significado especial; onde os habitantes vivem, se movimentam e se relacionam entre si e com a paisagem. (MACHADO, 1996, p. 98)

É fundamental verificar todas as representações criadas, fixadas pelo habitante da cidade, do campo, advindas da prática cotidiana, porque é no fluxo do tempo, no uso urbano, no uso rural que a população se inscreve no lugar onde vive, distinguem suas escolhas que podem ser conscientes ou não, de acordo com as alternativas que o seu ambiente lhe confere.

A imensidão está em nós. Está presa a uma espécie de expansão do ser que a vida refreia, que a prudência detém, mas que volta de novo na solidão. Quando estamos imóveis, estamos além; sonhamos num mundo imenso. A imensidão é o movimento do homem imóvel. A imensidão é uma das características dinâmicas do devaneio tranqüilo. Por paradoxal que pareça, é freqüentemente essa imensidão interior que dá sua verdadeira significação a certas expressões referentes ao mundo que se oferece à nossa vista. (BACHELARD, 1978, p.317).

Devem ser possibilitados na apreensão da paisagem os aspectos visuais, a complexidade das inter-relações entre os elementos físicos e os elementos da cultura, permitindo cartografá-la, classificá-las se homogêneas ou diferenciadas; tal qual a classificação com ênfase em um elemento de sua composição: vegetação, clima ou cultura; verificar o caráter dinâmico e de funcionamento que permita sua análise. Nesse sentido, é de grande importância discutir a paisagem dentro da pluralidade na medida em que encara o ser humano como delineador dela por intermédio dos sentimentos, da valoração, da posse simbólica que estão presentes sejam na apreensão, conformação e até mesmo transformação e na análise da paisagem, pois reflete o próprio homem.

Ela faz parte de nós mesmos. Como um espelho, ela nos reflete. Ao mesmo tempo, ferramenta e cenário. Como nós e conosco, ela evolui, móvel e frágil. Nem estática, nem condenada. Precisamos fazê-la viver, pois nenhum homem, nenhuma sociedade, pode viver sem território, sem identidade, sem paisagem. (BERTRAND, 2007, p. 263)

No bojo da explanação torna-se relevante alertar que toda paisagem corresponde a um sistema de representação que considera a natureza dos locais, os projetos dos atores e o desenrolar dos tempos cíclico e linear. Cabe então a necessidade de novas leituras, das possibilidades de análise que insira a interação entre elementos de origem natural e humana, ao longo do tempo e do espaço, a fim de promover destaque à cultura e ao simbolismo das paisagens geográficas, uma vez que está mais amplamente reconhecido que a saída para a crise ambiental, pela qual atravessa a sociedade moderna, não pode estar associada exclusivamente com o desenvolvimento e aplicação de novos avanços tecnológicos. É muito provável que estas medidas técnicas possam aliviar e reduzir temporalmente a magnitude dos problemas ecológicos, mas não influenciarão sobre os aspectos básicos e profundos da crise.

A colocação em perspectiva, até em prospectiva, do meio ambiente só se esclarece se for colocado no longo prazo na história humana. Ele faz parte da cultura contemporânea da mesma forma que as noções de identidade, de patrimônio, de desenvolvimento, de paisagem. O meio ambiente é muito mais do que um conceito científico. (BERTRAND, 2007, p. 302)

As questões ambientais atualmente afetam diretamente o modo de vida dos ribeirinhos e a paisagem dos rios que tem sido mostrada como uma fonte de

problemas por meio do processo de degradação pelo qual passam suas várzeas e suas águas. Contam as alterações no ciclo hidrológico, mudanças na drenagem das águas pluviais, não preservação da sua estrutura morfológica (saliências, reentrâncias, encostas, divisores, topo, talvegue, vales, drenagens, afloramentos rochosos e vegetação nativa); bem como, os vários tipos de mecanismos de poluição da água superficial e subterrânea; como as principais fontes de poluição quando do lançamento de esgotos domésticos e industriais.

Assim, têm-se as formas espaciais dos tempos de outrora modificadas pelas práticas capitalistas e o uso da natureza como recurso para ser apropriado e usado pensando exclusivamente na reprodução do capital. Em suma, a poluição ambiental nos rios tem levado os ribeirinhos à procura de outras formas de realização da vida que não seja exclusivamente o uso do rio. É perceptível essa realidade no rio Pardo, uma vez que mesmo morando próximo a esse, o seu uso tem se tornado cada vez mais dificultado, especialmente, para a pesca. O rio tem sido atingido pela poluição e sofrido processo de degradação que afastam os ribeirinhos da vida constante que se desenvolvia nele. E os problemas sociais do espaço urbano como a violência, o descaso e a desigualdade social atingem as comunidades tradicionais. Trata-se de um novo arranjo espacial, novas adaptações, novas utilizações do mesmo.

As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão do trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados [...] o espaço, portanto é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim, o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas. (SANTOS, 1980, p.138)

E, evidentemente, os itens elencados acima, provocam uma remodelação relacionada à forma de convivência com essa paisagem, pois o rio deixa de ser o principal meio de sobrevivência dessas populações que não encontram outra saída para a luta pela vida. Novas funções de uso se relacionam e se integram umas as outras. Cabe aqui apontar a idéia de rugosidades espaciais.

A noção de 'rugosidades' complementa a concepção de que a produção do espaço é, ao mesmo tempo, construção e desconstrução de formas e funções sociais dos lugares. Ou seja, a (des) construção do espaço não se refere apenas à destruição e à construção de objetos fixos, mas também as

relações que os unem em combinações distintas ao longo do tempo. (GODOY, 2004, p.34)

Os rios também podem se tornar um fator de segregação e problema social, de questões e conflitos, como por exemplo, algumas cidades que são separadas por um rio de grande porte ocasionando duas margens com ocupações diferenciadas, ou seja, um rio pode dividir várias comunidades dentro do próprio município. De modo geral, os rios são paisagens muito degradadas, com leitos alterados, poluídos por distintas tipologias de esgotos, lixo e nas margens do rio não há preservação da mata ciliar.

Uma paisagem, mesmo a mais banal, nunca é unívoca. O sistema de representação dominante, mais ou menos afirmado, lhe garante sua coerência e sua representatividade [...] A paisagem, através de nossas representações, é o jogo e a questão de forças variadas. Assim considerada, a paisagem se situa no coração, ou na margem, de múltiplos conflitos sociais e é freqüentemente por ocasião destes conflitos que emergem novas representações paisagísticas. (BERTRAND, 2007, p. 270)

Ao analisar as transformações do espaço por meio da cultura, política e economia, nota-se a existência de uma visão geral dos fatores que interferem no cotidiano do cidadão, e então, entende-se que as práticas culturais devam ser analisadas em escalas regionais e locais, sem esquecer que estão inseridas em um contexto global, pois, sabe-se que a cultura é dinâmica e dinamizadora, organiza o espaço e interfere no cotidiano do local.

É a luz das considerações elaboradas que os ribeirinhos dos municípios de Cândido Sales, Itapetinga e Itambé no Sudoeste da Bahia, nesta pesquisa com o recorte para Itambé, se inserem com as suas representações que conduzem os comportamentos, suas ações e que apropriam simbolicamente do rio Pardo como um território por meio de suas práticas espaciais. Cabe lembrar que os mesmos estão incluídos em um espaço carregado de desigualdades sociais que desagregam o tecido social e alteram as relações entre os indivíduos.

No mundo moderno a prática sócioespacial revela a contradição entre a produção de um espaço em função das necessidades econômicas e políticas e ao mesmo tempo a reprodução do espaço da vida social. No primeiro caso a reprodução do espaço se dá pela imposição de uma racionalidade técnica assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação que produz o espaço como condição/produto da produção revelando as contradições que o capitalismo suscita em seu desenvolvimento, o que impõe limites e barreiras a sua reprodução. No segundo caso a reprodução da vida na metrópole se realiza

na relação contraditória entre necessidade e desejo, uso e troca, identidade e não-identidade, estranhamento e reconhecimento, que permeiam a prática sócioespacial. (CARLOS, 2001, p.18)

Para tanto, ressalta-se a importância das políticas de conservação e de preservação da paisagem do rio Pardo, na tentativa de resguardar a própria identidade dos ribeirinhos que desejam sempre pertencer ao rio. E nessa perspectiva, considera-se de fundamental importância a participação dos mesmos nas tomadas de decisões administrativas em relação às políticas e planejamentos ambientais, “nem todos os moradores são “conservacionistas natos”, mas entre elas há populações tradicionais que armazenam vasto conhecimento empírico do funcionamento do mundo natural em que vivem ou viveram” (DIEGUES, 2004, p.195).

Para tanto, cabe desenvolver uma visão multidisciplinar que mantenha as relações entre diversidade biológica e conservação da pluralidade cultural, no ensejo de alcançar as significações de determinados atos humanos perante a natureza, bem como ações conjuntas com essa comunidade, a fim de subsidiar, com mais informações, novas reflexões para formulação de projetos na área ambiental e a tomada de decisões futuras em relação ao rio nas áreas urbanas e rurais.

Capítulo III - A percepção dos ribeirinhos (e o rio Pardo)

Zé Qualquer e Chica Boa

Empurra a cancela Zé
 Abre o curral da verdade
 Pra mostrar pra mocidade
 Como é que vive um Zé
 Sem um conforto sequer
 Com suas latas furadas
 E a cacimba tão distante
 Um Zé arame farpante
 Feito de gente e de fé.

O Zé que se aprisiona
 Aos cacos velhos da enxada
 Que nasce herdeiro do nada
 E qualquer lado é seu caminho
 Medalhas são seus espinhos
 Queda de bois são batalhas
 Seus braços, suas cangalhas
 De taipa e barro seu ninho.

[...]

É um qualquer niquelado
 Acabestrado num Zé.
 Não é Zé pra qualquer nome.
 Nem Qualquer pra qualquer Zé.
 Diante desses apois
 Eu vou dizer quem tu sois
 Pode escrever se quiser:

Sois argumento de foice
 Sou riacho correntoso
 Tu sois carquejo espinhoso
 Sois calo de coronel
 Sois cor de barro a granel
 Sois couro que não mofa
 Sois doutor sem farofa
 Sem soqueira de anel.

[...]

Sois um Zé Qualquer do mato
 Provador de amargor
 Tu sois urro, sois maciço
 Devoto de Padre Ciço
 Sois matuto rezador
 O Zé Qualquer em pessoa
 Marido de Chica Boa
 Teu verdadeiro amor

É Francisca Caliméria
 Feliciano Qualquer
 Chica Boa é apelido
 Pode chamar quem quiser
 Mas digo às outras pessoas
 Não digam que Chica “É” boa
 O cabra que assim caçoa
 Vê direitim quem é Zé.

(QUIRINO, 2001, p. 16)

3 A percepção dos ribeirinhos (e o rio Pardo)

3.1 As marcas da paisagem ribeirinha

“O ribeirinho era um povo feliz, um povo que vivia bem, que tinha esse nome porque merecia.” Essa foi a explicação encontrada pelo ribeirinho que mais viveu à beira do rio Pardo e que conscientemente avalia a vida e a morte social de uma comunidade que pertence a essas águas. É a definição mais oportuna de comunidade que está sendo desfeita pela ferocidade das atuais práticas capitalistas que vigoram no espaço urbano e que os alcançam. O passado remete ao estabelecimento de uma comunidade que se criou e resiste nas lembranças, nos hábitos e na identificação.

O rio, a canoa, o trabalho na agricultura, a pesca, a caça, são construtores de sentido e convém avaliá-los dentro da concepção dialógica que interage a comunidade ribeirinha e a paisagem do rio Pardo, mostrando a impossibilidade de pensar o homem como apêndice das relações que o ligam ao outro, ao espaço em que pertence e é pertencido por ele. Nessa perspectiva de entendimento do espaço vivido, o olhar do morador urbano para o rio é distinto do olhar do ribeirinho para a mesma paisagem, uma vez que o ribeirinho conviveu com o rio por muito tempo e ainda se identifica do mesmo modo. “Tem ribeirinho que vai morrer ribeirinho”.

O universo do homem ribeirinho é permeado por suas relações com a natureza, com a construção da sociabilidade, continuado por intermédio da solidariedade, dos valores repassados por gerações, da inserção de símbolos que pertencem também ao campo da religiosidade centrado em Deus como Ser supremo e Criador.

Tenta-se reconstruir, por meio das histórias narradas e trazidas à lembrança os relatos feitos pelos ribeirinhos que habitam o rio Pardo e assim torna possível fazer comparações, analogias e avaliar as conseqüências do processo histórico e geográfico ao clarificar o futuro o que está aparentemente entre o possível e o improvável de acontecer. Nos meandros das falas procuramos apreender a água como aspecto marcante para eles.

“A água do rio Pardo representa vida, a nossa vida”, com essa afirmação averigua-se que o rio para os ribeirinhos entrevistados constitui-se como o aspecto

de relevância, pois seus sonhos, suas expectativas, seu modo de vida foram construídos às suas margens, neste trecho do rio que está localizado em torno do município de Itambé no Sudoeste da Bahia. A cosmovisão deles, ou seja, a percepção de mundo está marcada por estas águas. “Mesmo que não tivesse essas árvores, essas plantações que você vê por aqui, o rio ainda seria a coisa mais importante, pois na água que ele guarda a gente encontra peixe pra comer, pode beber, tomar, cozinhar, lavar roupa e isso enche a gente de alegria”, declara J. S.P, 79 anos.



FIGURAS 2 e 3: Trechos do Rio Pardo em torno do município de Itambé no Sudoeste da Bahia. Fonte: SAMPAIO, N. Pesquisa de campo, 2009.

A primeira referência da vivência ribeirinha está relacionada à dinâmica e ao papel do curso de água, nesse caso, o rio Pardo revela, sobretudo, a sobrevivência das famílias ribeirinhas em um passado remoto, à vista disso no rio a cotidianidade se reproduz material e imaterialmente. Para eles, por meio desse curso d'água movimentaram-se sonhos, desejos, encontros e modos de vida. O homem ribeirinho criou seu próprio mecanismo de usar o tempo e o espaço; uma cultura de profundas relações com a natureza, que perdura, consolida e fecunda o imaginário desse conjunto social.

As habitações apresentam estreita ligação com o rio e suas águas. As poucas casas que ainda estão próximas da margem mantêm suas portas e janelas voltadas

para o rio. Todavia, as vegetações nas margens estão bastante devastadas, a mata ciliar praticamente inexistente em alguns trechos e o acesso de pessoas ao rio facilitou a degradação à beira do mesmo, pois retirou-se a vegetação das bordas a fim de construir caminhos que permitam a passagem dos moradores residentes no bairro Felipe Achy de camada popular no trajeto diário.

Tá vendo ali esses espaços, esses caminhos que hoje a gente passa e o rio está bem perto? Não era assim não. O rio era forte tinha muita água e tomava tudo quanto era lugar, tinha que passar bem longe dele porque era bravo, muito bravo, agora o homem acabou com o rio e o rio parece que tá é morrendo. (M. J. S., 72 anos)

A leitura da paisagem do rio Pardo atualmente difere da paisagem concebida e guardada na memória que são lembradas quando solicitados. Ao falar sobre as águas diante da paisagem do rio no presente, recordam as experiências do passado. A degradação ambiental desse manancial é recorrente, o que tem prejudicado toda a vida biótica; mas as experiências com as suas águas ainda permeiam intimamente a lembrança e o cotidiano dos ribeirinhos. No entanto, no imaginário desses, o rio 'bom' não é este que se vivencia hoje, mas o que pertenceu ao passado da comunidade.

Na minha cabeça eu tenho lembranças do rio bem cheio, muitas árvores, muito verde, muita gente fazendo cada um uma coisa diferente, hoje o que é mais marcante na minha vista é essas águas fracas, antigamente a gente já entrava no rio com as águas na cintura, agora a água dá na metade da canela. (J. S. P., 79 anos)

Torna-se necessário avaliar de que maneira as alterações da paisagem são percebidas pelos ribeirinhos que vivem nesse espaço há muito tempo. Alguns retratam que se fixavam muito próximo dos rios e nos tempos de enchentes tinham que se afastar, pois as margens eram inundadas, e com o crescimento da cidade eles foram aos poucos notando que o rio diminuía sua vazão. O sentido de valor ao espaço do cotidiano encerra o uso e a afetividade individual e coletiva. O rio demarca ou aponta um tempo em que o ritmo e a organização social se interligavam. Os períodos da vazante e da cheia indicavam o instante da partida e da chegada. Os ciclos da natureza determinavam a cultura que se devia plantar e quando colher.

Anteriormente, esse curso de água era bastante usado principalmente como via de deslocamento, o que possibilitava resolver todas as questões cotidianas. A mobilidade do ribeirinho estava diretamente ligada ao rio, pois o mesmo permitia o

deslocamento por meio de pequenas embarcações. Da busca pelo auxílio médico até os encontros amorosos. “Muitas vezes a gente saía de canoa ou num barquinho para encontrar com a mulher amada”, lembra um dos entrevistados. O rio foi o meio pelo qual o ribeirinho transportou o excedente de sua produção para as feiras livres, o pescado e alguma caça. As águas se tornaram o símbolo possível da locomoção para ambientes que sem elas seriam quase impossível alcançar.

Com o crescimento da cidade, as casas foram sendo construídas mais próximas dos acessos ao rio Pardo e os problemas urbanos não foram solucionados pelo Poder Público local. Os esgotos da cidade de Itambé são lançados no rio Verruga que deságua no rio Pardo contaminando-o, bem como os esgotos lançados diretamente no mesmo, o que origina a mortandade dos peixes, a extinção de espécies e diminuição drástica da comercialização do pescado.

Antes, não tinha as casas que a gente ta vendo por ali. Tudo era mato e mata fechada. Não tinha lixo nem esgoto que maltrata o rio. Agora tem esgoto [...] e com o tempo a gente não consegue mais pegar peixe graúdo e era só para comer. Depois o rio foi minguando e tinha que pegar para vender, mas os *peixão* não tinha mais. (M. P. 80 anos)



FIGURA 4: Casas construídas há menos de 10 anos, próximo do rio Pardo.
Fonte: SAMPAIO, N. Pesquisa de campo, 2009.

Vê-se que a paisagem é delineada no tempo e no espaço e na medida em que o rio vai sendo afetado pelas mudanças, essas são percebidas e analisadas pelos ribeirinhos a fim de encontrar respostas que justifiquem as modificações na vivência atual. O estilo de vida ribeirinho produz seu próprio tempo e espaço, suas

formas e feições, o que proporciona a reprodução social das vivências, do encontro, da sociabilidade, da resistência e das diferenças. As transformações sócio-espaciais estão sendo constantemente efetuadas e a cultura ribeirinha construída anteriormente tem sido paulatinamente desarticulada e, o que para eles, se inicia com a alteração das águas do rio.



FIGURA 5: Casa de ribeirinho construída “há muitos anos” nas margens do rio.
Fonte: SAMPAIO, N. Pesquisa de campo, 2009.

O que era evidente pela abundância, fartura de peixes, terra sempre regada, pela mata fechada, continua impregnado na memória dos ribeirinhos, porém enxergada pela ótica da destruição, da degradação, da morte do peixe que representa alimentação, e o desmatamento persistente da mata nativa. Os atalhos que eram conhecidos apenas pelos margeantes do rio por serem de difícil acesso, tanto em direção ao rio, ou aos melhores lugares para pescar; tornaram-se abertos e de fácil acesso sem a vegetação, saltando aos olhos os depósitos de lixo e a poluição das águas.

“O que na minha cabeça é mais vivo aqui é que as águas do rio comandavam a vida da gente, a gente sabia que era hora de plantar e hora certa de colher. Sabia que podia pescar e quando o rio podia matar a gente e a gente tinha respeito por tudo isso” (M. P, 80 anos). A comunidade ribeirinha possuía nos recursos naturais e nos saberes tradicionais conquistados ao longo da história, a forma de garantir a reprodução social, seja material ou imaterial de sua gente. No entanto, percebe-se

que o conhecimento tradicional que foi exercido de acordo com a observação dos ciclos naturais que determinavam as ações em relação à plantação, a pesca e o próprio lazer, pois também eles conheciam os locais apropriados para a diversão da comunidade, hoje não é considerada nem mesmo aproveitada no ritmo atual.

Para os ribeirinhos, a natureza definia as atividades que deveriam ser realizadas, o melhor momento para plantar, colher e pescar, demonstrando que ao observar os ciclos da natureza estariam garantindo sua sobrevivência sem interferir no processo natural. As águas e seus ciclos são entendidos como um domínio natural imutável que devem ser preservados para a conservação da vida. A cultura ribeirinha combina o ritmo da sua existência alicerçado com o ritmo natural do rio Pardo. Nota-se que a água do rio é produtora de simbologia que os impõe respeito e temor. E essa simbologia foi absorvida por diversas sociedades ao longo da história do homem. Segundo relatos:

Quando era o momento bom para plantar, a gente tinha o sinal do céu limpo e as águas tranqüilas, no dia seguinte a gente saía para plantar, depois a chuva regava e a gente esperava o tempo passar para poder colher, e assim começava tudo de novo. Dos relatos advêm que a terra era fértil e que havia vários tipos de árvores frutíferas, uma fauna e flora rica e diversificada. Diversas espécies de pássaros que alegravam a gente com tanto que cantavam. (M. J. S, 72 anos)

No período das cheias, a comunidade ficava mais atenta aos problemas que poderiam advir e alguns se mudavam para outras áreas mais distantes das margens a fim de evitar possíveis tragédias. Sempre observando as águas do rio e seu movimento. Essas representavam a certeza da abundância bem como temiam a força desse manancial, pois sabiam que com um rio caudaloso a morte era incontestável e assim não arriscavam suas vidas. “Por não respeitar o rio muita gente nossa morreu, porque achou que era mais forte do que o Pardo e não foi por falta de aviso que eles conheceram a morte”. A identidade do rio fica impregnada no imaginário de seus habitantes e também daqueles que o conhecem e o utilizam de alguma maneira. O uso que se faz do lugar é que determina a sua valoração.

Nas práticas culturais estão infundidos os aspectos religiosos, pelo conteúdo simbólico que as igrejas desempenhavam na vida social. São aspectos de um mesmo processo espacial, eles definiam nitidamente os momentos do trabalho, o lúdico e o religioso. A maioria se declara católica e costumeiramente aos domingos iam às missas, sejam essas no distrito de Itatinga, que posteriormente se tornaria a

cidade de Itambé, ou nas suas próprias casas, mas em todo tempo o ritual católico. Ressaltam que sempre houve o momento de agradecer a Deus e aos santos que os ajudavam no plantio, na pesca e “pôr manter as águas com abundância de peixes”. Todos dizem que o maior dever “é acreditar e agradecer a Deus que tudo criou”. A água do rio Pardo se apresenta como um referencial sagrado, à vista disso para os ribeirinhos as cheias e as inundações representam as bênçãos do Criador, enquanto que a degradação atual determina “a falta de sabedoria dos homens em cuidar do que Deus criou”.

São unânimes ao afirmar que as águas do rio Pardo constituem o elemento mais destacável na paisagem e é enxergada e compreendida como objeto palpável, que se pode usar, visível e por intermédio delas relembram a história deles mesmos, fatos contados e alguns presenciados como parte de um mesmo movimento de construção do espaço vivido. Desse modo, o uso e a percepção das águas na paisagem possuem um conteúdo simbólico, afetivo, envolto pelo prazer e pelo imaginário. Para os ribeirinhos entrevistados, a paisagem mudou bastante, as águas já não são tão abundantes, quase não há mais pescado, os barcos e as canoas que restam e que compõem a paisagem são como objetos que perderam suas funções originárias, estão esquecidos à margem do rio.

Hoje a canoa serve par enfeitar o rio, está cheio de água como a gente pode ver. Não tem mais servidão, não tem mais peixe graúdo para pescar e a água não é tão funda para passar de barco, somente lá longe é que dá e é arriscado, pois mais embaixo já tem esgoto do (rio) verruga. (M.S, 68 anos).

A água como o elemento de maior destaque na paisagem desempenha um papel fundamental, pois garante a reprodução da vida, a produção social, uma vez que regeu as atividades propostas para a articulação cotidiana do ribeirinho. Ao mesmo tempo em que se usam essas águas, eles mantêm uma relação de temor, sem especulações, por ter a conscientização de que água é mais poderosa do que o homem e ninguém pode vencer essa condição, nem mesmo o ribeirinho que conhece o rio de tão perto. “É porque a gente vive com o rio que a gente tem até medo dele”.

Assim, está expressa a representação social dos ribeirinhos, por meio do rio, como condição na observação do comportamento das águas para o exercício e na construção do labor diário, suas condutas e da promoção de uma estruturação

social. E ao mesmo tempo quando se identificam como ribeirinhos alguns ainda se orgulham por serem reconhecidos como tal.

O rio Pardo é como uma marca indelével na relação de identidade grupal com o lugar, pois estão inseridos em uma dinâmica social com caracterizações específicas que além do modo de vida, o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular é apreendido como constitutivo importante para a definição de uma comunidade tradicional.

3.2 Os significados e as condutas para com o rio: leituras do passado e presente.

“O rio já foi nosso. A nossa vida significava o rio e bastava olhar para o rio e ver a gente mesmo” (P. S, 72 anos). O rio se tornou o elemento social considerado como instrumento que fornece suporte para a vida diária, um lugar onde há a manifestação do encontro, do trabalho, dos banhos, do bate-papo, enfim da socialização. Conforme alguns ribeirinhos, o rio traduz a incorporação da vida e sem ele o existir do *ser* ribeirinho não teria significado, não teria identificação. A compreensão da existência está na interpretação do próprio rio. O mundo para eles não possui explicação se não for pautado pelas águas, pela vegetação, pela luta cotidiana que se vivenciou nas margens do rio Pardo. O senso territorial está limitado pelo *ser* ribeirinho, pelo sentido que sua identificação transmite. A posse simbólica é claramente perceptível quando afirmam: “O rio é de todo mundo. Mas, a gente respeita e cuida dele, ou melhor, a gente já pôde um dia cuidar dele. E daquilo que se cuida se é dono também”.

As práticas estabelecidas e as condutas diárias faziam com que os ribeirinhos pudessem usufruir e ao mesmo tempo participar de um patrimônio de todos. Ao exercer a sua territorialidade desempenhavam também o domínio que lhes indicavam simbolicamente a detenção do rio, tornando essa paisagem embebida das práticas culturais e seus laços, atitudes, valores e comportamentos estabelecidos.

Anteriormente, foram desempenhados com maior força uma relação de poder para com o rio. Os ribeirinhos o consideravam como um território que lhes

pertenciam, uma vez que eles foram os primeiros a habitá-lo e, como apontam: “a gente sempre cuidou do Pardo e ninguém fazia isso antes de nós”. Para o exercício dessa relação está inscrita a linguagem própria que os tornavam únicos no lugar, portanto, exerciam poder. Falam a mesma língua, tinham objetivos, idéias e ideais comuns de preservação, de conservação, de utilização. Por meio dos conhecimentos da natureza eles se tornavam mais conscientes do território e se intitulavam mais aptos a proteger os limites, muitos dos quais impostos por eles mesmos. Eles tinham uma cultura comum, advinda de regras, códigos, signos e, ainda que limitados pelas individualidades, constituía uma expressão social que permitia a manutenção da vida secular.

“Tudo o que você vê por aqui, toda essa água, esse espaço, a vegetação, a gente conhecia de ponta a ponta e quanto mais “nóis” aprendia sobre o rio, a gente ficava dono dele”. Observa-se como o conhecimento do lugar os fazia sentirem-se donos do território. A importância dos saberes cria uma linguagem comum que, apropriada pela comunidade ribeirinha, os diferenciavam da população urbana que pouco conhecia a área do rio Pardo ainda que estivesse tão próxima do espaço urbano. Conforme relatos: “a gente pertencia ao rio, pois a gente falava a mesma coisa, todos achavam o rio o melhor bem que a gente possuía. A gente era rico não porque tinha lugar para plantar, mas porque o rio é que deixava a terra boa e a gente pertencia ao rio, era do rio”. Os sentimentos de pertencimento reforçam o exercício da territorialidade representando uma conotação cultural ao circunscrever o limite de suas ações simbólicas, políticas e culturais.

As atividades do dia-a-dia como plantação, pescada, utilização da água para o exercício doméstico, as cantorias às margens do rio, os momentos de lazer, os banhos nas crianças e até os contadores de “causos”, segundo os entrevistados, reiteravam a identidade dos ribeirinhos para com o rio Pardo. Essas manifestações da cultura ribeirinha eram mantidas por meio da preservação dos rituais, das trocas afetivas, das histórias de vida, experiências do trabalho, das manifestações espirituais, sócio-espaciais, e perpassavam por gerações. Dessas, destacam-se as missas realizadas em sete dias consecutivos com a finalidade de agradecer o acesso a terra, a fartura de plantação e da água; as cantigas de rodas em torno das fogueiras nas noites de lua cheia e, os “causos” que também eram contados para os mais jovens aprenderem as experiências e lições de vida dos mais idosos e até dos já falecidos.

Assim, eles mantinham o vínculo com o rio, fortaleciam sua identidade, fatores essenciais para a sua possível perpetuação. Esses hábitos contribuem para a afirmação de uma identidade ribeirinha e os simbolismos provenientes desses ritos alimentam o imaginário fazendo com que o simples ato de ver o rio hoje traga à memória todas as recordações, afinal “a gente queria ser ribeirinho por toda a vida, mas nem sempre dá certo”.

A vida não era fácil, as casas eram simples demais, não tinha o luxo de hoje não. Mas fome ninguém sabia o que era, quando falta comida na casa de um os outros ajudavam e ninguém reclamava. Todo mundo tinha terra e água para trabalhar, só preguiçoso não fazia muito, mas a gente trabalhava de sol a sol. (P.O, 81 anos)

Alegam que todos possuíam o mesmo rio, ou seja, usufruíam do mesmo espaço, logo a oportunidade não diferia muito entre as famílias o que reforça os laços, razão pela qual a desigualdade social não prevalecia e sim a solidariedade. As tarefas diárias eram definidoras de um cotidiano comum, com equidade entre si, utilizando-se de um mesmo lugar, criando convivência, expectativas, obtendo resultados os quais poderiam ser extensivos à toda comunidade. O ordenamento do mundo se concretizava à medida que o cotidiano era revelado e compartilhado coletivamente.

“Nem todo mundo gostava daquela vida, queria que os meninos fossem para a cidade, mas a gente vivia bem”. O discurso da comunidade não é unânime e nem poderia ter uma interpretação comum e sem discordâncias, uma vez que os olhares, ainda que possuam a mesma paisagem, têm direções não consensuais próprias do ser humano. No entanto, não implica necessariamente na desconstrução da identidade ribeirinha, mas abarca a sua pluralidade. Pela importância que o rio produzia nos ribeirinhos sucediam condutas relacionadas a não destruição, a manutenção do ambiente em que significava a sobrevivência da cultura, do passado e do futuro que esperavam conquistar, tudo isso representava a preservação da própria comunidade.

O rio tá diferente, mais ainda significa nossa vida, nem que seja na lembrança, a gente vem aqui e fica lembrando de como era bom o tempo em que nós vivia só disso. Do peixe, da plantação, da colheita, de andar na canoa, e levar as crianças para caçar. A caça não era muita não. Mas tinha mais água, agora a gente anda a pé por onde só tinha água. Passa carro, moto, bicicleta aqui na beira e ninguém nem sabia direito o que era isso. A gente antes não vivia assim não. (J. S, 79 anos)

Fazem referência ao assoreamento do leito do rio, o que diminui, com o passar dos anos, a quantidade de água estreitando as margens. É a leitura da cotidianidade que demonstra a necessidade de mudanças a fim de se criar espaços de circulação, advinda da inevitabilidade do habitar e usufruir das áreas para facilitação da própria vida. Todas as transformações espaciais vão recriando a paisagem e alicerçando a remodelação, refazem os lugares concedendo-lhes novas funções, novos usos no limiar da reprodução do espaço.



FIGURAS 6 e 7: Caminhos criados na beira do rio para favorecer a passagem de pessoas e veículos. Anteriormente eram áreas cobertas pelas águas do rio.

Fonte: SAMPAIO, N. Pesquisa de campo, 2009.

Os ribeirinhos em questão consideram que essas mudanças alteram fisionomia do Pardo, pois lhes dão a sensação de morte do rio e de suas lembranças, e os confundem quando retornam a esse lugar que antes representava sua casa, espaço de conforto, de bem-estar, sobretudo, pela vastidão das águas “que tomava todos os caminhos que a gente vê assim agora”. Ao observar as fronteiras desses territórios possivelmente, em seus aspectos tanto simbólicos quanto concretos, observa-se que comunicam a posse ou a exclusão e assim vê-se que suas dinâmicas geram movimentos constantes de fronteiras, que surgem e desaparecem, se expandem e se retraem, e também se organizam segundo

hierarquias do processo hegemônico de produção espacial. Essas alterações espaciais nas fronteiras são abordadas de maneira confusa pelos ribeirinhos, uma vez que se trata de relacionar os significados e os sentimentos para com rio que conflitua com a paisagem que vivenciam no momento e provocam uma modificação em suas condutas, em seus comportamentos ao revisitar os tempos passado e contrapor com o presente.

Um ponto relevante na avaliação do significado da paisagem é com relação aos que morreram e foram enterrados próximo ao rio. “Tem muita gente nossa que ficou por aqui mesmo, da família, parentes e amigos, cumpadre que a gente sepultou aqui”. Verifica-se o apego aos homens e mulheres enterrados nas áreas adjacentes. “ Todo mundo ficava de luto por vários dias e depois ia se acostumando com o acontecido, sempre que passava perto dos mortos ficava em silêncio, é respeito”. Compreende-se que os elementos construtores da paisagem compõem-se de manifestações que alimentam o imaginário dos ribeirinhos e mesmo sem reconhecer a localização das áreas onde foram realizados os enterros, as lembranças permeiam a memória e a história dos habitantes.

As experiências com a morte e com os mortos permitem uma leitura do rio e de suas margens como um espaço sagrado que remete a um atributo religioso por meio dos sentimentos e das significações do ritual fúnebre. A experiência da morte conduz os ribeirinhos ao sentido da própria vida “ é o destino de todos nós. “Aqui todo mundo é igual”. Para o ribeirinho, esse mistério é entendido com silêncio e respeito pela vida e pela morte, e o sepultamento perto do rio é um marco que para eles a vida se inicia e finaliza-se nas águas desse manancial “próximo de Deus o criador de todas as coisas”.

A percepção dos novos elementos na paisagem também promove insegurança e dissabor, pois apenas voltam-se para as recordações com o intuito de relacionar o passado e o presente que indica uma condição tão diversa e sem a expectativa que o rio trazia. Tem-se um passado revelador fundado numa relação informal de posse das águas e obediência a natureza. Assim as tranformações ocorridas com o passar dos anos estão reveladas materialmente na paisagem do rio Pardo e promovem uma nova visão de mundo que não condiz com a revelação trazida pelas águas, pela terra fértil e farta, pela solidariedade.

3.3 Novas práticas e novas marcas na paisagem

À medida que muda-se o contexto histórico e surgem novas funções, novas tecnologias, a paisagem se modifica em seus elementos e revela características mais modernas, condizentes com a contemporaneidade. “Esse rio era abundante, muita água mesmo e era tanta que até gente morria. Hoje tá ralinho, estreito e pode passar até a pé por onde só passava de barco ou nadando”.



FIGURAS 8 e 9: Esgotos domésticos lançados no rio Pardo.
Fonte: SAMPAIO, N. Pesquisa de campo, 2009.

O rio Pardo tem uma aparência diferente da existente há muito tempo atrás, a degradação ambiental tem poluído suas águas em toda sua extensão na Bahia. Essa poluição é provocada, principalmente, pelas atividades pastoris e agrícolas, ocupação irregular do uso do solo, lançamento do lixo doméstico, tanto às margens como dentro do próprio rio. Restos de lixo orgânico, como pó de café, restos de alimentos já preparados, e ainda vasilhames plásticos, material de limpeza como sabão em pó e detergente são depositados diretamente nas águas do Pardo.

Um outro fator contribuinte são os esgotos lançados no rio Verruga, afluente do rio Pardo, advindo das indústrias de calçados, restos de animais mortos

provenientes de matadouros clandestinos; bem como a sujeira, o lixo e a lama das pocilgas que quase sempre estão nos quintais das casas próximas aos rios.

“Aqui tinha muito peixe, agora quase não tem. A gente nem tem mais o que pescar”. “Muito do esgoto que tem na cidade vem para aqui e a gente não pode fazer nada”. Nota-se que a paisagem do rio vem sendo modificada com elementos que ao serem incorporados maculam a imagem que outrora fora vivenciada. Essas alterações evidenciam as inter-relações entre as populações e o meio ambiente nas cidades; são apropriadas e transformadas pelo homem e possuem diferentes significados para os mesmos. Ao focar a dinâmica das transformações da paisagem do rio Pardo, tem-se uma forma de contribuição para uma melhor compreensão da relação cultural estabelecida entre o ribeirão e o curso de água

A percepção que os ribeirinhos possuem do rio atualmente está relacionada com acúmulo de lixo, mau cheiro, esgoto, águas contaminadas, mortandade de peixe, enfim um mau uso das águas do rio que segundo os entrevistados, tem descaracterizado a paisagem “original”. Esse contexto específico que inclui as alterações impostas a essa comunidade possibilita investigar os aspectos subjetivos que compreendem a relação que os ribeirinhos estabelecem com o espaço atual, com a história transmitida oralmente e com o espaço submerso e vivo na memória social.

Novas funções foram surgindo em relação ao rio no decorrer dos anos. A pesca era a atividade predominante. Atualmente, o pescado é inexistente. A poluição das águas pode ser considerada um fator das transformações desse manancial. No entanto, muitos proprietários de terra incluem as águas como uma propriedade inalienável e não permitem a utilização dentro das suas áreas territoriais delimitadas.

Hoje tudo que é fazenda tem uma placa que diz: Proibido pescar ou mesmo proibido a entrada e a utilização da água para banho ou pesca. A gente sempre pensou que a água deve ser de todos e todos podem utilizar, mas aqui em Itambé não é assim. Tem até jagunço para atirar e até matar quem não obedecer a lei do dono da terra. Quero ver qual ribeirão sobrevive sem a água. (P. O, 81 anos)

As águas mais preservadas estão dentro dos limites territoriais das fazendas e justamente nelas o ecossistema fluvial está em melhores condições, porém é realmente proibida a entrada de qualquer pessoa que não possua vínculo com os proprietários ou com os trabalhadores da fazenda. “Antes a gente usava e

respeitava, pois todo mundo podia usar. De agora pra cá só quem tem fazenda usa as melhores águas do rio, já tiraram a gente da terra e agora ficamos sem o rio”.

O uso das águas foi restringido e apenas algumas áreas do rio Pardo são de uso livre para a população. Paulatinamente, o rio foi sendo deteriorado por meio do processo de urbanização das cidades, como parte das relações estabelecidas entre o homem e esse elemento natural em diversos momentos históricos. Um processo resultante da visão do homem como agente transformador da natureza, determinando uma relação de domínio. Outra situação enfrentada pelos ribeirinhos está relacionada ao lazer no rio que sempre foi predominante. Nos dias atuais, o lazer é pouco realizado no mesmo principalmente pela degradação das águas já elencada anteriormente, assim como a violência que tem atemorizado a população residente próxima do rio.



FIGURAS 10 e 11: Trechos mais preservados do rio Pardo. Áreas pertencentes aos fazendeiros que proibem o uso das águas.

Fonte: SAMPAIO, N. Pesquisa de campo, 2009

Aqui nós tomávamos banhos com a criançada, ensinava a nadar a pescar e as mulheres tomavam sol (as mocinhas) e a gente fazia até piquenique aos domingos depois da missa. O problema agora além da água não ser tão abundante, tem o esgoto que traz muitas doenças e a gente fica até com medo de entrar na água. Entra porque é o jeito, mas com medo de doenças, de pegar verme, tem a violência que tem tido muito por aqui. Muito assalto, muito roubo, e muita morte. (L. S, 50 anos)

O ribeirinho entrevistado se refere à violência urbana que atinge as margens do rio Pardo. O bairro Felipe Achy foi construído muito próximo do rio e com a maior circulação de pessoas o número de assaltos aumenta, e há registro da “desova” de corpos, ou seja, pessoas que são assassinadas e depositadas no rio ou em suas margens. A insuficiência de equipamentos urbanos como a iluminação pública

favorece esse tipo de violência amedrontando os moradores que se estabeleceram nas imediações do rio. Os usuários de drogas se escondem às margens do Pardo e atacam violentamente os moradores, que imediatamente procuram outros caminhos para chegar até suas casas evitando o percurso costumeiro a fim de impedir ataques à integridade física e à propriedade pessoal pelo uso da força ou de coerção.

Cada vez mais acentua-se a violência característica das grandes cidades nas médias e pequenas cidades, atingindo comunidades inteiras que conhecem muito pouco da vida urbana, mas que estão sendo inseridas na realidade das ações violentas. O cotidiano do ribeirão está carregado de histórias relacionadas a algum tipo de repressão.

Aqui todo mundo tem medo de sair, de ficar sozinho no rio ou de realizar alguma tarefa que seja longe de casa, pois a gente não sabe de onde vem o ladrão. O jeito é ficar por perto ou sair em grupo, pois tem aqueles que foram e depois acharam ele morto. Aqui era tudo calmo, depois a prefeitura foi deixando o povo viver por aqui sem trabalho, sem ocupação, deu nisso que você tá vendo. Adolescentes, jovens ficam o dia todo dentro de casa e nem vão à escola ocupar a mente e desse jeito a violência vai chegando e vai ficando. Tem muita droga aqui e muita violência em função disso. (M. J. S, 72 anos)

A paisagem do rio é também lida por meio da violência que os assustam diariamente. Os problemas sociais são sentidos nitidamente por eles e os mesmos afirmam que a paisagem proporciona um misto de alegria “por viver perto do rio”, mas de tristeza também, pois ela “tem os lugares e as marcas que são das ações marginais e ocupadas pelos bandidos”. Novamente observa-se uma relação de intimidade com a paisagem no imaginário e com as recordações passadas gerando um sentimento confuso pela realidade que os circundam. O rio Pardo se tornou conhecido nestes últimos anos como um lugar perigoso não apenas pelo risco de afogamento, mas pelo risco de assalto, de ações criminais contra a mulher e assassinatos. “A gente fica triste, pois aqui sempre foi um lugar de alegria e agora todo mundo fala mal do rio e das pessoas que moram aqui”.



FIGURA 12 – Casas de moradores do bairro Felipe Achy próximo às margens do rio Pardo
Fonte: SAMPAIO, N. Pesquisa de campo, 2009.

O rio era percebido como lugar que materialmente proporcionava abrigo, alimentação e lazer, servindo de ponto de encontro para a comunidade, localidade em que havia diversão, conversação, trabalho, enfim se socializavam. Os desajustes sociais são expressões na paisagem e colaboram na (re) elaboração dos significados e sentimentos para com o rio. O Pardo é definido como a imagem do mundo vivido que foi construído cotidianamente. No entanto, a sensação de perda do rio e a certeza de sua não recuperação tornam-se de difícil aceitação pelos ribeirinhos. Desse modo, na paisagem atual o espaço experimentado, vivenciado não é mais reproduzido, foi transformado, requalificado.

As questões relacionadas à moradia, ao lixo e as novas atividades que os ribeirinhos realizam sempre vem à tona durante as conversas e as entrevistas. “Aqui não tem carro e nem carroça para pegar o lixo das casas, assim ele é jogado por todos os lugares”. “Tem urubu, tem rato e muita doença por aqui”. Não é realizado o recolhimento do lixo e os moradores são forçados a jogá-los longe de suas casas o que equivale ser próximo do rio. A paisagem apresentada é de muita sujeira e descaso com o meio ambiente, por falta de ação do Poder Público Municipal e ações coletivas para uma alocação do lixo em áreas permitidas.

Essas atitudes geram conflitos entre os próprios moradores, pois consideram que o descarte do lixo jamais deveria ser realizado nas margens do rio e em

contrapartida indicam a falta de assistência da Prefeitura como justificativa para tais atitudes. A Secretaria de Serviços Públicos da cidade de Itambé informou que tem dificuldades de ir até o bairro para a coleta e que este problema será resolvido em breve.

Assim, entende-se que não existe um atendimento às necessidades básicas, pois tal como relatado pelos moradores, os acessos e a iluminação são precários e o saneamento básico e a coleta de lixo inexistem “ferindo” a memória dos antigos moradores que, juntamente com os atuais igualam-se como excluídos, não são ribeirinhos uma vez que a degradação impede a relação mais próxima com o rio e, tampouco, são cidadãos, “homem da cidade”, posto que a precariedade dos serviços estão distantes dos padrões urbanos.



FIGURA 13- Descarte do lixo à beira do rio realizada por moradores.
Fonte: SAMPAIO, N. Pesquisa de campo, 2009.

No entanto, a paisagem não é muito diferente da realidade de muitos bairros nas cidades brasileiras, o lixo ainda é um grande problema para o ambiente urbano e de difícil solução. Para o ribeirinho residente “se torna difícil ver o rio cheio de lixo, pois na época das chuvas o lixo fica todo dentro do rio e a gente não consegue fazer muito. Levamos algumas sacolas de lixo para a BA – 262 para ver se têm outro destino, e rio não fica tão sujo”.

O rio Pardo teve importante contribuição no processo de formação da cidade considerando que o transporte se fazia por meio do rio, assim para a economia como canal de comunicação e trocas além da pesca, e para a subsistência. O rio como ecossistema é um elemento importante para o equilíbrio físico-natural da

cidade, pois contribui na amenização do clima, porque por meio dele penetram os ventos alísios principalmente na época do verão intenso. No entanto, nos dias de hoje esse elemento hídrico tem sua importância diminuída para a cidade, pois vem passando por um processo de degradação constante.

O cotidiano do ribeirinho tem sido marcado por conflitos sociais que cada vez mais põe em discussão a identidade da cultura ribeirinha. As novas funções que lhes são atribuídas fazem desse um homem que tem na memória os significados da paisagem e de si mesmo ligado ao passado, enquanto no tempo presente não há uma definição atual. Como identificar o ribeirinho que ainda se sente pertencente ao rio Pardo, porém está cada vez mais distante da sua caracterização?

O quadro 1.0 sintetiza a percepção das novas práticas e das novas marcas da paisagem: resiste a identidade com o lugar, permeada por sentimentos de tristeza de impotência e sem alternativas para o futuro

Percepção do Rio Pardo	
Pontos de análise	Ribeirinho
Sensações	Impotência
Resistência	Identidade com o lugar
Sentimentos	Tristeza
Visão	Sem alternativas para o futuro

Quadro 1.0. Percepção dos entrevistados com relação ao rio Pardo

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

Org: SAMPAIO, N.

A comunidade ribeirinha de outrora, ou melhor, os poucos que restam se inserem na nova dinâmica cultural de maneira saudosista, mas também com parcimônia e desconfiança. Eles preservam no imaginário o rio Pardo de tempos passados e guardam as significâncias traçadas com a paisagem e o lugar pelo decorrer da vida. Isso nos permite indagar: Como o ribeirinho é identificado atualmente?

“Hoje a gente nem pode mais dizer que é um ribeirinho, pois quem já viu ribeirinho sem ter o que fazer?” Esse é o questionamento da maioria dos entrevistados. Consideram-se ribeirinhos porque se sentem pertencentes ao rio e a terra, outros já dizem que essa identidade não existe mais “por ali”, enquanto que

para muitos é “um ribeirinho que virou homem da cidade”. A identidade ribeirinha entra em conflito com a realidade social a que pertencem.

Não têm possibilidades de exercer as funções que antes indicavam seu estilo de vida, que os evidenciavam como comunidade ribeirinha. “Nem pescar a gente pode mais, a canoa fica enfeitando e enfeando o rio, as crianças brincam dentro dela, tá furada e parada”. Referem-se àquelas que utilizavam para a pesca, como meio de transporte e que nesse momento não são mais usadas em função dos problemas ambientais que estão presentes nas águas do rio.



FIGURAS 14 e 15: Canoa sem utilização às margens do rio e barraco que serve de abrigos para famílias de ribeirinhos.

Fonte: SAMPAIO, N. Pesquisa de campo, 2009.

“A gente fica triste em saber que tudo terminou assim”. Alguns ribeirinhos apontam que “não tem mais como voltar ao passado, tem é que se acostumar com o novo”. As configurações atuais exigem uma perspectiva que considerem uma nova adaptação à realidade urbana e a exclusão a que são submetidos. “Hoje nem casa decente alguns tem aqui, ainda existem barracos que foram construídos antigamente.” Apontam que as remodelações no espaço não conseguiram resolver as questões sociais que se arrastam e que os levam a perderem a identidade ribeirinha quando são obrigados a uma adaptação a vida de “homem da cidade” e que para eles é “dura, cruel e ninguém quer”.

3.4 A paisagem e os conflitos sociais

Mediante as misturas e presenças entremeadas do modo de vida ribeirinho e o modo de vida urbano no Sudoeste Baiano, especialmente na cidade de Itambé emergiram diferentes tipos sociais, ou seja, novos trabalhadores que, diante das condições mais adversas, inventaram e reinventaram formas de sobrevivência, adaptaram-se, por vezes passiva e ativamente às sutilezas complexas dos seus múltiplos ecossistemas pairando a incerteza do *ser* ribeirinho. Desse modo, é possível compreender como a subjetivação da luta pela vida se traduz no processo de produção de formas, de ser e de habitar, e lugares tão distintos como a beira de um grande rio são modificados pelas ações que são realizadas em um espaço que comporta uma visão comercial, urbanística e que produz uma profusão de comportamento, sensações e sentimentos que são como referência primária das condições de existência do imaginário coletivo.

Os usos e as funções dos instrumentos de trabalho do presente não representam a força da existência dos mesmos, parece não haver mais o significado na existência ribeirinha, um homem das águas e da terra, pois não há espaço para a sua expressão. O que consideram conclusivo nas suas vidas é a inevitabilidade de se encaixar no espaço urbano que conflita com o ser ribeirinho e indica a morte social da paisagem do rio Pardo que insiste em sobreviver nas lembranças e vivas recordações. “Quando as coisas começaram a mudar há muito tempo, resolvi que meus filhos não teriam a mesma vida minha, e eu queria que eles saíssem daqui”.

A percepção das mudanças no ritmo de vida e no espaço em que viviam, fez com que muitos não desejassem que seus filhos reproduzissem esse estilo de vida e nem mesmo a identidade ribeirinha. Alguns enviaram seus filhos para a cidade a fim de que conseguissem uma colocação no mercado de trabalho para a sobrevivência da própria família. “Fui ribeirinha por opção, mas não quero que meus filhos e netos sejam. Essa vida já foi boa, hoje não é mais não”, afirma M. S. 72 anos. Muitos que faziam parte da comunidade ribeirinha no município de Itambé no Sudoeste da Bahia estão submetidos à vida urbana, ocorrência presente também em Cândido Sales e Itapetinga. Esse sentimento que pode ser traduzido como um luto, como uma negação imediata do passado, compartilhado coletivamente, demonstra um processo de adaptação da comunidade à nova vida e produz práticas distintas, indicando uma profunda ruptura na relação com o tempo e o espaço.

Como não têm capacitação profissional para exercer as atividades no mercado de trabalho, estão sujeitos aos subempregos, tais como: vendedores de picolé, servente de pedreiro, carregadores de material de construção em carroças, aposentados que criam os netos para que os filhos possam “trabalhar na cidade”, mulheres empregadas domésticas, ¹capturadores de passarinhos para vender nas feiras livres, lavadeiras de roupa que exercem essa atividade no próprio rio Pardo. “Ribeirinho de verdade, verdadeiro, tá sumindo por aqui, tem pouca gente que ainda se diz ribeirinho”. As transformações espaciais e sociais conformam o homem das águas e da terra, como eles mesmos se traduzem, em um homem duro, sem esperança e desconfiado. Não crêem nas possibilidades de mudança, em políticos ou em ações que venham a mudar o presente pungente em que experimentam.



FIGURAS 16 e 17: Carroça que é utilizada para transportes de materiais de construção, etc. Gaiola que é utilizada para captura de passarinhos para venda em feiras.
Fonte: SAMPAIO, N. Pesquisa de campo, 2009.

As práticas culturais ribeirinhas têm sido desmanchadas e não sabem a que cultura eles pertencem. As recriações desse homem, da sua gente e de seus lugares encaminham-se para a invisibilidade social, que aos poucos se revela uma mutação

¹ Com relação a captura de aves é necessário esclarecer que é crime ambiental de acordo com a Lei da Natureza nº 9.605/98 no Art. 29: Matar, perseguir, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente ou em desacordo com a obtida.

cultural. “Sou esse homem que vive afastado do centro da cidade e nem sei quem sou”. Estão no espaço territorialmente nomeado como urbano, mas não pertence à vida urbana. A energia elétrica para eles foi instalada a menos de um ano e alguns nem podem usufruir desse serviço, posto que devido a falta de condições financeiras não solicitam a ligação da rede elétrica para suas residências. As ruas não têm nenhum tipo de pavimentação, nem transporte urbano, áreas de lazer, segurança pública.

Eles participam do processo de exclusão sócio-espacial por estarem vivendo em áreas marginalizadas, despossuídos de equipamentos essenciais para a qualidade de vida, sem assistência à saúde; alguns idosos não conseguem usufruir o direito à aposentadoria e ainda estão submetidos aos subempregos na busca pela sobrevivência. O mesmo processo provoca a desterritorialização, essencialmente pelo desenvolvimento das áreas rurais em que tem a figura do latifundiário como o grande dominador das terras e das águas, aprofundando a marginalidade dessa comunidade.

Desenraizados, não conseguem fincar raízes em outro “mundo”. Assim, observa-se que quando há uma circulação cada vez mais livre e freqüente de pessoas e fluxos, a identidade ribeirinha já não pode ser definida pela associação exclusiva à sua comunidade, posto que não mais se manifesta por suas práticas sociais. Os que encaram a vida urbana já não se consideram ribeirinhos e alegam: “isso ficou no passado, agora sou um homem da cidade, não adianta ficar brigando com o passado”. Aos poucos é comum notar que alguns deles desejam morar em ambientes que possam ser próximos da cidade. O rio não desperta nenhum interesse de continuação do *ser ribeirinho* e a vida à beira das águas não os preenchem. Eles apontam que as possibilidades de mudanças estão em toda parte e o acesso a vida urbana permite um tempo de transições, de separações e fusões. Essas diferenciações ocorrem de modo gradual e interno, algumas são assimiladas e outras rejeitadas.

O cotidiano para esses se transfigura em atos e atividades próprias do espaço urbano, a novidade e a necessidade os fizeram desproverem-se da cultura ribeirinha e admitirem que estejam envoltos em uma nova vida. A síntese da percepção dos entrevistados que não se identificam como ribeirinhos é apresentada no quadro 1.1:

Percepção da vida urbana	
Pontos de análise	Moradores que não se identificam como ribeirinho
Sensações	Mudança de vida
Não-Resistência	Aceitam a condição de morador urbano
Sentimentos	Apatia
Visão	Poucas alternativas para o futuro

Quadro 1.1. Percepção dos entrevistados acerca da vida urbana

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

Org: SAMPAIO, N.

Os hábitos do homem urbano, a fala, os gestos e as atitudes afirmam que é preciso encarar as transformações e enfrentar o processo de adaptação as novas práticas culturais próprias da cidade. Conhecem as músicas, os ritmos variados, as vestimentas, o desejo de consumo que os caracterizam como absorvidos pela cultura urbana.

Com o passar do tempo, parece indispensável ser um morador da cidade, experimentar o espaço urbano como novidade. Obter o conhecimento que é próprio de quem habita outro ambiente que não seja nas proximidades do rio. “O dinheiro está na cidade”. A esperança não se encontra na paisagem do rio, pois a sua caracterização não perpassa as águas do Pardo; mas o asfalto, a televisão e seus reclames, a vida social intensa, os desafios urbanos e a solução é transfigurar-se em homem urbano.

Meus filhos já foram embora e eu também desejo morar longe daqui. É preciso se conectar com a vida social do homem da cidade, pois o conhecimento tradicional tem pouca valia. O que a gente aprendeu na lida com a terra, com a pesca e com o rio, não tem valor nenhum. Só tem valor o estudo da escola, quem é letrado, quem sabe as coisas de banco, do estudo mesmo. (L. O, 50 anos)

O conhecimento empírico que em diversos momentos da história dos ribeirinhos sempre teve grande importância, atualmente é descartável. O saber tradicional que outrora forneceu uma base de informações fundamentais para o manejo dos recursos pesqueiros locais é dispensado. Em todas as épocas passadas o conhecimento tradicional foi entendido como um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades funcionais e o saber fazer eram transmitidos oralmente dentro da comunidade com o intuito de assegurar a reprodução do seu modo de vida.

Hoje todo mundo acha que ribeirinho só sabe o que era de serventia para o passado, com tanta tecnologia, as modernidades, o que a gente aprendeu não vale mais nada. Quem quiser sobreviver aqui, ficar perto do rio tem de

ser vaqueiro das fazendas, ser trabalhador na plantação dos outros ou ficar de olho em quem atravessa a cerca para usar o rio que agora é proibido pelos patrões. Até tiro já saiu aqui. E ainda pode ser lavadeira como muita mulher faz e fica feliz por estar dentro do rio, até aquelas que nasceram na cidade gosta. (M. S, 60 anos)

A grande parte deles que optou por se considerar um 'homem da cidade' agora sobrevive dos programas assistenciais do Governo Federal como o Programa Bolsa Família que é fruto da unificação de quatro programas de renda mínima: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação.

Diante essas recriações da comunidade ribeirinha, da vulnerabilidade social evidenciada pelos baixos índices escolares, não assistência à saúde e poucos à previdência social, a negação de melhores condições de habitação e péssima qualidade de vida a que são constantemente submergidos, um personagem comum encontrado nas águas do rio Pardo é a mulher lavadeira, ou seja, as lavadeiras de roupa.

3. 5 As lavadeiras de roupa e o rio Pardo

Curiosamente as lavadeiras que cuidam das roupas das famílias em que acumulam também a atribuição de empregadas domésticas, lavam as roupas das suas famílias no rio Pardo e elas afirmam: "É a melhor parte do meu trabalho, aqui a gente se encontra, conta nossos casos, lembra das famílias da gente que eram ribeirinhos, canta e encanta com esse rio, pois o rio é vida", afirma M. T de 70 anos e que há 25 anos trabalha como lavadeira.

Ela e outras alegremente comentam que essa função proporciona rotineiramente, o contato com as águas do Pardo. Vários são os motivos que as conduzem a irem à busca dessas águas: falta de água encanada em algumas residências, algumas comentam que mesmo tendo água tratada em suas casas preferem lavar a roupa no rio, uma vez que isso favorece uma redução de valor nas contas de água, falta de depósito para armazenamento (tanques, caixas d'água, etc.); deficiência do serviço público de abastecimento; incremento na renda familiar, mas também, o prazer de estarem com outras lavadeiras de roupas.



FIGURAS 18, 19 e 20: Lavadeiras na prática de sua atividade no dia de domingo. Roupas colocadas na cerca para secar.

Fonte: SAMPAIO, N. Pesquisa de campo, 2009

Para elas, esse é um momento de socialização, das cantorias de refazer os repentes, de relembrar práticas culturais ribeirinhas e reviver o que experimentaram ainda meninas. Caminham juntas até chegarem à margem desse manancial; algumas conversam, e outras silenciosas, mas quase sempre tomam conta dos seus filhos que são levados para ajudarem na luta diária. Enquanto algumas chegam, outras estão saindo. No decorrer da lavagem as cercas são utilizadas como varais onde colocam a roupa molhada para secar, utilizam também a vegetação próxima para “deixar a roupa de molho” e poucas delas levam a roupa lavada para serem estendidas em suas residências. Para muitas, o rio representa uma fonte de renda, pois também usam a água com o intuito de economizar na conta de água no final do mês. O tempo destinado a essa atividade as trazem para perto do rio, do lugar em que não deveriam ter saído; e infelizmente a produção e reprodução capitalista do espaço as conduziram para um destino incomum ao dos seus antepassados.

Nós vivemos em bairro de gente pobre e algumas de nós longe daqui; mas o rio está na cabeça da gente, professora, não tá lá não. A gente tem um jeito diferente de viver, mas se acostuma com as coisas da cidade, não tem do que reclamar, pois viver por aqui tá perigoso e ainda bem que a gente achou um cantinho por lá, é alugado, mas tá bom também. A água às vezes falta, mas é coisa da cidade. E a gente vem para o rio, pois tem água à vontade. (J. T, 40 anos)

Com relação aos malefícios para a saúde quanto à poluição, a opinião das lavadeiras é unânime e consideram que “não vê problema estarem dentro do rio porque a água não fica suja porque é corrente” ou “pode ser suja porque tem esgoto,

só que está escorrendo pela corrente do rio e a sujeira não acumula”; “é perigoso para quem toma banho, mas não para quem só molha das canelas para baixo como nós”, apontando total desconhecimento dos malefícios da poluição das águas.

A percepção das lavadeiras é permeada pelo uso e utilidade das águas do rio Pardo. Consideram que todo material de trabalho, tais como: caixas vazias de sabão em pó, vasilhames de alvejantes ou restos de sabão deixados nas pedras, não poluem, “pois desce com a água e não fica empatando a água descer”. A beira do rio contém restos desses materiais deixados por elas. Definem o rio como algo saudável, divino ou uma dádiva de Deus, bem como um lugar para descontração por ser um ambiente coletivo e promotor da interação entre as mulheres que ali lavam roupas.

3.6 A descontinuidade do espaço ribeirinho

Em meio às descontinuidades do desenvolvimento histórico os modos de vida produzidos e reproduzidos pela contemporaneidade tendem a afastar os tipos tradicionais da ordem social, em razão de que as mudanças engendradas nessas sociedades são bastante profundas. O rio que anteriormente era considerado como um lugar seguro que estabelecia a vida ribeirinha tornou-se perigoso e não mais possível o exercício diário da existência. O misto de insatisfação e de necessidade conflita com as lembranças e a realidade que as circundam. É visível a mudança de significados em função das novas práticas sociais a que são cotidianamente emergidos e que afetam os valores culturais e os mecanismos cognitivos de percepção da paisagem.

Com o processo de globalização em curso e a conseqüente homogeneização, no sentido de que as cidades vão se tornando cada vez mais iguais, inclusive nos processos de desigualdade social, a percepção das paisagens altera-se. Para além da globalização de modelos e valores e da transformação das sociedades, também o progresso tecnológico em várias frentes (fatores de produção, transportes e comunicações, entre tantos) leva ao desvanecimento da relação próxima e de dependência entre o território e os seus habitantes.

Mudam-se as práticas e as vivências, reproduzem-se modelos importados de várias paisagens ou recriados pela possibilidade das novas tecnologias. Assim, as especificidades que asseguravam o caráter de uma determinada paisagem são substituídas progressivamente, pelo menos em parte, pela diversidade, o que leva a uma homogeneização das paisagens e a perda das características intrínsecas, ou de sua autenticidade. As manifestações das práticas culturais do mundo ribeirinho penetram o mundo urbano, assim como aquela é receptora das contribuições das práticas culturais da cidade. Interpenetram-se, embora o ²*habitus* previamente estruturado de cada um seja relativamente distinto.

O estilo urbano coexiste com outros modos de vida e esse aspecto é apresentado como um grande desafio dos tempos modernos, pois abarca uma atualidade intrincada, justaposta, presente no espaço geográfico. Vislumbram-se as contradições e diferenças que permitem o encontro de novas possibilidades espaciais como uma operação teórico-analítica bastante custosa que demonstra a complexidade da produção do espaço e promove o desafio de sua decifração.

Todavia, entender o passado da comunidade ribeirinha que precedeu o presente momento é um exercício longo e pausado no sentido de esclarecer, desdobrar, desenvolver todas as perspectivas atuais que levaram a quase irrestrita invisibilidade ribeirinha e a real vulnerabilidade social na coexistência de tempos sociais diferentes e contraditórios entre si. É uma realidade marcada pela articulação no passado e pela fragmentação no presente em todas as esferas de poder na região Sudoeste da Bahia e mais detidamente no município de Itambé.

Deriva-se que as práticas culturais nesse espaço têm se extinguido e na tentativa de sobrevivência subordinam-se ao mercado de trabalho, ao dinheiro escasso que não atende às necessidades de consumo como morador da cidade, sendo impactante o estilo de vida urbano com o experimentado pelos ribeirinhos há décadas atrás. As representações sociais são reconfiguradas, pois os códigos, os signos que antes determinavam suas condutas e comportamentos não existem mais.

Vale a regra do homem chamado de moderno que vive nas cidades e é movido pela necessidade de obter renda que o mantenha na área urbana, como nova forma de encarar a realidade. A diversidade das práticas e as manifestações

² O conceito de *habitus* foi desenvolvido pelo sociólogo francês [Pierre Bourdieu](#) com o objetivo de pôr fim à antinomia indivíduo/sociedade dentro da sociologia [estruturalista](#). Relaciona-se à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos [agentes](#) por meio de disposições para sentir, pensar e agir.

culturais não são reconhecidas. Desse modo, os ribeirinhos estão dispersos, pois ainda que próximos ao rio não comungam de sua posse simbólica que anteriormente estabeleceu o território por meio das práticas culturais e que foi encarado como o produto da apropriação e da valorização simbólica com relação ao espaço vivido. O processo territorial constituía fator identitário, mas que agora não é tão visível, tão notado, pois com todas as transformações e os impactos no cotidiano, essa comunidade vem perdendo os laços, os hábitos sociais, a rotina, as festas, a forma de lazer, a comunhão que fortalecia e fixava a identidade ribeirinha.

As formas de produção tradicionais já não são mais generalizadas, posto que o conhecimento tradicional para pouco é aproveitado. A urgência atual é conviver com o diverso e pertencer à cultura urbana. Evidencia-se que os elementos da paisagem revelam as relações existentes entre forma e função, contribuindo para uma desmitificação do simbolismo que estes itens portam e cujas alterações, incorporações e desaparecimento despertam nos moradores os mais variados sentimentos de nostalgia.

Enfim, atentou-se que nas localidades onde há o registro do rio Pardo, nesse caso em Cândido Sales, Itapetinga e Itambé (particularmente este último), as características peculiares que conferem ao ribeirinho sua identidade estão sendo progressivamente abandonadas, ainda em adaptação à dinâmica cultural urbana, ou seja, buscando adequarem-se à nova vida. No entanto, para alguns poucos que se referenciam em suas evidências peculiares, visualmente por meio da paisagem, estão desesperançados em relação à sobrevivência das práticas culturais e terminam por acreditar que o desmanche de sua cultura está sendo abreviadamente anunciado, não há uma continuidade da comunidade ribeirinha. E, neste processo, a possibilidade de comunicação com apenas fragmentos da cultura ribeirinha não os satisfazem, pois muitos almejam experimentar o retorno às origens mesmo acreditando que é um sonho vão. “Nós nunca mais seremos os mesmos e jamais teremos uma cultura ribeirinha e original por essas bandas, nós estamos morrendo, não do corpo, mas da alma”. É o anúncio da morte social da comunidade ribeirinha no Sudoeste da Bahia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, verificou-se que as peculiaridades encontradas em cada sociedade as tornam únicas e suas práticas culturais se apresentam moldadas por meio do tempo e da história em que estão diretamente ligadas ao lugar geográfico em que se inserem.

Assim, a relevância desse estudo repousa na identidade da comunidade ribeirinha, na territorialidade exercida, nos códigos de conduta, nos significados, na percepção e nas práticas estabelecidas em torno do rio Pardo pela comunidade tradicional encontrada às suas margens no município de Itambé. A mesma é antiga e representativa, sofreu um afastamento do rio e vive um processo intenso de desterritorialização, enquanto que em outros municípios visitados os ribeirinhos praticamente inexistem, pois os mesmos já passaram pelo processo de adaptação à vida urbana, uma vez que os problemas sociais, econômicos, políticos enfrentados estão generalizados nos municípios visitados

Ao utilizar o aporte fenomenológico deparou-se com a possibilidade de encontrar um caminho para a compreensão de um grupo social que comunga de valores comuns, em uma análise do espaço vivido, com uma metodologia que voltou-se para a percepção das experiências do passado e como estas fazem sentido ou não na realidade atual.

A paisagem foi analisada como um conjunto indissociável e em contínua transformação, estabelecendo uma relação visual e simbólica, determinando atitudes entre o grupo social para com a paisagem do rio Pardo. Conforme informa Sauer (2004, p.42) “não podemos formar uma idéia de paisagem a não ser em termos da suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas ao espaço. Ela está em processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição”. Para tanto, pondera-se que a paisagem é construída mediante as relações entre o ser humano e, sempre ao longo de tempo histórico, pois é embasada nos aspectos naturais que a cultura se desenvolve, e essa interface acontece por intermédio do processo de percepção que resulta na atribuição dos valores e nas condutas perante o meio em que vive. A paisagem abarca sucessivas relações entre o homem e a natureza apontando para a importância do momento e da temporalidade que se dá pela apreensão da mesma pelo olhar e é entendido como uma associação na

construção da paisagem cultural. Nesse entendimento de interação entre sujeito, objeto e relações sociais, a paisagem do rio Pardo foi abordada e expressada em seus diversos aspectos funcionais e simbólicos.

Portanto, esse manancial sempre representou a abundância, a fartura das águas e símbolo existencial do ribeirinho, pois a mobilidade da comunidade continuamente esteve ligada ao rio. A pesca, a lavagem da roupa e o lazer tinham sentido porque era praticado no Pardo. Dessa maneira, as águas e seus ciclos ainda são entendidos como significação de domínio que devem ser resguardado para a conservação da própria vida.

Da leitura da paisagem e das manifestações culturais dos ribeirinhos, destaca-se a identificação dos mesmos com este manancial que se tornou o símbolo identitário de sua existência no município de Itambé englobando todas as suas ações e como alguns afirmam: “Até nossas casas tem as portas e janelas voltadas para o nosso maior tesouro, o rio Pardo”. A identidade ribeirinha é reforçada ao sentir-se pertencente e pertencido pelo rio, mesmo compreendendo que esse não é mais o discurso unânime uma vez que os olhares, ainda que possuam a mesma paisagem, têm direções não consensuais, inerentes do ser humano. No entanto, não implica necessariamente na desconstrução da identidade ribeirinha, mas abarca a sua pluralidade. Assim, exercem a sua territorialidade, pois o rio é apreendido como espaço de articulação, de mediação considerando os aspectos materiais e imateriais construídos no cotidiano e no labor diário da comunidade ribeirinha.

Nota-se que a poluição que provem de Itambé e dos municípios à montante afeta diretamente o cotidiano dos ribeirinhos que ainda convivem com o rio, uma vez que a sobrevivência por meio da pesca especialmente ficou comprometida, bem como o lazer que se refletia nos banhos das crianças e jovens aos domingos preferencialmente; as travessias com as canoas foram-se escasseando face as transformações ambientais e, concomitantemente os valores e as simbologias vêm gradativamente desaparecendo, descontinuando-se. Porém, entende-se que, o que se inicia com simples contemplação até a construção da representação social é reforçado quando há continuidade das tradições e práticas culturais. Segundo Carlos

[...] As relações sociais realizam-se concretamente através de uma articulação tempo-espaço, o que ilumina o plano do vivido, ou seja, a vida cotidiana e o lugar [...] O lugar, portanto, liga-se de modo inexorável a realização da vida como condição e produto do estabelecimento das

relações reais indispensáveis a ela, mas a produção da vida e do lugar revela a necessidade de sua reprodução continuada. (2007, p.41)

Nessa perspectiva, existe a necessidade de prosseguimento da própria história ribeirinha no Sudoeste baiano que nos dias de hoje conflita com os problemas sociais e econômicos encontrados e que velozmente impede a continuidade ribeirinha. O rio Pardo encontra-se poluído com o comprometimento de suas águas exatamente nas áreas usadas pelos ribeirinhos para plantação e pesca o que muda inexoravelmente o modo de vida dessa comunidade tradicional. Para tanto, o desvendamento desse contexto social é uma leitura espacial e fundamental para compreender o processo de descontinuidade da comunidade ribeirinha.

A desterritorialização é uma sucessão de mudanças que paulatinamente tem desenraizado o ribeirinho em todos os aspectos e cada vez mais os mesmos vêm-se adaptando a uma vida urbana, levados a reorganizar um outro espaço que sinaliza uma total ruptura da vida ribeirinha na linha do tempo e do espaço. Essa lógica tem condicionado novas práticas, novos sentidos de orientação, outros percursos que são desconhecidos pelos poucos que ainda resistem a esses (des) caminhos e, concomitantemente, confirma-se que a reprodução social dos ribeirinhos está sob intensa constrição.

Para tanto, é imprescindível a compreensão dos fatores históricos, pois não existe espaço sem tempo, posto que nas paisagens estão contidos objetos passados e presentes, e estão indiscutivelmente ligados à memória e a identidade dos grupos humanos, para o esclarecimento do momento atual. Qualquer forma de destruição, alteração da configuração pode significar a morte e/ou o (re) surgimento de uma outra. Afinal, a paisagem não se traduz apenas, mas é, sobretudo, como uma criação humana da qual contém a marca de uma sociedade sobre um território. “A paisagem é, então, por essência, um ponto, ou mais exatamente, um processo de interface ao mesmo tempo sujeito e objeto, natural e cultural, individual e social”. (BERTRAND, 2007, p.270).

Ainda, observa-se que na gestão pública nos municípios visitados a comunidade ribeirinha em questão não é atendida com políticas voltadas para a preservação de suas práticas culturais, e nem mesmo a preservação ambiental do símbolo existencial dos ribeirinhos, o rio Pardo. Os conflitos ambientais e sociais estão justapostos e diariamente são acentuados estabelecendo correlações com a desigualdade social, comportando dificuldades novas, outras antigas, portanto,

recorrentes à compreensão da teia das interações entre sociedade e natureza e assiste a não inserção, de políticas, de projetos que amenizem os problemas ambientais que socialmente estão imbricados e relacionados à moradia, esgotamento sanitário, arruamento, segurança pública etc. atingindo diretamente a comunidade ribeirinha estudada.

Avalia-se que ínfimas sejam as perspectivas que indicam uma reorientação no sentido de continuidade da comunidade ribeirinha, e as possibilidades de reconstrução do espaço vivido anteriormente. Nesse contexto, destaca-se que os ribeirinhos margeantes podem ser identificados como ribeirinho de memória, resistente e excluído. Com o decorrer da pesquisa, notou-se que os de memória estão envoltos com as lembranças da sua vivência do passado que os enche de regozijo quando relembram as tradições dos seus antepassados, os rituais, as festas religiosas, os almoços comunitários, as músicas entoadas durante as plantações e o trato com a terra, e a admiração pelo rio. Esses eventos e atividades proporcionavam momentos importantes no estreitamento dos laços na comunidade e com essas manifestações demonstravam o caráter socializador e próprio da história e razão de existência do ribeirinho.

Os ribeirinhos resistentes são encontrados na figura das lavadeiras de roupa, ainda que não tenham plena consciência disso. No exercício de lavar a roupa no rio Pardo “fora” do expediente de seus trabalhos domésticos, reinventam as práticas realizadas que há muito tempo eram exercidas pelas mulheres ribeirinhas do passado. Para elas o *estar junto* para a lavagem das roupas, é um dado fundamental, pois consiste num convívio que assegura a manutenção de resquícios de uma cultura que já teve momentos de força e solidez. Ao relembrar as músicas, as cantorias, ao caminharem unidas para o rio demonstram que mesmo diante de profundas mudanças no modo de vida ribeirinho, a preservação dessa atividade, entre vários motivos, reflete na sobrevivência de tradições que mantém viva as lembranças de uma comunidade tradicional que vivia às margens do rio Pardo.

Ainda, tem-se aqueles que foram identificados como ribeirinho excluído, posto que não mais se pode usar as águas do rio Pardo como outrora devido, sobretudo, a poluição, assim como as terras que antes eram usadas para agricultura de subsistência e hoje fazem parte das áreas particulares. Mudou-se a forma de trabalho, bem como as estratégias de sobrevivência, uma vez que afastados do território que os congregavam, se viram obrigados a irem à procura de outras formas

de trabalho que difere totalmente do modo de vida ribeirinho. Residem em bairros com uma grande proximidade do rio Pardo, no entanto, estão excluídos do exercício desse modo peculiar de viver e experimentam a desterritorialização no contínuo processo de desconstrução da identidade ribeirinha e vulnerabilidade social.

No passado a organização ribeirinha se fez em volta, especialmente, da solidariedade, para plantar e colher, para celebrar e realizar ritos religiosos. A identidade ribeirinha foi construída na luta e na escassez e sempre conjuntamente. No espaço urbano não há essa integração, não se planta, nem se colhe nem se coletam frutos da mata. Para eles, o urbano é hostil. Na cidade fragmentada estão em situação de marginalização social. A percepção de mudanças nas condições de sobrevivência, relacionadas à redução do uso da água do rio e dos recursos naturais, levou o ribeirinho a se adaptar às novas formas de vida e escondido na genérica expressão de trabalhador da cidade, a vida ribeirinha se torna destituída de sentido.

Mediante todas as constatações, avalia-se que são imprescindíveis propostas urgentes para uma maior compreensão da espacialidade, da identidade ribeirinha no sentido de proporcionar um resgate para a manutenção das práticas culturais ao utilizar-se, por exemplo, dos conhecimentos tradicionais, dos manejos, em relação para com terra e a água bem como dos saberes tão específicos e valiosos do *ser* ribeirinho.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, Vinícius, BRAGA, Christiano, MORELLI, Gustavo (org). **Território e territorialidade: cultura e inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

ALEXANDRE, Marcos. Representação social: uma genealogia do conceito. **Comum**. Rio de Janeiro, v.10, n.23, p. 122 a 138. Julho/dezembro de 2004.

ALFREDO, Sertã. **Leonardo da Vinci**. (Rio de Janeiro): Biscoito Fino, 2008

ALMEIDA, Maria Geralda de. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, Maria Geralda de, ALMEIDA, Alessandro JP Ratts. **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

ALVES, Flamarion Dutra, SILVEIRA. Vicente Celestino Pires, FERREIRA, Enéas Rente. Territorialização Camponesa, Identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de Geografia Agrária**. Uberlândia, v.2, n. 4, p. 82-97, ago. 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente e sociedade**. Ano II, nº 5- 2º semestre de 1999.

BACHELARD, Gaston. **A filosofia do não. O novo espírito científico. A poética do espaço**. Tradução de Joaquim José Moura Ramos. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção Os pensadores)

BERQUE, Augstin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (org). **Paisagem, tempo e cultura**. 2ªed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

BERTRAND, Georges. **Uma geografia transversal e de travessia: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Organizador Messias Modesto dos Passos. Maringá: Massoni, 2007.

BONJARDIM, Solimar Guindo Messias. **Percepção e representação da morte nas paisagens arqueológicas de São Cristóvão e Laranjeiras**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia– Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: 2009. 117 f. : il.

BRASÍLIA. Decreto n. 60.40 de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais **Constituição da República do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASÍLIA. Lei da Natureza n. 9.605/98. Institui a Lei de Crimes Ambientais. **Constituição da República do Brasil**. Brasília. DF: Senado, 1998

BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: LABUR, 2007.

CAVALCANTI, Lara. **A construção de conceitos geográficos no ensino: uma análise de conhecimentos geográficos em alunos de 5ª e 6ª séries do ensino fundamental**. Tese de doutorado. São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ USP, 1996.

CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS. **Bacia hidrográfica do rio Pardo**. Disponível em <http://www.seia.ba.gov.br/SGDIA/transarq/arquivos>. Acesso em 28 de agosto de 2009.

CHEVALIER, J. GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

CHIZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3ª. São Paulo: Cortez, 1998 (Biblioteca da Educação. Série 1, Escola, v.16)

CLAVAL, Paul. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO et al (org.) **Explorações geográficas – percursos do fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz F. Pimenta e Margareth C. A. Pimenta. Florianópolis: UFSC, 1999.

CLAVAL, Paul. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (org). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

COLLOT, Michel. Ponto de vista sobre a percepção da paisagem. In: **Boletim de Geografia Teorética**, 1990.

CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural: introduzindo uma temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (org). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagens, tempo e cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (org). **Paisagem, tempo e cultura**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. A geografia cultural brasileira: uma avaliação preliminar. **Revista da ANPEGE**. Rio de Janeiro, v. 4, p.89-108, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço e cultura: uma tradição geográfica. In: **Revista Espaço e Cultura**, nº 01, Rio de Janeiro: NEPEC, UERJ, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. Carl Sauer e a geografia cultural. In: **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSGROVE, Denis. E. Em direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas da Teoria. In: **Espaço e Cultura** nº 5. Rio de Janeiro: NEPEC, UERJ, 1998.

COSGROVE, Denis. E. Em direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas da Teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (org). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSGROVE, Denis. E. A cultura está em toda parte: cultura e simbolismos nas paisagens humanas; IN: CORRÊA, R. L, ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

COSGROVE, Denis. E, JACKSON, Peter. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (org). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CRISTOFOLETTI, Antônio. As perspectivas do estudo geográfico. In: CRISTOFOLETTI, Antônio (org). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

DARTIGUES, André. **O que é fenomenologia?** Tradução de Maria J. G. de Almeida. São Paulo: Editora Moraes, 1992.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, NUPAUB / USP, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos, ARRUDA, Rinaldo S. V(org). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, NUPAUB / USP, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos. Aspectos sócio-culturais e político do uso da água. **NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP**. São Paulo: NUPAUB, 2005

DIEGUES, Antonio Carlos. Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras. I **Encontro Internacional: Governança da água**. São Paulo: novembro de 2007.

DEL RIO, Vicente, OLIVEIRA, Livia de (org). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

EDUARDO, Márcio Freitas. Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional. **CAMPO-TERITÓRIO: revista de Geografia Agrária**. V.1, n.2, p. 173-195, ago. 2006.

EMÍDIO, Teresa. **Meio ambiente e paisagem**. São Paulo: Senac São Paulo, 2006 (Série Meio Ambiente, 7)

FERRARA, Lucrecia D' Alessio. **Olhar periférico**. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1993.

GIL, Ana Helena Correa de Freitas, GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia do cotidiano: uma leitura da metodologia sócio-interacionista de Erving Goffman. **Ateliê Geográfico**. Goiânia, v. 2, n.4 Agos/2008.

GIL FILHO, Sylvio F. Geografia cultural: estrutura e primado das representações. **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, nº 19-20, p. 51-59. Jan/dez de 2005.

GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a produção do espaço. **Estudos Geográficos**. Rio Claro, 2(1): 29-42, junho, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z. CORRÊA, L, R. (orgs.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade X Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais...** São Paulo, 20 a 26 de março de 2005, p. 1-19.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de, HAESBAERT, R. (Org). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista Território**. Ano II, nº3, jul/dez 1997.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002

JODELET, Denise. (org). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

KAISER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**. N. 84, São Paulo-SP, julho de 2006.

LEONEL, Mauro. **A morte social dos rios**. São Paulo: Perspectiva: Instituto de Antropologia e meio ambiente: FAPESP, 1998. (Coleção estudos)

LIMA, Adalto Gonçalves. A bacia hidrográfica como recorte de estudos em geografia humana. **GEOGRAFIA**. V.14, n.2, jul./dez. 2005 - Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências.

MACHADO, C. P Lucy Marion. Paisagem valorizada: a serra do mar como espaço e como lugar. In: RIO, Vicente Del, OLIVEIRA, Livia de (orgs). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

MARANDOLA JR, Eduardo, GRATÃO, Lúcia Helena Batista. Do sonho à memória: Livia de oliveira e a geografia humanista no Brasil. **Geografia**. Londrina – Volume 12 número 2 – JUL./DEZ.2003. Disponível em <http://www.geo.uel.br/revista>.

MARCOS, Valéria de. Trabalho de campo em Geografia: Reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **Boletim Paulista de Geografia**. N. 84, São Paulo-SP, julho de 2006.

MAXIMIANO, Liz . Abad. Considerações sobre o conceito de paisagem. **RA'EGA**. Curitiba: Editora UFPR, n. 8, p. 83-91, 2004

MELO, Mário. Lacerda. **Metropolização e subdesenvolvimento. O caso do Recife**. UFPE/CFCH. Departamento de Ciências Geográficas, 1978.

MELO, Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira. Paisagem e simbolismo. In: In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (org). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MELO, Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira. A paisagem sob a perspectiva das novas abordagens geográficas. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América latina**. Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005.

MENDES, Geísa F. **Sertão se traz na alma? Território, lugar, memória e representações sociais**. Tese de Doutorado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia– Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: 2009. 250 f. : il.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2ª edição. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MILLER, Darrel. Itá em 1974: um epílogo. In: Charles Wagley: **Uma comunidade amazônica**. São Paulo: Editora Nacional, 2ª edição. 1977.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desenho do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7ª edição. São Paulo Hucitec. Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1980.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MOREIRA, Rui. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, repensar o pensamento**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

NEJAR, Carlos. **Árvore do mundo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

OLIVEIRA, Livia. Humanismo na geografia: a contribuição brasileira. In: I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico, 2008, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia, 27 a 30 de abril, p. 1-10.

PATATIVA DO ASSARÉ. **Inspiração Nordestina**. São Paulo: Hedra, 2003 (Coleção de Literatura Popular).

QUIRINO, Jessier. **Prosa Morena**. Recife: Bagaço, 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RISSO, Luciene Cristina. Paisagens e cultura: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica. **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, n. 23, p.67-76, janeiro/ junho de 2008.

ROCHA, Samir Alexandre. Geografia Humanista: História, conceitos e uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo. **RA'EGA**. Curitiba. Editora UFPR, nº 13, p, 19-27, 2007.

SAHR, Wolf Dietrich. Ação e espaço mundo: a concretização de espacialidade na geografia cultural. In: SERPA, Ângelo (org). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Paisagem e geografia. **Finisterra**, XXXVI, 72, p.37-53. Lisboa, 2001.

SANTOS, J.E, JESUS, T.PT, HENKE-OLIVEIRA, C. BALLESTER, M.V.R (1996). Caracterização perceptiva da estação ecológica de Jataí (Luis Antonio, SP) por diferentes grupos sócio-culturais de interação. In: **SEMINÁRIO REGIONAL DE ECOLOGIA**, 7º, São Carlos, SP, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia da crítica**. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997a.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997b.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. 13ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2006

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5ª edição. São Paulo: EDUSP, 2007a.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7ª edição. São Paulo: EdUSP, 2007b.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST edições, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

SARAMAGO, José. **Levantado do chão**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

SAUER, Carl. Geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (org). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In: **Paisagem, tempo e cultura**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: EdERJ, 2004.

SCHERER, Eelenise. O defeso e a defesa do meio ambiente. In: **II Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

SÊGA, Rafael Augustus. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Anos 90**. Porto Alegre, n.13, julho de 2000.

SERAFIM, Maria do Rosário. Rio de desenvolvimento. In: **Revista Pessoas e lugares**. Portugal: Rede Portuguesa, 2004.

SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**. N. 84, São Paulo-SP, julho de 2006.

SILVA, Josué da Costa. **Mito e lugar**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia – Universidade de São Paulo: USP, 1994

SILVA, Maria das Graças S. N. Silva. **O espaço ribeirinho**. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia – Um estudo da percepção e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. Transformações co conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **GEOUSP. Espaço e Tempo**. São Paulo, 2004.

WAGNER, Philip, MIKESSEL, Marvin W. Os temas da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (org). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. Sentimentos da natureza: recorte de práticas do nordeste brasileiro. Encontro Regional de Estudos Geográficos. Aracaju, 2003. **Anais...** Aracaju, 2003.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. Inútil oposição natureza X cultura na complexidade ambiental das tramas contemporâneas. **Geonordeste**. Vol XIX, 2008

APÊNDICE

APÊNDICE A

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Perfil do entrevistado:

Nome completo:

Idade:

Sexo:

Local de nascimento:

Percepção dos atores (deixá-los expor suas vivências, experiências e aos poucos comentado sobre o rio Pardo)

- 1- O que o rio representa para você?
- 2- A natureza aqui sempre foi exuberante (rica, diversificada, fauna vegetal e animal...)
- 3- Existe algum conflito entre vocês e os proprietários de terra no uso do rio? -
- 4- Como é viver na beira do rio Pardo
- 5- Que mudanças você gostaria de ver acontecer aqui?
- 6- Com o passar do tempo a sobrevivência de vocês sempre veio do rio ou isso tem mudado (perceber os aspectos relacionados a poluição dos rios, degradação ambiental...)
- 7- A paisagem do rio tem mudado desde quando vocês vieram morar aqui? Caso afirmativo, em que e como? (avaliar a leitura de paisagem pelos ribeirinhos)
- 8- Quais são os maiores problemas enfrentados aqui?(observação dos conflitos existentes na área)
- 9- Você viveria longe do rio Pardo?
- 10- O que a Prefeitura tem realizado para vocês aqui do rio?
- 11- Como cuidar do rio pardo e quem deve cuidar?
- 12- Você quer que seus netos conheçam o rio Pardo?
- 13- Existem práticas de conservação e proteção que vocês fazem aqui?
- 14- Para que serve o Rio Pardo?
- 15- Nível de escolaridade
- 16- Acesso a saúde

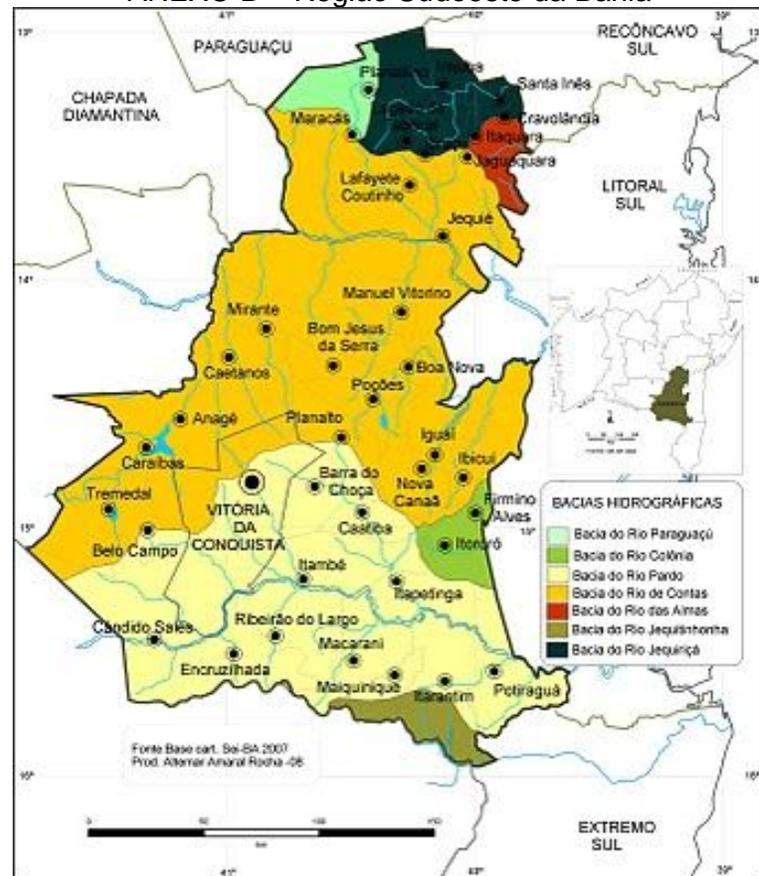
ANEXOS

ANEXO A – Mapa do Estado da Bahia



Fonte: Guia Internet Brazil, 2000.

ANEXO B – Região Sudoeste da Bahia



Fonte: veranilzabr.blogspot.com/2009_01_01_archive.html
Org: Altamar Amaral Rocha